

ITCP/FURB: CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ORGANIZADORES:

Claudia Sombrio Fronza, Jaison Hinkel,
Alessandro Guedes, Deborah Mueller,
Lucas da Silva Sampaio e
Márcia R. Ferreira Lacerda.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
REGIONAL DE BLUMENAU**

REITORA

Marcia Cristina Sardá Espindola

VICE-REITOR

Marcus Vinicius Marques de Moraes



EDITORIA DA FURB

CONSELHO EDITORIAL

Edson Luiz Borges

Tarcísio Alfonso Wickert

Carlos Roberto Oliveira Nunes

Wanda Helena Mendez Muniz Falcão

Marcelo Diniz Vitorino

Sérgio Luiz Althoff

Tiago Pereira

EDITOR-CHEFE

Ruan Rafael Rosa

REVISÃO

Jaison Hinkel

Deborah Mueller

CAPA

Márcia Rejane Ferreira Lacerda

DISTRIBUIÇÃO

Edifurb

ITCP/FURB: CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ORGANIZADORES:

Claudia Sombrio Fronza, Jaison Hinkel,
Alessandro Guedes, Deborah Mueller,
Lucas da Silva Sampaio e
Márcia R. Ferreira Lacerda.

© Copyright 2025. Claudia Sombrio Fronza, Jaison Hinkel, Alessandro Guedes, Deborah Mueller, Lucas da Silva Sampaio, Márcia Rejane Ferreira Lacerda, (Orgs.)



Editora da FURB
Rua Antônio da Veiga, 140
89012-900 Blumenau SC BRASIL
Fone: (047) 3321-0329
3321-0330
3321-0592

Correio eletrônico: editora@furb.br
Internet: www.furb.br/editora
Distribuição: Editora da FURB

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra,
por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por processo
xerográfico, sem permissão expressa do autor.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10994,
de 14 de dezembro de 2004.

“Impresso no Brasil / Printed in Brazil”

Ficha catalográfica elaborada por Everaldo Nunes - CRB 14/1199
Biblioteca Universitária da FURB

I88i

ITCP/FURB: consolidação da Economia Solidária na extensão universitária / Claudia Sombrio Fronza et al. (organizadores). - 1. ed. - Blumenau: edfurb, 2025.
[193] p. : il.

Inclui bibliografias.

e-ISBN: 978-65-88581-45-2

1. Educação. 2. Ensino superior. 3. Universidades e faculdades. 4. Extensão universitária. 5. Educação popular. 6. Incubadoras de empresas. 7. Economia social. 8. Integração social. 9. Solidariedade. I. Fronza, Claudia Sombrio. II. Hinkel, Jaison. III. Guedes, Alessandro. IV. Mueller, Deborah. V. Sampaio, Lucas da Silva. VI. Lacerda, Márcia Rejane Ferreira. VII. Título

CDD 378.1554

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos que fizeram e fazem parte da trajetória da ITCP/FURB, e que contribuíram para a realização das atividades ao longo desses 25 anos.

Primeiramente, às Redes, Fóruns e Conselhos de Economia Solidária, à Frente Parlamentar de Economia Solidária de Santa Catarina, aos Empreendimentos Econômico Solidários que já passaram pela Incubadora e a aqueles que ainda estão vinculados, aos artesãos, feirantes, produtores agroecológicos, usuários, familiares e profissionais dos CAPS de Blumenau e Indaial, e demais trabalhadores da Economia Solidária.

À Universidade Regional de Blumenau – FURB e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPEX), assim como à Divisão de Apoio à Extensão (DAEX) e a Divisão de Apoio à Pesquisa (DAP), por possibilitarem a criação, estruturação e consolidação da ITCP/FURB enquanto Programa Institucional Permanente, além do financiamento das atividades da ITCP/FURB e da equipe interdisciplinar.

Aos professores, bolsistas, estagiários e técnicos-administrativos que tornaram possível o funcionamento e continuidade da Incubadora, não só mediante a realização das atividades, mas pelo seu compromisso e dedicação, que carregam para o futuro os sonhos iniciados em 1999.

Por fim, agradecemos a todas as demais fontes de financiamento externos: Governo de Santa Catarina, Proext, CNPq, CAPES, Finep, que acreditaram nas propostas da ITCP/FURB e demonstraram apoio para a continuidade e fortalecimento das atividades realizadas.

Atenciosamente,
ITCP/FURB.



Sumário

AGRADECIMENTOS 05

PREFÁCIO

ITCP FURB 25 ANOS: COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO 09

UMA ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS PELA ITCP/FURB NO PERÍODO DE 2013 A 2019 15

EDUCOMUNICAR E COMITÊ SOLIDARIEDADE: FOMENTANDO REDES DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA EM MEIO À CRISE DO COVID-19 31

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AÇÕES TERRITORIAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA 47

AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UMA COOPERATIVA DE CATADORES EM
BLUMENAU/SC 57

A POTÊNCIA DA INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA
E REFORMA PSIQUIÁTRICA 73

O TEATRO NA ENLOUCRESER: UM ENCONTRO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR,
ECONOMIA SOLIDÁRIA E REFORMA PSIQUIÁTRICA 91

A PERMACULTURA COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA SOLIDÁRIA
SUSTENTÁVEL 101

METODOLOGIAS DAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS
POPULARES PARA A GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS 111

ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS MERCADOS: AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS DOS
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS 133

RELATO DE EXPERIÊNCIA: BOLSISTAS DA ITCP/FURB 157

RESUMOS EXPANDIDOS

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE
COOPERATIVAS POPULARES (ITCPs): REFLEXÕES CRÍTICAS E POTENCIALIDADES 171

AÇÕES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO REALIZADAS JUNTO A
ITCP/FURB 179

DIREITO, REINTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA E RESSOCIALIZAÇÃO 183

ASSESSORAMENTO E APOIO A REDES, FÓRUNS E AO CONSELHO ESTADUAL DE
ARTESANATO E ECONOMIA SOLIDÁRIA 187

PREFÁCIO

ITCP FURB 25 ANOS: COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO.

Agradeço as(os) colegas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB) pelo convite para escrever a apresentação desta coletânea de artigos sobre sua experiência recente. Experiência que corresponde a um período histórico que apresentou enormes desafios para a universidade, em particular para a FURB. Aproveito apenas para um registro pessoal: também foi neste período que encerrei minha trajetória de trabalho na Universidade na qual a ITCP foi uma fonte de estímulo e ânimo para chegar ao final da carreira de 37 anos na instituição.

Ao completar um quarto de século, com sua “certidão de nascimento” no ano 2000, a ITCP/FURB consolida uma rica experiência acadêmica com centralidade na extensão universitária, que sempre procurou desenvolver de forma indissociável com o ensino e a pesquisa. A partir da extensão, a denominada “prima pobre” das atividades acadêmicas a ITCP/FURB demonstrou o enorme potencial acadêmico das metodologias participativas e da interação direta com as comunidades para o desenvolvimento científico nas diversas áreas do conhecimento nas quais dispõe de pessoas engajadas.

A metodologia de trabalho adotada pela ITCP/FURB a desafia, de forma sistemática, a confrontar-se com a “prática” enquanto critério de verdade. Não bastam os achados e conclusões acadêmicas a serem disseminados nos encontros, congressos e bancas. O desafio cotidiano é a elaboração de um conhecimento cuja validade é atestada e contestada cotidianamente por sujeitos sociais reiteradamente invisibilizados(as) pela academia e pela história. Paul Singer utilizava uma expressão para caracterizar o sentido da autogestão e da economia solidária no Brasil: uma forma de “resgate humano”.

Ao longo da sua trajetória ITCP/FURB procurou “resgatar” pessoas, dar visibilidade, mais do que isto, dar centralidade social, política e acadêmica para comunidades, segmentos/grupos sociais invisibilizados pelos estigmas e processos sócio-históricos da produção e reprodução da desigualdade social.

A extensão geralmente é definida como a ida da academia às comunidades, aos territórios, ao mundo externo dos muros acadêmicos. A ITCP/FURB fez e faz isto, mas sua prática acadêmica produz outro tipo de relação ao abrir espaços

para a permanência e vivência destas pessoas na Universidade. Estão nas salas de aula, nos eventos acadêmicos, nas atividades culturais, no pátio da biblioteca, nas cantinas, nos corredores e passeios. Quantos momentos tivemos a felicidade de compartilhar o caminho e o elevador com “a turma da Enloucrescer” dos blocos do morro aos blocos de entrada da Universidade ou vice-versa. A ITCP contribuiu para que tivéssemos uma universidade mais inclusiva e acolhedora. Isto sem perder a dimensão crítica desta relação “universidade - setores populares”. Crítica no sentido acadêmico que desafia de forma constante o enfrentamento das verdades acadêmicas/científicas estabelecidas, e críticas no sentido investigação dos processos de manutenção, estruturas e seus mecanismos de invisibilização, de produção e de reprodução da desigualdade social e cultural.

Tudo começou nos anos finais do século passado. Um momento em que as ciências humanas, em especial, estavam tentando decifrar as estruturas e consequências históricas do neoliberalismo cuja profundidade e extensão foi tamanha que tivemos quem se aventurasse em falar de “fim da história”. O “Fim da História e o Último Homem” foi o pretensioso e, felizmente equivocado, livro de Francis Fukuyama em 1992, tendo sido publicado como artigo em 1989.

No Brasil as políticas neoliberais foram implementadas, a partir do início dos anos de 1990 com o governo Collor de Mello e os seguidos governos do PSDB de Fernando Henrique Cardoso. De lá para cá não encontramos outro modelo institucional de organização econômica, social e política, mesmo considerando as conquistas de inclusão social obtidas pelas políticas desenvolvimentistas nos governos petistas de 2003 a 2014. É 2014 mesmo, porque daí em diante a correlação de forças impediu a manutenção destas políticas produzindo uma crise social e política que desembocou no impedimento da presidente eleita em 2016.

Nos anos de 1990 as políticas neoliberais promoveram as bases do novo ciclo de acumulação do capital, a partir de políticas monetárias mais adequadas às transformações estruturais da produção de riqueza do chamado modelo “pós-forista” de acumulação capitalista. A saída para o ciclo de crise capitalista, iniciado nos anos de 1970, como resultado do brutal aumento do preço do petróleo. Bom lembrar que esta crise surgiu com o embargo de petróleo imposto pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em resposta ao apoio dos EUA e outros países ocidentais a Israel durante a guerra árabe-israelense do Yom Kippur. Enfim, mais um fato que demonstra que capitalismo e guerra percorrem os mesmos caminhos. A lógica econômica pressupõe uma lógica política de dominação.

No Brasil, o neoliberalismo foi implementado após um período de forte ascensão das forças sociais organizadas pelo movimento sindical e novos movimentos sociais que sustentaram a transição da ditadura militar para a constituição cidadã em 1988. Uma das primeiras tarefas para implementação do neoliberalismo foi justamente a repressão e criminalização destas forças sociais organizadas. Não sendo suficiente a derrota política (eleitoral) e ideológica utilizou-se de forma

ostensiva o poder policial/militar para reprimir greves, manifestações sociais e eliminar lideranças sociais.

A adoção de um modelo econômico voltado para a “estabilidade monetária” resultou no aprofundamento da crise social, caracterizada pelo aumento do desemprego e da miséria. As ciências sociais interpretaram essa conjuntura por meio da analogia com o apartheid social da África do Sul, fundamentando-se nas teorias da exclusão social. Diante desse cenário, novos indicadores passaram a ser amplamente utilizados, como os índices de pobreza e pobreza extrema. Além disso, o desemprego passou a ser qualificado como “**desemprego estrutural**”, evidenciando sua persistência e relação com mudanças produtivas e tecnológicas.

Blumenau que teve sua história marcada pelo processo de industrialização e a constituição de uma ampla classe trabalhadora num modelo muito semelhante ao fordismo americano, tão bem descrito por Antônio Gramsci e já analisado por vários colegas da FURB. Gostaria apenas de citar a instigante análise feita pela Profa. Vilma Simão que também coordenou a Instituto de Pesquisas Sociais/FURB. O impacto do neoliberalismo em Blumenau foi profundo com o desmonte da ordem social estabelecida e dos mecanismos criados para apropriação da força de trabalho pelo setor empresarial. Desemprego em massa, transformação dos vínculos laborais existentes, expansão das formas terceirizadas de trabalho e a extinção dos mecanismos de proteção social historicamente fundamentados no cooperativismo de crédito e de consumo, bem como nas formas associativas de organização do tempo livre dos(as) trabalhadores(as).

As levas de imigrantes vindos sob a égide do expansionismo industrial nos anos 70/80 foram deslocadas para as periferias urbanas escondidas nos morros e vales, suscetíveis a constantes e destruidores desastres socioambientais.

Neste contexto de precarização é que a ITCP/FURB surgiu ao estabelecer um canal de interação com estas realidades humanas a partir dos princípios e experiências da autorganização coletiva, associativa e autogestionária.

Não era uma novidade, considerando os experimentos anteriores. Cabe destacar o movimento de recuperação de empresas pelos trabalhadores promovido pelo Sindicato de Trabalhadores de Vidros e Cristais com a organização de quase uma dezena de cooperativas e associações de trabalhadores no ramo cristaleiro. Também um conjunto de iniciativas promovidas e apoiados pelo governo municipal, voltadas aos coletores de material reciclagem, agricultores familiares, artesãs e mulheres das comunidades periféricas.

Embora, cabe registrar que a organização autogestionária de trabalhadores(as) não foi assumida como uma estratégia efetiva com apoio mais amplo por parte do movimento sindical, mesmo o mais ativo politicamente que emergiu da greve de 1989. Quanto ao poder público local foram adotadas iniciativas relevantes de fomento à economia solidária após 1997, com mais destaque para a agri-

cultura familiar, mas que foram perdendo força ao longo do tempo. De maneira que a ITCP/FURB permaneceu, praticamente, como única referência institucional para a economia solidária na região e assumiu para si dar continuidade a muitos processos iniciados no âmbito das políticas públicas locais.

Esta realidade local pode ser estendida ao plano nacional. O fato é que, no Brasil, a autogestão, o cooperativismo popular, a economia solidária nunca constituíram as bases de enfrentamento ao neoliberalismo. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (2003), a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2003) e a articulação nacional do cooperativismo solidário na União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias foram processos muitos importantes, mas insuficientes para gerar uma estratégia ampla e nacional de organização da classe trabalhadora diante das nefastas consequências do neoliberalismo.

Neste percurso recente, podemos mesmo afirmar que a economia solidária, e suas formas autogestionárias coletivas, sofreu uma derrota decisiva para o liberal “empreendedorismo individualista”, que teve sua cidadania assegurada em 2008, com a inclusão do microempreendedor individual na Lei do Supersimples ao instituir o microempreendedor individual com estatuto jurídico próprio (Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008). A Lei somente permite direitos de cidadania econômica para trabalhador-empreendedor individual, permitindo somente a agregação de um trabalhador contratado ao negócio. Ao impedir que os trabalhadores autônomos pudessem ser reconhecidos em sua cidadania ao se associarem coletivamente, a lei estabeleceu uma barreira às pretensões organizativas da economia solidária. A esta situação legal importa considerar o fato de que não houve ao longo deste período a revisão do marco legal do cooperativismo. A lei geral das cooperativas (Lei 5.764/1971), uma das poucas leis do período ditatorial não revogadas pela Constituição de 1988. Assim sendo, o novo associativismo e cooperativismo popular e solidário não encontrou e nem conseguiu criar bases institucionais necessárias para sua expansão e consolidação, ao contrário, se depa-rou com um cenário de maior constrangimento.

Neste contexto é que a ITCP/FURB em conjunto com a rede de incubadoras tecnológicas e outras milhares de empreendimentos econômicos solidários se estabeleceram ao longo dos anos contando com algum apoio governamental, recebido a partir de iniciativas pontuais, mas que foram fundamentais para a manutenção das experiências existentes e incentivo ao surgimento de novas.

O período mais recente, últimos cinco anos, de atuação da ITCP/FURB retratado pelos artigos que estão presentes nesta coletânea expressam os enormes desafios apresentados pelas circunstâncias atuais.

Este período é inaugurado pela pandemia do Covid -19, declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. No Brasil o fim do período de emergência foi declarado em 22 de abril de 2022. Neste pe-

ríodo, ao neoliberalismo agregou-se o negacionismo levando à morte centenas de milhares de pessoas. A ciência foi abertamente e publicamente combatida. Nem sequer, o princípio da precaução, um princípio fundamental na relação entre ciência e ética foi considerado.

As universidades e a educação superior em geral já vinham sendo afetadas pelo neoliberalismo com a expansão da mercantilização do ensino e da educação à distância sem regulamentação. Agora são questionados na sua razão última, o conhecimento científico, a lógica acadêmica.

Instituições públicas de caráter comunitário, como é o caso da FURB, sofreram enormemente os impactos deste processo. Manter uma iniciativa acadêmica com as características da ITCP foi um desafio gigantesco. Não sendo mais suficiente demonstrar sua importância acadêmica e social sendo imperativo constante a necessidade de demonstrar sua viabilidade econômica no contexto de uma instituição em crise. No entanto, a crise era mais ampla e profunda com a ascensão no negacionismo, pois agora a própria contribuição civilizatória da academia e da ciência é que passava a ser questionada pela opinião pública das ruas, praças e redes sociais.

O contexto social é de retrocessos inimagináveis comparado com o momento da criação da ITCP no final dos anos de 1990. O que passamos a entender agora é que o neoliberalismo não foi apenas um modelo econômico de enfrentamento da crise de acumulação do capital. Em verdade ele se forjou como um verdadeiro movimento contrarrevolucionário frente a ascensão dos movimentos e políticas anticapitalistas.

Enquanto movimento contrarrevolucionário foi se aprofundando e se expandindo como um novo conservadorismo com amplo apoio popular. Com a eleição de populistas autoritários, governos compostos diretamente por dirigentes das grandes corporações. Estamos vivendo um inusitado momento histórico. Esperamos que não se consolide, no futuro próximo, como uma forma totalitarista duradoura com o poder destrutivo das ditaduras fascistas do século passado.

Neste contexto, iniciativas acadêmicas como as promovidas pela ITCP e sistematizadas nos vários artigos desta coletânea apresentam novos sentidos de resistência e sinalização horizontes históricos a serem construídos nas ínfimas oportunidades civilizatórias existentes.

Novos personagens entram em cena, novos processos são experimentados, o conhecimento acumulado é ressignificado, velhas questões são repostas, novas determinações e vontades surgem.

Embora a realidade pareça nos empurrar para o interior da caverna do Platão com seus mitos e medos. Mas sabemos que a dualidade (dentro e fora da caverna) é apenas um esquema analítico para estabelecer tipos racionais de pensamento. A realidade é sempre complexa, contraditória e conflitiva. O futuro, o ain-

da não existente resultará desta interação de permanente negação do estabelecido, sem determinismos e sem voluntarismos.

Aos vinte e cinco anos a ITCP possui desafios muito mais complexos do que aqueles colocados no final da década de 1990. No entanto, o significado do que ela está colocando em prática, neste momento tem um sentido histórico muito mais profundo do que o que anteriormente realizado. O aprendizado do passado, embora insuficiente frente ao inaudito do tempo presente é condição para continuar a encontrar caminhos para permanente interação entre o acadêmico/científico e os setores populares com suas formas de conhecimento e sabedorias.

A ITCP/FURB encontrará os caminhos de um novo ciclo de transformação e criação de novas formas de experimentar a democracia como método de produzir conhecimento, de produzir ciência, de dar um sentido histórico ao trabalho acadêmico. Em 2030 teremos um novo momento de balanço e certamente teremos muitas coisas surpreendentes para compor uma nova coletânea.

Valmor Schiochet
Professor Voluntário PPGDR/FURB.

UMA ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS PELA ITCP/FURB NO PERÍODO DE 2013 A 2019¹

Jaison Hinkel²
Guilherme Henrique Roepke Kopsch³

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) é um conceito complexo, amplamente utilizado em diferentes continentes e que apresenta acepções variadas. Conforme Laville e Gaiger (2009), o termo surgiu “(...) quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática”. É importante reconhecer que a ES, apesar de sua heterogeneidade, é composta por propostas que possuem em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material. Tal característica pode ser percebida, por exemplo, mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários na produção, na comercialização e na gestão dos empreendimentos, bem como na articulação destes com entidades públicas, movimentos sociais e demais atores presentes no território com o intuito de construir uma outra forma de viver em sociedade. Neste sentido, a ideia de solidariedade se apresenta em contraste ao individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. Singer (1996) contribui com esta reflexão ao considerar que a perspectiva baseada no lucro adota uma posição competitiva que, embora proporcione crescimento econômico para determinadas pessoas e organizações, acarreta uma série de problemas sociais, como desigualdade, empobrecimento e

¹ Este texto foi publicado, em sua primeira versão, sob o título “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB: estratégias de ação” na revista Sociedade em Debate, 27(1), 135-149, 2021. O texto apresenta os resultados de uma pesquisa de iniciação científica financiada pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

² Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina com estágio pós-doutoral pela mesma instituição. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Psicologia e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

³ Graduado em Psicologia pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Psicólogo escolar vinculado à Secretaria de Educação e Formação Empreendedora da Prefeitura Municipal de Pomerode.

alienação. É a partir desta problemática que a ES aparece como possibilidade de promoção de trabalho, cidadania e autonomia de sujeitos que sofrem as consequências do modelo capitalista.

A trajetória da ES está intimamente ligada às transformações ocorridas no mundo do trabalho desde a década de 1970, implicada na crise do sistema industrial de produção e o consequente processo de exclusão social demarcado pelo desemprego e subemprego (Azambuja, 2009). Os sujeitos em condição de vulnerabilidade procuraram, nesta forma alternativa de economia, um modo de sustento baseado na cooperação, na autogestão e na sua dimensão econômica.

A partir de 1990, a ES conquistou maior visibilidade, sendo integrada, inclusive, à agenda de uma série de movimentos sociais. Suas experiências pioneiras foram desenvolvidas por diferentes atores sociais, tais como: trabalhadores desempregados que ocuparam fábricas fechadas e ativaram a sua produção por meio de uma organização autogestionária; agricultores familiares e assentados da reforma agrária que organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços; comunidades urbanas e rurais que formaram coletivamente grupos de produção, compras coletivas e fundos solidários e rotativos de crédito; populações de catadores de materiais reciclados que demarcaram a sua atividade de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas; usuários e profissionais dos serviços de Saúde Mental que passam a considerar o trabalho na perspectiva da ES como elemento fundamental para a reforma psiquiátrica – apenas para citar alguns exemplos das práticas da ES no Brasil (Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares, 2017a). Estas práticas se apresentam em constante transformação e estão dispostas em diferentes formatos, como, por exemplo, associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos informais, redes de cooperação, complexos cooperativos, bancos comunitários, entre outros (Marchi, Prim e Andrade, 2013).

Frente ao contexto de crescimento destes empreendimentos e da complexidade de suas relações é que surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), como apoiadoras e capacitadoras dos grupos de ES, ligadas principalmente a organizações universitárias. Sua expansão, ocorrida mediante diversas experiências desenvolvidas a partir de meados da década de 1990, colaborou para que empreendimentos se estabilizassem, trabalhando tanto como fomento às suas práticas de trabalho quanto na articulação dos grupos com o poder público (França e Cunha, 2009).

Foi diante deste contexto que em 1999 surgiu a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB). Configurada como um programa de extensão universitária, possui como objetivo trabalhar, sob a perspectiva da ES, para fomentar ações de apoio às atividades dos grupos populacionais excluídos ou precariamente incluídos no mundo do trabalho na região de Blumenau (Marchi, Prim e Andrade, 2013).

É a partir do reconhecimento da importância histórica da ITCP/FURB para a região de Blumenau/SC, considerando sua atuação ininterrupta por mais de duas décadas, que esse texto tem por objetivo realizar uma apresentação das ações deste programa de extensão entre os anos de 2013 e 2019. O intuito é colaborar para compreender o perfil, a abrangência, a relevância e as contribuições referentes à atuação da ITCP/FURB, a fim de produzir informações que poderão contribuir para divulgar e qualificar o debate sobre as ações de extensão universitária com populações em situação de vulnerabilidade a partir da perspectiva da Economia Solidária.

Esta pesquisa se justifica porque apesar da ITCP/FURB possuir uma longa trajetória, até o momento não foi realizada nenhuma pesquisa ou ação de sistematização de suas atividades. Existem alguns relatórios de execução de projetos e artigos científicos produzidos pela equipe da Incubadora, no entanto esses materiais são focados em atividades específicas e não são capazes de fornecer elementos para compreender aspectos mais gerais deste programa de extensão. Vale destacar que esta é uma realidade comum às demais ITCP's brasileiras, uma vez que, apesar de possuírem importantes ações de extensão, estas entidades possuem publicações dispersas a seu respeito, sem configurar um panorama geral de análise.

Um pouco sobre como fizemos a pesquisa

Este texto apresenta uma pesquisa de caráter exploratório que procurou proporcionar maior familiaridade com um tema ainda pouco debatido, a fim de torná-lo mais explícito e colaborar com a construção de explicações sobre a sua ocorrência (Figueiredo e Souza, 2011). Em relação aos procedimentos de aquisição de informações, essa investigação se configurou como uma pesquisa documental. Esta opção se fez necessária porque há materiais relativos ao tema de pesquisa aqui proposto que são fontes primárias, ou seja, ainda não haviam recebido tratamento analítico e necessitavam, nesta medida, de uma análise para que pudessem ser compreendidos.

A pesquisa documental foi efetuada a partir da busca nos arquivos da ITCP/FURB por relatórios de projetos para prestação de contas de convênios que foram executados entre os anos de 2013 e 2019, totalizando 05 (cinco) relatórios, à saber: a) Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local Visando a Superação da Extrema Pobreza no Município de Blumenau; b) PROEXT 2013 – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; c) Fortalecimento da ITCP/FURB para a realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à Economia Solidária em Blumenau e região; d) PROEXT 2015 – Incubadora Tecnoló-

gica de Cooperativas Populares; e) O cárcere e a cidadania: reintegração socioeconômica de pessoas em privação de liberdade (Tabela 1 e 2). Também analisamos um documento produzido pela equipe ITCP/FURB e apresentado à FURB como proposta de institucionalização deste programa de extensão. Optamos pela análise deste material porque ele apresenta informações importantes para compreender teórica e metodologicamente a atuação da Incubadora, bem como a sua relação com a universidade e a comunidade local.

A busca pelos relatórios compreendeu o período de 2013 a 2019, pois uma investigação capaz de abranger todo o período de existência da ITCP/FURB extrapola os limites deste texto e exigiria uma equipe de pesquisa ampliada. Isto porque a investigação apresentada neste capítulo não buscou apenas quantificar dados, mas compreender as ações produzidas pela equipe ITCP/FURB, a fim de identificá-las em relação a forma de atuação da equipe, sua relação com o público atendido e suas implicações para a realidade local. Este recorte temporal também se justifica porque possibilita acesso a informações para compreender como a ITCP/FURB está no período atual, o que, por sua vez, poderá ser útil para problematizar e qualificar as suas estratégias futuras de atuação.

Em relação aos procedimentos de análise, desenvolvemos a pesquisa a partir da metodologia construtivo-interpretativa (González Rey & Martínez, 2017), que redireciona o foco da pesquisa da coleta de dados para a construção de informações. Neste sentido, não buscamos descrever dados, mas conhecer e relacionar elementos que configuram a atuação da ITCP/FURB, entendendo que a pesquisa é uma complexa construção dialógica entre o pesquisador e o problema investigado. Importante ressaltar dois princípios que subsidiaram essa pesquisa: a) o caráter construtivo interpretativo do fazer científico: isto implica reconhecer que o conhecimento não é fruto de uma apropriação linear da realidade, mas de uma produção realizada pelo pesquisador que interpreta e relaciona as informações obtidas; b) a condição de positividade epistemológica da singularidade: nesta lógica, o que possui relevância não é a quantidade de informações, mas a qualidade e as possibilidades que estas abrem para o processo de formulação de hipóteses sobre questões significativas para compreender o problema estudado (González Rey & Martínez, 2017).

Em respeito ao caráter construtivo-interpretativo da pesquisa, bem como a heterogeneidade e a qualidade das informações obtidas a partir da análise dos materiais supracitados, optamos por apresentar os resultados da pesquisa a partir de dois focos de discussão: estratégias de ação da ITCP/FURB e implicações de suas ações para a realidade local. Considerando a pluralidade dos elementos analisados, optamos também por registrar informações em duas tabelas, numa tentativa de facilitar ao leitor uma visão panorâmica sobre os elementos que subsidiaram as análises.

As estratégias de ação e suas implicações para a equipe ITCP/FURB

Durante o período de 2013 a 2019, participaram da ITCP/FURB 54 discentes (44 bolsistas remunerados e 09 estagiários curriculares), 14 docentes, 06 agentes de desenvolvimento solidário e 02 servidores técnico-administrativo. Esta equipe contemplou diversas áreas do conhecimento, tais como Artes Visuais, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Engenharia de Produção, Filosofia, Matemática, Música, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Teatro. Apesar de ser composta majoritariamente por bolsistas, estagiários e professores, a equipe contou com a atuação de 02 servidores técnico-administrativo cedido pela FURB e 06 agentes de desenvolvimento solidário contratados via convênio, sendo que destes 04 eram estudantes universitários e 02 eram integrantes de EES.

Houve variação nos integrantes da equipe de acordo com o objetivo e a duração de cada projeto executado. Percebemos que mesmo nos projetos em que as equipes eram reduzidas, manteve-se uma lógica interdisciplinar e baseada na educação popular, priorizando a produção coletiva do conhecimento e oportunizando aos seus integrantes conhecimentos que abrangem aspectos éticos, epistemológicos, técnicos e políticos. Importante ressaltar, por exemplo, que bolsistas que atuaram na equipe se tornaram lideranças no campo da ES, outros ingressaram em programas de pós-graduação e, não menos importante, é a constatação de que docentes que compõem a ITCP/FURB já estiveram vinculados a ela na condição de bolsistas (Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares, 2017a). Neste sentido, é importante reconhecer que uma incubadora, ao posicionar horizontalmente docentes e discentes num mesmo coletivo, proporciona a aproximação dos estudantes de seu projeto, com escuta, diálogo e aprendizagem (Santos & Cruz, 2008).

A proposta de atuação interdisciplinar, baseada numa perspectiva de educação dialógica e transformadora, acena para um elemento imprescindível para a universidade: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Conforme Serrano (2013), entendemos a extensão como um processo educativo e científico que produz um conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade e vice-versa. Mais do que uma ponte entre o saber e a prática, a ITCP/FURB se afirma na produção de um conhecimento construído coletivamente em prol da construção de uma sociedade mais justa e solidária. Assim, ao aproximar estudantes, professores, trabalhadores da ES, usuários, profissionais e gestores de políticas públicas, instituições governamentais e não-governamentais, o processo de incubação implica ações sistemáticas que atravessam políticas, subjetividades e experiências.

A partir do tripé ensino, pesquisa, e extensão, os membros da ITCP/FURB atuam constantemente em espaços de ensino e eventos relacionados às proble-

máticas da ES (Tabela 1). Dividimos, à critério de simplificação, estas categorias da seguinte forma: os espaços de ensino dizem respeito às ações voltadas ao fazer universitário, como oficinas, cursos de curta duração, apresentações em disciplinas de graduação e pós-graduação; e a participação em eventos demarca a atuação em seminários, palestras, congressos e afins. Importante destacar que em ambos os casos há a participação de docentes e discentes, o que configura uma potente oportunidade de formação acadêmica e profissional. Os eventos em que a equipe ITCP/FURB participa possuem perfil científico e, em muitos casos, profissional e político, englobando entidades e/ou profissionais, bem como órgãos governamentais e integrantes de movimentos sociais de abrangência regional e nacional. Esta é uma forma de qualificar a atuação da equipe, não apenas em termos acadêmicos, mas em relação aos espaços de luta dos trabalhadores vinculados a ES e ao fortalecimento de políticas públicas.

Tabela 1 – Ações da equipe ITCP/FURB

	Relatório ITCP 2016	Relatório ITCP 2017b	Relatório ITCP 2019a	Relatório ITCP 2019b	Relatório ITCP 2019c	Total
Reuniões de Equipe	50	Não se aplica	07	55	24	136
Encontros do Grupo de Pesquisa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	11	Não se aplica	11
Espaços de Ensino	36	35	Não se aplica	12	08	91
Participação em Eventos	45	51	Não se aplica	12	07	94
Artigos	06	11	Não se aplica	06	01	21
Livros	0	01	Não se aplica	0	0	01
Resumos	20	21	Não se aplica	37	04	62

Fonte: Os autores (2019)

Outro elemento que indica o fazer da Incubadora entrelaçado pela relação ensino, pesquisa e extensão é a produção de publicações acadêmicas realizadas por sua equipe. Estas totalizam 01 livro, 21 artigos e 62 resumos. Vale frisar o papel fundamental destas publicações, pois não discorrem apenas sobre os resultados do processo de trabalho da equipe, mas visam ampliar e qualificar o debate sobre ES, direitos humanos, políticas públicas e o papel social da extensão universitária. Outro indicador desta potente articulação ensino, pesquisa e extensão é o “Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da FURB, que conta com a participação de docentes e discentes da Incubadora. Neste grupo

ocorrem debates acerca de problemas sociopolíticos e econômicos regionais e nacionais, com foco na ES, visando colaborar teórica e metodologicamente para as estratégias de desenvolvimento regional.

Em relação ao processo metodológico de trabalho da equipe ITCP/FURB, a fim de garantir uma perspectiva de ação interdisciplinar, coletiva e autogestional, uma estratégia adotada é a reunião de equipe. Sua ocorrência tem periodicidade quinzenal, mensal, e/ou semestral, assim como pode ocorrer de forma extraordinária, dependendo das necessidades do projeto em execução. Como a ITCP/FURB é um programa que agrupa diferentes projetos, é muito comum que integrantes da equipe participem de ações mesmo quando estes não pertencem a um determinado projeto. Assim, a participação nas reuniões e demais ações de um projeto ocorre de acordo com as necessidades do processo de incubação, não se limitando apenas a equipe que oficialmente executa o projeto.

São nas reuniões de equipe, geralmente coordenadas por docentes e/ou bolsistas com mais tempo de participação no programa, que se qualifica a autogestão por meio das tomadas de decisão, organização e gestão dos projetos em execução e da própria Incubadora enquanto um programa de extensão. Coelho (2017) contribui com este debate ao considerar que é por meio das reuniões que acontece a participação coletiva e o fortalecimento do processo decisório, elementos-chave para o trabalho na perspectiva da ES. Importante destacar que as reuniões não possuem apenas o papel organizacional de qualificar as ações da equipe, pois apresentam uma função estratégica, na medida que permitem planejar a implicação das ações da ITCP/FURB na realidade político-social de Blumenau e região, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento local. Isso ficará evidente mais adiante, quando tratarmos das ações que a ITCP/FURB desenvolve em relação aos empreendimentos incubados, às redes e às instituições governamentais e não-governamentais com as quais dialoga.

As ações da ITCP/FURB têm como foco o desenvolvimento local. No entanto, como alertam Pedrini e Oliveira (2007), o desenvolvimento tem sido agregado à noção econômica e mercadológica alavancada pelo capitalismo, alcançando um caráter de exclusão e exploração exacerbada de recursos, desconsiderando as especificidades de cada localidade. É a partir do reconhecimento da diferença das potencialidades locais que o conceito de desenvolvimento toma forma na ITCP/FURB, em consonância com os princípios da ES. O desenvolvimento, desta maneira, não se limita à dimensão econômica, através da geração de renda, por exemplo, mas engloba o respeito à natureza e a dignidade humana, a inserção social, a valorização cultural dos sujeitos, entre outros aspectos essenciais para uma sociedade mais justa e solidária. Amaro (2009) também colabora com esta discussão ao analisar o desenvolvimento local a partir da autonomia dos sujeitos, definindo-o como um processo de satisfação de necessidades de uma comunidade local, a partir do protagonismo da comunidade nesse processo.

Com o intuito de fortalecer o desenvolvimento local, a ITCP/FURB busca a promoção de tecnologias sociais. Novamente, vale o destaque para a inversão conceitual operada a partir da lógica da ES. Como demonstram Santos e Theis (2019), a tecnologia social extrapola o conceito convencional de tecnologia que está atrelado, prioritariamente, à ideia do lucro e da redução do tempo necessário para a realização do trabalho. Em contrapartida, a tecnologia social possui uma organicidade com a realidade local, gerando novas ferramentas, técnicas e procedimentos que representam soluções para problemas da comunidade e visam condições de desenvolvimento solidário e sustentável numa atuação conjunta dos sujeitos em comunidade (Oliveira, Addor & Maia, 2017; Santos & Theis, 2019).

A atuação da ITCP/FURB na criação de tecnologias sociais pode ser identificada, por exemplo, no relatório do projeto “Ações integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local visando a superação da extrema pobreza no município de Blumenau”. Este projeto contemplou ações de capacitação dos empreendimentos, de articulação política com o poder público e movimentos sociais, bem como ações de comercialização. Como tecnologias sociais advindas deste projeto, podemos destacar: a) o “Fundo Rotativo Integridade”, mobilizando a captação de recursos financeiros para fortalecer os EES e seus trabalhadores, possibilitando recursos para aquisição de insumos, bem como empréstimos individuais para situações emergenciais dos trabalhadores; b) o “Centro Público Vitrine da Economia Solidária”, espaço de capacitação dos integrantes da ES, de divulgação deste movimento e de comercialização dos produtos desenvolvidos pelos empreendimentos que compõem o Fórum de Economia Solidária de Blumenau (FESB) e a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI); c) o fortalecimento da “Feira de Economia Solidária da FURB”, qualificando o processo de comercialização dos produtos dos EES de Blumenau e região a partir de feiras realizadas mensalmente no campus universitário. Importante demarcar que essas tecnologias sociais foram desenvolvidas a partir da atuação da ITCP/FURB e dos empreendimentos da RESVI, em diálogo com o Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES), com a gestão universitária e outros setores da FURB, com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMUDES) (Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares, 2019a).

Em relação à promoção de tecnologias sociais realizada pela ITCP/FURB, identificamos claramente a sua atuação dialógica com os mais diferentes atores sociais: empreendimentos e fóruns de ES, grupos comunitários, instituições públicas e privadas, usuários e profissionais de políticas públicas, especialmente vinculados ao campo dos resíduos sólidos, da Assistência Social, da Saúde Mental e da resocialização de pessoas egressas do sistema prisional. Esta lógica de atuação em rede (Mance, 2002) coloca ênfase nas relações entre diversidades que se integram, na potencialidade de transformação das singularidades e das coletividades. Neste

sentido, outro exemplo importante foi a participação da ITCP/FURB na construção do projeto de lei estadual de Economia Solidária (PL 124/2016), e a ação que realizou junto ao Ministério Público de Santa Catarina da Comarca de Navegantes, procurando garantir a continuidade das atividades da Recinave no município (Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares, 2019b). Estes exemplos indicam como as ações da ITCP/FURB estão entrelaçadas à realidade local no nível municipal, intermunicipal e estadual, sempre vislumbrando a dimensão concreta e singular dos EES.

Apesar das potencialidades da atuação da ITCP/FURB, pudemos perceber que suas ações são perpassadas por constantes e importantes dificuldades. Os relatórios apresentam impasses relacionados ao atraso no repasse de recursos financeiros; à complexidade dos processos de licitação para a compra de insumos; limitações de locomoção, devido a distância até os destinos de suas ações e a reduzida agenda dos transportes da FURB; dificuldades para a capacitação de novos bolsistas e professores, devido à especificidade da ES e das demandas dos empreendimentos (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, 2016; 2019c). Outro elemento que gera importantes desdobramentos para a atuação da Incubadora é a conjuntura política existente durante o período de execução dos projetos. Apesar de ser um elemento de difícil mensuração, ao realizar um olhar transversal sobre os documentos analisados, é possível perceber que a realidade de execução de cada projeto está diretamente vinculada às condições políticas daquele determinado período. Isto implica, por exemplo, reconhecer que a forma como os recursos estão disponibilizados em editais revela as tensões políticas dos projetos de sociedade que estão em pauta no Brasil. É importante reconhecer que estas tensões afetam a dinâmica econômica, organizacional e subjetiva da Incubadora e dos empreendimentos, posto que os elementos econômicos estão vinculados às possibilidades de atuação e de gestão destes coletivos e estas, por sua vez, estão implicadas com a produção de subjetividade dos seus integrantes, fortalecendo ou enfraquecendo a sua noção de pertencimento na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

As estratégias de ação e suas implicações para a realidade local

Os relatórios analisados revelam que foram assessorados 14 Empreendimentos de Economia Solidária (EES) durante o período 2013-2019, sendo frequente a participação de um mesmo EES em diferentes projetos, o que indica o caráter processual de incubação desenvolvido pela ITCP/FURB. O número de EES atendidos em cada projeto variou de acordo com o perfil do edital ao qual o projeto foi submetido. Em relação ao perfil dos EES, estes possuem entre 05 a 60 integrantes, totalizando 233. Em relação a territorialidade, os grupos estão presentes nos municípios de Indaial, Gaspar, Navegantes e, especialmente, Blumenau. No

que se refere à atividade produtiva, estes grupos direcionam suas ações ao artesanato (Alterblu, Aufasam Recomeçar, Enloucrescer, Gaspar Arte, Pura Arte, Verbo Tecer), à reciclagem de resíduos sólidos (Cooperreciblu e Recinave), à alimentação/agricultura (Café Com Arte, Natureza É Vida, Velha Fazendo Arte e 3A), à produção artística (Aufasam Recomeçar e Enloucrescer) e à prestação de serviços (Cooperconstrução e Cooperteia).

Uma característica importante da ação da ITCP/FURB junto aos EES é a busca pela articulação em redes, com destaque para o Fórum de Economia Solidária de Blumenau (FESB), a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI) e a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária da AMMVI, visto que esses espaços são constituídos por EES da região de Blumenau. Importante frisar que esta articulação em redes locais está vinculada a diferentes organizações, redes, grupos da sociedade civil e órgãos governamentais, como pode ser percebido, principalmente, a partir das reuniões da ITCP/FURB com os EES (886 reuniões) e redes/fóruns (208 reuniões) (Tabela 2). Os interlocutores deste processo são plurais, com destaque para: Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Prefeitura Municipal de Blumenau (PMB), Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (REDE ITCP's), Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), entre outros (Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares, 2017a). Desta forma, é importante reconhecer que o diálogo com diferentes atores sociais visa fortalecer os empreendimentos, suas ações políticas, suas práticas de produção e comercialização, bem como busca o fortalecimento e/ou a construção de políticas públicas de fomento à ES.

Paralelamente à atuação em rede, a Incubadora realiza ações direcionadas aos EES no processo de incubação. Estas podem ocorrer de modo: a) sistemático: acompanhamento processual dos grupos, geralmente com periodicidade semanal ou quinzenal; b) pontual: ações vinculadas a necessidades específicas e pontuais dos grupos, sem constituir uma ação contínua de assessoria; e c) territorial: objetiva a integração com a comunidade e instituições, a fim de promover o desenvolvimento local (Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares, 2017a).

Estas ações indicam que a ITCP/FURB e os empreendimentos apresentam relações mútuas e de interação constante, num contínuo processo educativo. Este processo, vale frisar, busca promover a produção e o compartilhamento de experiências e bens simbólicos com o intuito de suscitar a autonomia dos sujeitos e coletivos envolvidos. Podemos articular esta reflexão com a Educação Popular, na medida em que a incubação é entendida como um processo dialógico que supera a transmissão de saberes e se configura como um desafio de reinvenção das formas de produzir a vida em sociedade para além da lógica capitalista (Zitkoski, 2010).

Além dos elementos de ação junto aos EES já descritos neste texto, outro indicativo que contribui para esta reflexão sobre o caráter dialógico da incubação são as 1.422 oficinas e 15 cursos de curta duração realizados pela Incubadora (Tabela 2). Importante frisar que estas ações foram voltadas mais para as dimensões psicosociais da ES (vinculados ao desenvolvimento local, sustentabilidade, cidadania, entre outras) do que para a atividade produtiva dos empreendimentos. Isto indica que, apesar de estar relacionado a uma ação econômica e produtiva, o processo de incubação não pode ser desenvolvido a partir de uma ação pragmática e utilitária.

Tabela 2 – Ações da equipe ITCP/FURB direcionadas aos EES.

	Relatório ITCP 2016	Relatório ITCP 2017b	Relatório ITCP 2019a	Relatório ITCP 2019b	Relatório ITCP 2019c	Total
Oficinas	448	678	113	164	19	1.422
Cursos	06 (288 h)	01 (24 h)	01 (50h)	06 (94 h)	01 (108h)	564h
Visita Técnica	01	02	0	07	04	13
Reuniões com Em- preendimentos	95	584	57	121	29	886
Reuniões com Redes	30	88	20	70	Não Se Aplica	208
Palestras, Encon- tros, Participações em Eventos	33	25	Não Se Aplica	Não Se Aplica	Não Se Aplica	58
Divulgação/ Comu- nicação	05	31	Não Se Aplica	Não Se Aplica	Não Se Aplica	36
Feiras	22	43	35	28	Não Se Aplica	128

Fonte: Os autores (2019)

Outro importante indicativo da perspectiva educativa do processo de incubação advém da constante participação dos integrantes dos EES e da ITCP/FURB em eventos (palestras, simpósios, congressos, minicursos, visitas técnicas e afins) e debates relacionados às políticas públicas. Um exemplo foi a visita técnica ao Serviço de Saúde Cândido Ferreira, em Campinas (SP), importante referência no que tange às práticas de reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento mental a partir da ES. Esta visita permitiu que aproximadamente trinta integrantes da RESVI, pertencentes não apenas ao segmento da Saúde Mental, pudessem co-

nhecer a forma de trabalho autogestionário desenvolvido pelo Serviço de Saúde Cândido Ferreira, conhecendo as suas práticas de produção, comercialização, gestão e articulação com demais redes, instituições e empreendimentos (Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares, 2017b).

Outra importante implicação das ações da ITCP/FURB na realidade político-social de Blumenau e região diz respeito ao fomento às práticas econômicas, especialmente a partir da organização de feiras de ES ou do incentivo a participação em espaços de comercialização, totalizando 128 feiras (Tabela 2). A maior parte destas feiras foram vinculadas a ES e ocorreram em Blumenau, porém houve também a participação em feiras em outras cidades e estados, como a Feira de Feira Internacional do Cooperativismo, em Santa Maria/RS. Segundo indica Schulz et al. (2015), as feiras de ES são espaços que propiciam: a) demarcação de um importante ponto estratégico de distribuição de produtos solidários; b) promoção e resgate da relação direta entre produtores e consumidores; c) disseminação da ES, além do fortalecimento entre redes e fóruns; d) geração de renda e trabalho a partir do comércio justo.

Por fim, outra ação importante da Incubadora em relação à realidade local diz respeito a divulgação. Os relatórios apontam o desenvolvimento de entrevistas em rádio e TV, publicações em jornais, nas redes sociais, releases, cartazes e panfletos. Tais ações são importantes estratégias de fortalecimento da ES, pois contribuem para a expansão e o fortalecimento da ES na região, além de favorecer a comercialização dos produtos dos empreendimentos. Desta maneira, as ações de divulgação são importantes na medida em que atuam na dimensão social da subjetividade (Gonzalez Rey & Martínez, 2017), não apenas divulgando informações sobre a ES, mas, fundamentalmente, colaborando para a produção novos sentidos sobre o projeto de uma sociedade mais justa e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das ações desenvolvidas pela ITCP/FURB durante o período de 2013 a 2019 nos permitiu ter acesso a uma gama de potentes experiências. Um primeiro indicador desta potencialidade é o modo de atuação interdisciplinar da equipe da ITCP/FURB, que contemplou diferentes áreas do conhecimento e foi composta por 54 discentes, 14 docentes, 06 agentes de desenvolvimento solidário e 02 servidores técnico-administrativo.

Outro elemento importante para compreender a ITCP/FURB é a sua proposta de atuação baseada numa perspectiva dialógica e transformadora, demarcando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal proposta oferece desdobramentos para a própria equipe, no sentido de promover uma produção coletiva do conhecimento que abrange aspectos éticos, epistemológicos, técnicos e políticos. Na mesma medida, esta proposta de atuação afeta a realidade local ao

visar a capacitação dos EES, sua articulação política com o poder público e movimentos sociais, bem como a qualificação de suas ações de comercialização.

A potencialidade da ITCP/FURB também é perceptível a partir da pluralidade de ações desenvolvidas por sua equipe, tais como reuniões, oficinas, cursos de curta duração, feiras, eventos vinculados à universidade e às políticas públicas, ações de divulgação na mídia local, pesquisas, publicações científicas, debates em disciplinas de graduação, pós-graduação e grupo de pesquisa, entre outras. Importante reconhecer que estas ações estão relacionadas às políticas públicas, especialmente vinculadas ao campo dos resíduos sólidos, da Assistência Social, da Saúde Mental e da ressocialização de pessoas egressas do sistema prisional. Ademais, importante frisar a lógica de atuação em rede adotada pela ITCP/FURB, posto que lhe permite entrelaçar suas ações à realidade local em nível municipal, regional, estadual e nacional. Desta maneira, as ações da ITCP/FURB são colocadas no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária em diálogo com diferentes atores: estudantes, professores, trabalhadores da ES, usuários, profissionais e gestores de políticas públicas, universidades, fóruns de ES, grupos comunitários, organizações governamentais e da sociedade civil.

Por fim, apesar das potencialidades, pudemos perceber que a atuação da ITCP/FURB é perpassada por importantes desafios relacionados ao atraso no repasse de recursos financeiros; à complexidade dos processos de licitação para a compra de insumos; limitações de locomoção; dificuldades para a capacitação dos integrantes da equipe; impactos da conjuntura política existente durante o período de execução dos projetos que afetam a dimensão econômica, organizacional e subjetiva dos empreendimentos e da ITCP/FURB.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, p. 282-317, jan./jun., 2009.

COELHO, Débora Alice. *Contribuições das Incubadoras Tecnológicas De Cooperativas Populares Solidárias no Desenvolvimento Regional Sustentável: Um estudo de caso do Núcleo de Estudo em Cooperação*. 2017. 70 f. TCC. Curso De Ciências Econômicas, Universidade Federal Da Fronteira Sul, Laranjeiras Do Sul, 2017.

CONTESINI, Alan Franchesco Previley.; HINKEL, Jaison.; PRIM, Lorena de Fátima; CUNHA, Bruna de Melo;. Reabilitação Psicossocial: a experiência da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Vale do Itajaí. In: *XIII Seminário Internacional del Comité de Procesos Cooperativos y Asociativos - PROCOAS*, São Paulo, 2017.

CRISTOFFOLI, Pedro Ivan; SANTOS, Cristina Sturmer. O potencial da práxis transformadora na extensão universitária num país em contexto de fratura social exposta. In: VALADÃO, Adriana da Costa.; CUNHA, Luiz. Alexandre Gonçalves.; BRASIL, Manuela Salau; MOURA, Reidy Rolim. **Economia Solidária e Tecnologia Social: práticas e reflexões**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2018, 39-60.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de., SOUZA, Soraia Riva Goudinho. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FILHO, Genauto Carvalho de França.; CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPAÑHA, Pedro. (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 224-230.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (BRASIL). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2015.

GONZÁLEZ REY, Fernando. & MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas: Alínea, 2017.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. **Fortalecimento da ITCP/FURB para a realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à Economia Solidária em Blumenau e região**. FURB: Blumenau, 2016.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. **Proposta de Institucionalização da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares como programa permanente da Universidade Regional de Blumenau**. FURB: Blumenau, 2017a.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. **PROEXT 2013 – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares**. FURB: Blumenau, 2017b.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. **Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local Visando a Superação da Extrema Pobreza no Município de Blumenau**. FURB: Blumenau, 2019a.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. **PROEXT 2015 – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares**. FURB: Blumenau, 2019b.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. O cárcere e a cidadania: reintegração sócio-econômica de pessoas em privação de liberdade. FURB: Blumenau, 2019c.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David; AVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Almedina, 2009, p. 162-168.

MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária.** IFIL, Curitiba, 2002.

MARCHI, Rita de Cássia.; PRIM, Lorena de Fátima.; ANDRADE, Edinara. (Orgs.). **Economia Solidária na ITCP/FURB:** reflexões e experiências em busca de inclusão social. Blumenau: Meta, 2013.

OLIVEIRA, Thaís; ADDOR, Felipe; MAIA, Laissa. As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. In: **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária:** concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018, p. 55- 70.

PEDRINI, Dalila Maria.; OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. **Emancipação**, v. 7, n. 1, p. 111-133, jan. 2007.

SANTOS, Aline Mendonça; CRUZ, Antonio C. M. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **E-cadernos CES**, n. 2, p. 01-16, dez. 2008.

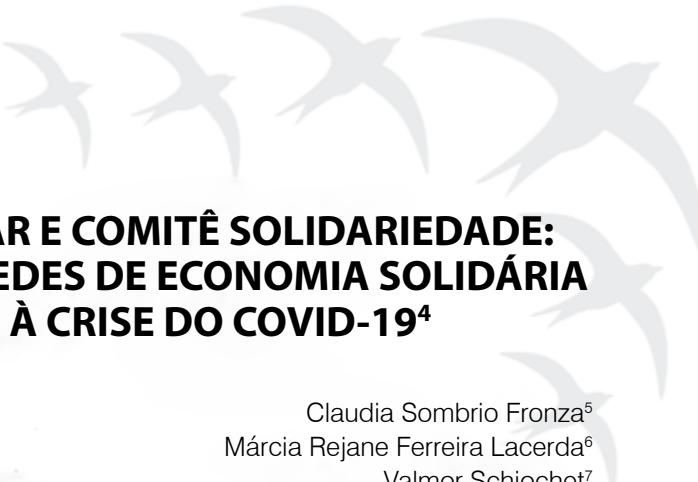
SANTOS, Nelson Afonso Garcia; THEIS, Ivo Marcos. Tecnologia social e economia solidária no desenvolvimento desigual: limites e possibilidades. **Revista Baru**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 237-250, jun. 2019.

SCHULZ, Jéferson Réus da Silva et al. Canais de comercialização para empreendimentos econômicos solidários: a ótica da distribuição no contexto das feiras de economia solidária. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Rondônia, v. 7, n. 2, p. 64-87, mai./ago. de 2015.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, v. 13, n. 8, p.01-15, 2013.

VERONESE, Marília Veríssimo. Subjetividade, trabalho e economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 84, p. 153-167, mar. 2009.

ZITKOSKI, J. J. Educação Popular e Economia Solidária: um diálogo possível e necessário. *Diálogos*, n.17, p. 97-106, 2010.



EDUCOMUNICAR E COMITÊ SOLIDARIEDADE: FOMENTANDO REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MEIO À CRISE DO COVID-19⁴

Claudia Sombrio Fronza⁵

Márcia Rejane Ferreira Lacerda⁶

Valmor Schiochet⁷

INTRODUÇÃO

O projeto Educomunicar: Comunicação, Educação e Economia Solidária é um projeto de extensão da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB que têm como objetivos organizar, articular e realizar ações de educação em Economia Solidária e Comunicação Popular, utilizando-se de experiências de tecnologia social e possibilitando aos envolvidos desenvolverem habilidades de comunicação e divulgação em Economia Solidária. O projeto previa inicialmente oito ações socioeducativas com a finalidade de debater o que é Economia Solidária e autogestão, processo de assessoria e incubação, mercado de trabalho e marco regulatório, além de formação em mídias sociais, elaboração de planos de comunicação, elaboração de material publicitário (digital e impresso) e proposta de programa de rádio sobre Economia Solidária na Rádio Comunitária Fortaleza, todos a serem desenvolvidos durante o ano de 2020, junto aos Empreendimentos de Economia Solidária assessorados pela ITCP/FURB.

Porém, com a crise sanitária provocada pelo COVID-19, as atividades presenciais na FURB foram suspensas e as atividades planejadas tiveram que ser adaptadas; reuniões entre os extensionistas e o público-alvo do projeto passaram a ser realizadas por meio virtual, através das plataformas Microsoft Teams ou Goo-

⁴ Este texto é uma versão modificada de um artigo originalmente publicado na Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense, v. 8, n. 16, p. 233–245, 2021.

⁵ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

⁶ Especialista (MBA) em Gestão Pública pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci; Especialista em Arte e Educação pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci; servidora técnico-administrativa da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

⁷ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB). Professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

gle Meet; intensificou-se o uso de ferramentas de comunicação como WhatsApp e a utilização das mídias sociais Facebook e Instagram, objetivando preencher as lacunas impostas pelo isolamento social.

De acordo com Fronza, Lacerda e Schiochet (2019, p.01), a informação é uma ferramenta importante para promoção da cidadania, essa definida como um processo onde encontram-se as redes de relações, conjuntos de práticas (sociais, econômicas, políticas e culturais), tramas de articulações que explicam e estão abertas para que se redefinam as relações dos indivíduos e grupos com o Estado. O debate sobre inclusão, participação, identidade, reconhecimento e autonomia pode ser associado a discussão de cidadania e ao acesso à direitos. O acesso à informação caracteriza-se como um direito básico e fundamental, de todo e qualquer cidadão, previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), art. 5º, inciso XXXIII, amparado pela lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que faz valer as seguintes diretrizes: art. 3º: Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparéncia na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Numa conjuntura de perda de direitos, aumento do conservadorismo e criminalização das camadas sociais mais empobrecidas, as inúmeras transformações de ordem social, econômica, política, cultural, implicam alterações no cotidiano pessoal, social e familiar, tornando-se ainda mais necessário investir na formação de cidadãos críticos e capazes de contribuir para construção de relações mais simétricas e menos injustas. Para Freire (1979, p. 16) “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”. E, de acordo com Sarmento (1994, p. 272), a informação, em sua acepção mais ampla, a comunicação, tem uma função ideológica que permite dotar de sentido, coerência, identidade, etc., a vida do homem e suas ações, tornando-se quase um guia para a sua prática social. Na mesma direção, Gomes (2000, p. 170) ratifica a importância da democratização das informações e do saber, pois este tem sido usado como privilégio para o exercício da dominação e do poder autoritário numa sociedade como a brasileira, atravessada pela cultura da troca de favores, da subalternidade e do clientelismo.

Assim, a informação e a reflexão constituem elementos fundamentais para a obtenção de maior participação política dos cidadãos, para a mobilização e luta organizada na direção da ampliação dos direitos sociais, bem como para a efetivação daqueles já instituídos. Araújo (1992, p.46), afirma que o direito à

informação é a condição essencial para o exercício da cidadania. Nessa direção, as ações socioeducativas podem efetivamente oportunizar aos sujeitos políticos e econômicos um processo de vivência que imprime sentido e significado ao trabalho associativo, tornando-o protagonista de sua história, uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica, geradora de novos princípios e uma nova cultura política.

De acordo com a Recomendação nº 8, de 4 de julho de 2012, elaborado na II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES, 2012), as diretrizes para as políticas de formação em Economia Solidária são definidas como uma “construção social”, que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A Economia Solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade.

Conforme consta no texto de referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES, 2014), a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em Economia Solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção. Esses processos são concebidos como práxis de aprendizagens coletivas, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas sobre a (e a partir da) realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. Entendendo práxis como a interrelação entre teoria(s) e prática(s) a partir da observação sobre a realidade, num constante movimento de reflexão e avaliação, resultando em novas ideias e ações. A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à Economia Solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida.

A comunicação popular necessita ser vivenciada, conforme Kaplun (1987, p. 17, [apud] Beskow, 2011, p. 45). Todo comunicador popular é, antes de tudo, um educador popular, o processo de criação do meio que comunica é tão ou até mais importante que o produto e, assim como todo educador é também um educando, o receptor é também emissor e vice-versa. A partir desse pressuposto, entende-se que todo processo de comunicação popular deve ser, a priori, educativo: a comunicação ocorre de maneira bilateral, se tornando instrumento de emancipação. O objetivo principal do comunicador popular é estimular a reflexão sobre a realidade

em que vivemos, proporcionando o debate sobre a sociedade e sua estrutura, possibilitando que o meio de comunicação não seja um fim em si mesmo, mas que seu processo de produção possa ser um instrumento de organização popular.

DESENVOLVIMENTO

Após a década de 70, do século XX, com o contexto de crise do capital e de avanço do projeto neoliberal, constata-se o desmonte do sistema de proteção social, o aumento do desemprego e da pobreza no Brasil. Essa situação, agravada pela pandemia do COVID/19⁸, impossibilitou que vários trabalhadores da Economia Solidária pudessem desenvolver suas atividades produtivas, por constituir-se em um modelo que privilegia interações “face a face”, ou seja, é uma economia feita de pessoas para as pessoas, que depende do encontro delas para produzir, trocar e consumir. As exigências do isolamento social como principal medida de contenção da COVID-19 interditaram as possibilidades de encontro presencial e comprometeram a continuidade desses processos socioeconômicos. Isso pode ser constatado em inúmeras situações, como no caso das atividades de reciclagem de materiais desenvolvidas pelas cooperativas e associações de catadores no Brasil. Nos processos em que a produção é familiar e autônoma, os laços interrompidos foram com o mercado, seja ele institucional, justo ou convencional. Com a suspensão das aulas escolares e outras atividades governamentais, as associações e cooperativas da agricultura familiar, assentamentos e comunidades tradicionais produtoras de alimentos não puderam comercializar seus produtos para os programas de alimentação escolar no Estado de Santa Catarina. O mesmo aconteceu com o fechamento dos espaços fixos de comercialização e as feiras. Também temos a situação da cultura, que ficou impossibilitada de realizar atividades e apresentações públicas. Enfim, o distanciamento provocou a interrupção dos fluxos da Economia Solidária e fez com que trabalhadores passassem a depender de outras fontes de renda, a exemplo do auxílio emergencial (Schiochet, 2020).

Diante desta situação, da necessidade eminente que os trabalhadores da Economia Solidária estavam enfrentando, pensou-se numa alternativa que pudesse auxiliar estas pessoas. A partir de uma reunião preliminar com docentes e representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Blumenau (SC) e região foi sugerida a criação de um Comitê, que ajudaria as famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social: o Comitê Solidariedade.

O Comitê organizou-se através de reuniões *online* com uma rede de voluntários formada por discentes, docentes e técnico-administrativos da FURB, repre-

⁸ Cabe mencionar que, para além das dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia, a região do Vale do Itajaí foi atingida por um Ciclone “Bomba”, com forte poder de destruição, em 30 de junho de 2020. Muitas famílias da Economia Solidária foram afetadas com queda de árvores, destelhamentos e prejuízos nas estruturas residenciais.

sentantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários, organizações da sociedade civil e comunidade em geral. Em 20 de maio de 2020 aconteceu a primeira reunião, em que se deliberou pela criação do Comitê e definiu-se o público-alvo das ações: comunidade local na abrangência da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI) e famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social – e o que seria arrecadado: doações financeiras para viabilizar a aquisição de produtos dos EES/RESVI, além de doações de alimentos não perecíveis, material de higiene e limpeza e roupas.

Os voluntários não pertencentes aos grupos considerados de risco à contaminação pelo COVID-19 se dispuseram a: organizar as ações de mobilização; sensibilização; divulgação; articulação; estudo do contexto social, econômico e cultural; planejamento e gestão das doações, aquisições e distribuição.

Considerando a necessidade de manter o isolamento social, ao longo dos meses criou-se uma logística de busca e entrega de doações diretamente nas residências, empresas e empreendimentos que solicitassem através dos contatos divulgados. As demandas dos empreendimentos foram registradas numa planilha compartilhada entre os voluntários e as prioridades de atendimento deliberadas em reuniões on-line do Comitê.

O Centro Público Vitrine de Economia Solidária, localizado no município de Blumenau e fechado desde março/2020 em virtude da pandemia, serviu como local de armazenamento e recebimento das doações. Para trabalhar no local, organizou-se uma escala entre os voluntários. Para recebimento das doações financeiras foi criada conta corrente em uma Cooperativa de Crédito.

Atuação do Projeto Educomunicar

Após a definição das ações do Comitê Solidariedade, o Projeto Educomunicar foi o responsável por realizar a sensibilização e mobilização para que os recursos necessários pudessem ser arrecadados, utilizando as mídias sociais tanto como meio de atingir os objetivos do Comitê, bem como sendo as grandes protagonistas do processo.

Andreas Kaplan e Michael Haenlein (2010) definem mídias sociais como sendo “um grupo de aplicações baseadas na Web que representam as fundações tecnológicas e ideológicas da Web 2.0, permitindo a criação e compartilhamento de conteúdo gerado pelo usuário”. Assim, pode-se dizer que as mídias sociais permitem aos seus usuários, além da possibilidade de interação, a criação de conexões com outros usuários que tenham objetivos semelhantes, criando redes de informação e troca de experiências. Esta prática resulta em conexões entre indivíduos que em outros contextos sociais de interação mediada possivelmente não seriam realizadas.

Diante disso, definiu-se que a estratégia de divulgação do Comitê Solidariedade aconteceria através das mídias sociais Facebook e Instagram e do aplicativo de comunicação WhatsApp, além do envio de releases para sites e jornais locais.

Para a criação das páginas no Facebook e Instagram, primeiramente criou-se coletivamente uma identidade visual para o Comitê:

Figura 1 – Identidade Visual Comitê Solidariedade



Fonte: Projeto Educomunicar e Comitê Solidariedade (2020)

Figura 2 – Aplicação Identidade Visual do Comitê Solidariedade: cabeçalho para Facebook



Fonte: Projeto Educomunicar e Comitê Solidariedade (2020)

A partir do dia 25 de maio de 2020 até 20 de agosto de 2020, quando se decretou o encerramento das atividades do Comitê, em virtude da retomada das atividades no Centro Público Vitrine de Economia Solidária, foram realizadas 77 publicações no Facebook, com 203 seguidores e 61 compartilhamentos realizados. Obteve-se uma média de 108 pessoas alcançadas por publicação, sendo que ape-

nas uma publicação alcançou 1.216 pessoas. O número de reações, comentários, compartilhamentos e cliques (engajamento) neste período foi em média de 13 por publicação, sendo que em uma postagem houve o engajamento de 72 pessoas. A postagem que mais obteve alcance e engajamento foi a que solicitava a colaboração com R\$ 50,00 para a aquisição de cestas com produtos agroecológicos, que seriam doadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica:

Figura 3 – Postagem do Comitê Solidariedade no Facebook com maior alcance e engajamento



Fonte: Projeto Educomunicar e Comitê Solidariedade (2020)

Paralelo a isso, no perfil do Comitê Solidariedade no Instagram foram realizadas 36 publicações, obtendo 139 seguidores. Muitas das postagens foram realizadas no Facebook e não realizadas no Instagram, devido ao conteúdo da mensagem, já que o Instagram se caracteriza por ser muito mais visual do que o Facebook.

Com relação ao perfil demográfico dos usuários, segundo os dados fornecidos pelos próprios usuários ao se cadastrarem no Facebook e Instagram, obteve-se os seguintes dados: a maioria do público que seguiu as páginas do Comitê Solidariedade eram do gênero feminino - 72% no Facebook e 74,6% no Instagram (gênero masculino: 25,5% - Facebook e 24,1% - Instagram); com relação à faixa etária, nota-se que os usuários do Facebook possuíam idade mais elevada, em comparação aos usuários do Instagram. Isso deve-se ao perfil de usuários da própria mídia social: segundo pesquisa realizada pelo Instituto Pew Research Center, o Instagram é preferido pelo público mais novo, sendo mais popular entre pessoas de 18 a 29 anos, e 55% das pessoas nessa faixa etária que estão na internet usam

a rede social. Já o Facebook é melhor em atrair pessoas de faixa etária acima de 29 anos e, apesar de ser mais popular entre pessoas da mesma faixa etária que o Instagram, o número de usuários é maior: 77% de quem utiliza a internet tem um perfil na maior rede social do mundo.

Figura 4 – Dados demográficos fornecidos pelo Facebook e Instagram



Fonte: Projeto Educomunicar e Comitê Solidariedade (2020)

Embora o foco deste relato de experiência seja o que foi executado no âmbito do Comitê Solidariedade, outras ações de extensão foram realizadas pelo projeto Educomunicar durante o período da pandemia, de acordo com as demandas identificadas. Por exemplo, logo no início da pandemia, percebeu-se uma lacuna em termos de conhecimentos tecnológicos no público-alvo do projeto – integrantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários - para acessarem plataformas de reuniões e aplicativos de comunicação, como WhatsApp, Google Meet e o Microsoft Teams. Diante disso, foram organizadas formações pontuais on line com os interessados, além da elaboração de um documento orientativo com um passo a passo de como acessá-las.

Também surgiu a necessidade de realizar orientações das medidas de prevenção ao enfrentamento do COVID-19 aos cooperados da COOPERRECIBLU - Cooperativa dos Trabalhadores Coletores de Resíduos Recicláveis de Blumenau. Para isso, foram desenvolvidos cartazes (posteriormente postados nas mídias sociais), escritos em português e em crioulo haitiano, visando atender o grande número de cooperados haitianos. Foi realizada ainda uma campanha de conscientização ao correto descarte de máscaras de proteção, visto essa ação impactar diretamente na saúde dos cooperados da COOPERRECIBLU que atuam na separação dos resíduos. Para isso, utilizou-se o site da FURB, com o envio de releases e a Rádio FURB FM, onde foram veiculados *spots* educacionais orientativos.

Figura 5 – Cartaz de Prevenção ao COVID-19 – português



Fonte: Projeto Educomunicar

Figura 6 – Cartaz de Prevenção ao COVID-19 – Crioulo Haitiano



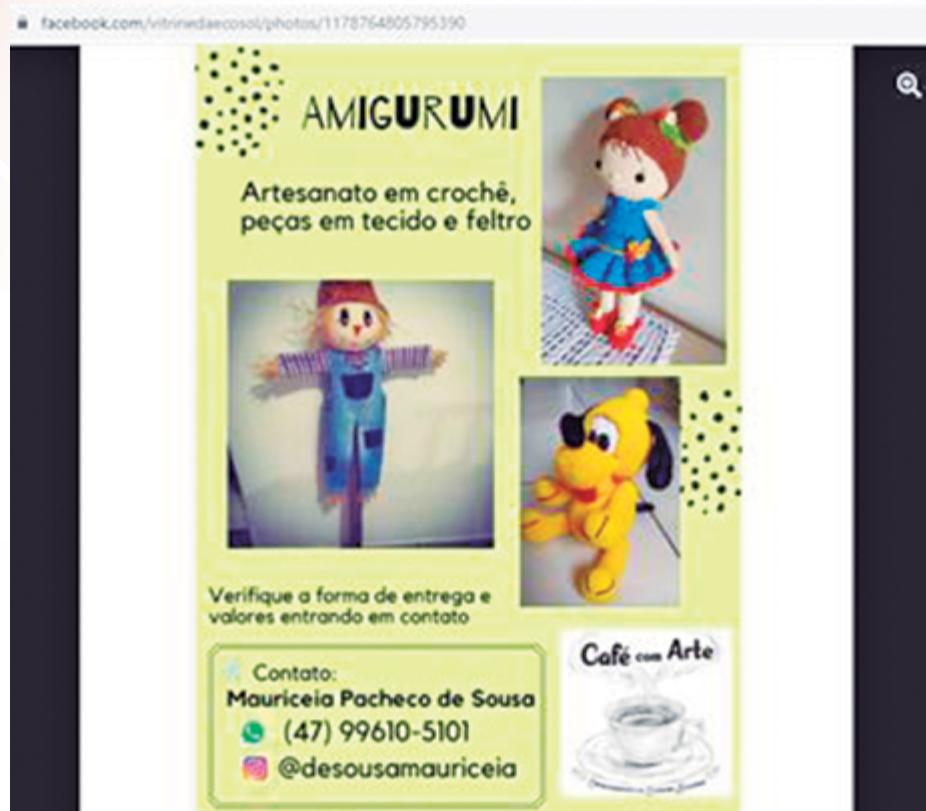
Fonte: Projeto Educomunicar

Outro problema enfrentado pelos trabalhadores da Economia Solidária foi a impossibilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários realizem a comercialização dos seus produtos, visto que antes isso era realizado através da Feira de Economia Solidária, realizada mensalmente de forma presencial na FURB e também no Centro Público Vitrine de Economia Solidária, cujas atividades foram temporariamente suspensas a partir de março de 2020. Para isso, desenvolveu-se um Catálogo Virtual, onde constava o nome do empreendimento, o responsável pela confecção/comercialização do produto, o contato e os produtos que poderiam ser encomendados e posteriormente entregues. Esse catálogo foi divulgado através do WhatsApp e também do Facebook e Instagram do Centro Público Vitrine da Economia Solidária, possibilitando a comercialização e também o trabalho e a renda, mesmo durante a pandemia.

Figura 7 – Postagem do Catálogo Virtual no facebook do Centro Público Vitrine da Economia Solidária



Figura 8 – Postagem do Catálogo Virtual no facebook do Centro Público Vitrine da Economia Solidária



Fonte: Projeto Educomunicar

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Comitê Solidariedade foi uma iniciativa que buscou construir fluxos econômicos e articulação, organização e cooperação por meio do fomento a processos de produção, comercialização e consumo dos EES. Toda sua divulgação foi feita através das mídias sociais criadas e mantidas para o Comitê pelo projeto Educomunicar, que mobilizou e aproximou virtualmente as pessoas em prol de um objetivo comum.

A constituição de Redes de Economia Popular e Solidária é um importante instrumento de articulação de setores do estado e da sociedade civil, organizando e fortalecendo os EES no sentido da inclusão social e da democratização das relações de trabalho. As redes incluem trabalhadoras(es) em vários setores de produção, beneficiamento, comercialização, serviços diferenciados pela produção

coletiva, autogestão (Laporte, 2017, p. 08). As redes de colaboração pressupõem articulações de ajuda mútua que podem, por exemplo, ter finalidade financeira e colaboração solidária, que atuam na perspectiva da transformação social, tendo em vista o bem viver, o bem comum de todo o ambiente, com as plantas, os minerais e os animais, incluindo as pessoas (Laporte, 2017, p. 11). As redes de colaboração solidária tornam-se importantes espaços promotores de intercâmbios econômicos associativos, colaborativos e autogestionários.

O grande desafio do Comitê Solidariedade foi articular ações de doações convencionais com uma estratégia de solidariedade que favorece a constituição de redes de cooperação com base nos princípios da Economia Solidária.

Assim, em que pese que a arrecadação de doações não constituía o principal objetivo do Comitê, considerando a realidade social vivenciada pelas famílias e demandas apresentadas, para além das ações previstas, recebeu-se alimentos não perecíveis (315 kg e 48 litros de leite), itens de higiene e limpeza (150 itens), roupas, calçados, cobertores (mais de mil peças) e insumos têxteis, que foram distribuídos conforme demandas dos trabalhadores dos EES. Também se contou com o apoio de projetos internos da FURB, como o curso de Odontologia com o “FURB Móvel” e iniciativas particulares de docentes da instituição, como a Psicóloga Adriana Lobo Müller que criou o Projeto Saber Solidário, com cursos on line e doou 50% do valor das inscrições para o curso ao Comitê.

A primeira ação do Comitê ocorreu no mês junho/2020, em parceria com a FURB, no qual foram doadas pela Universidade aproximadamente 150 peças de roupas esquecidas pelos estudantes nos Campi durante o ano de 2019 e que não foram procuradas por seus proprietários. Após higienização e reparos, foram destinadas a 60 associados da Cooperativa dos Trabalhadores Coletores de Resíduos Recicláveis de Blumenau - COOPERRECIBLU.

Através da Campanha do Agasalho realizada pelo Corpo de Bombeiros de Blumenau, o Comitê recebeu aproximadamente 600 itens de vestuário, sendo a maioria destes destinados aos apenados do sistema prisional, liberados antecipadamente para o regime aberto por conta da contaminação pelo COVID-19 nas instituições penais.

Por meio da divulgação realizada nas mídias sociais do Comitê, incentivou-se a doação financeira, no valor de R\$50,00, para aquisição de cesta com alimentos orgânicos produzidos por agricultores familiares da região do Vale do Itajaí e Alto Vale. Recebeu-se doações pessoais e também da Associação dos Professores da FURB (APROF/FURB) e do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau (SINTRASEB), totalizando R\$ 11.500,00.

A partir disso, firmou-se parceria para aquisição de alimentos com o Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais (CEMEAR), da cidade de Presidente Getúlio-SC e o Projeto Abrigos da Terra, beneficiando diretamente 13 famílias que estão iniciando a produção de alimentos agroecológicos em municípios

do Alto Vale do Itajaí. Foram adquiridas 210 cestas (com 9,3kg cada) de alimentos agroecológicos, totalizando a aquisição de 1.953 kg de alimentos e 300 litros de leite. Também foram transferidos recursos para compra de material de construção visando o reparo das residências de trabalhadores dos EES atingidas pelo Ciclone “Bomba” que atingiu a região em 30 de junho de 2020. Além disso, foram realizadas doações de cestas agroecológicas e roupas para a Comunidade Indígena de José Boiteux, além da compra de alimentos da Cooperativa de Assentados do MST, para serem entregues na Aldeia Tiarajú/Piraí (Araquari-SC).

Como desdobramento das ações realizadas, fomentou-se e criou-se o Grupo de Compras Coletivas “Consumo Consciente”, uma Rede Solidária de Produção e Consumo de Agroecologia do Vale do Itajaí que organiza a compra coletiva de alimentos orgânicos produzidas pelas famílias de agricultores do Projeto Abrigos da Terra e vende a consumidores de Blumenau, sendo feita a entrega média quinzenal de 50 cestas.

Cabe destacar o trabalho desenvolvido por acadêmicos extensionistas da FURB que oportunizou correlacionarem teoria-prática e vivenciarem realidades socioeconômicas das mais diversas, contribuindo no processo de formação pessoal e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da crise do COVID-19, em que a preocupação com a coletividade se faz ainda mais necessária para evitar a proliferação do vírus, a Economia Solidária aparece como uma alternativa aos trabalhadores e reafirma a importância de construir laços de cooperação, cuidado mútuo e solidariedade para enfrentar os desafios que estão postos. Diante do desamparo estatal e das medidas protetivas governamentais insuficientes para enfrentar as expressões da questão social, a organização do Comitê Solidariedade apresentou-se como uma importante iniciativa de apoio aos trabalhadores dos EES, que por meio dele tiveram acesso às condições básicas de sobrevivência, além de vislumbrarem possibilidades de geração de trabalho e renda e constituição de redes de colaboração solidária.

O Comitê, mesmo com uma ação pontual, possibilitou que trabalhadores/as da Economia Solidária afetados diretamente pela pandemia pudessem ter acesso a redes de apoio e cooperação mútua, além de possibilitar à 16 acadêmicos extensionistas dos cursos de Serviço Social, Farmácia, Psicologia, Jornalismo, Artes Visuais, Direito, Música e Ciências Sociais uma vivência única, pautada nos preceitos da Economia Solidária.

Foram atendidas com doações (físicas e financeiras) diretamente 157 famílias e através de campanhas informativas/orientativas sobre o COVID-19 realizadas na Rádio FURB FM, nas mídias sociais Facebook e Instagram e da atuação *online* junto ao Fórum Catarinense de Economia Solidária na reivindicação de

medidas de apoio a Economia Solidária, estima-se que mais de 5000 pessoas foram beneficiadas indiretamente.

Apesar de todos os desafios no ano de 2020, foi possível, com algumas adaptações, desenvolver várias ações pelo Projeto Educomunicar que favoreceram a comunicação social, novas aprendizagens e acesso a recursos físicos e materiais que foram direcionados as pessoas/grupos associativos com mais dificuldades de prover sua sobrevivência e as necessidades sociais na pandemia.

A divulgação da Economia Solidária como um todo e, consequentemente, da ITCP/FURB através das mídias sociais, num período de isolamento social e organização de trabalho *home office*, foram estratégias metodológicas não planejadas incialmente, mas que nesta “nova realidade” pode ser replicada e utilizada com maior frequência para viabilizar as ações de extensão universitária.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **Informação, Cidadania e Sociedade no Brasil**. Inf. & Soc.: Est, João Pessoa, v.2, n.1, jan./dez. 1992. Disponível em:
https://brapci.inf.br/index.php/article/download_view/13939. Acesso em 04 out. 2019.

BESKOW, Cristina Alvares; HELENE, Diana; CESTARI, Mariana Jafet. **A Comunicação Popular na construção da Identidade**. Coletiva - reflexões sobre incubação e autogestão, Campinas, SP: Unicamp. Instituto de Economia, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
http://www.Planalto.Gov.Br/ccivil_03/constituicao/constituicao.Htm. Acesso em 29 mai. 2021.

CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária, II, Brasília - DF. **Recomendação nº 08 do Conselho Nacional de Economia Solidária**, de 04 de julho de 2012. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/economia_solidaria_ii/caderno_propostas_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021..

CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária, III, Brasília - DF. **Texto de referência: contextualização e balanço nacional** - Secretaria Nacional de Economia Solidária- Ministério do Trabalho e Emprego. 2014. Disponível em:
<http://acesso.mte.gov.br/data/files/ff808014373793b0143bb08893640e8/texto%20de%20refer%C3%A7a%C3%A1fica.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2021..

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRONZA, C. S.; LACERDA, M. R. F.; SCHIOCHET V. **Projeto Educomunicar: Comunicação, Educação E Economia Solidária.** Disponível em: <https://www.furb.br/pqex/projeto/buscaProjeto.view?nrAnoProjeto=2019&nrProjeto=742> Acesso em: 29 mai. 2021.

GOMES, Ana Lígia. **Os conselhos de políticas e de direitos.** In: Capacitação em serviço social e política social: módulo 2 - Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2000.

KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. **Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media.** Business Horizons 53, 2010.

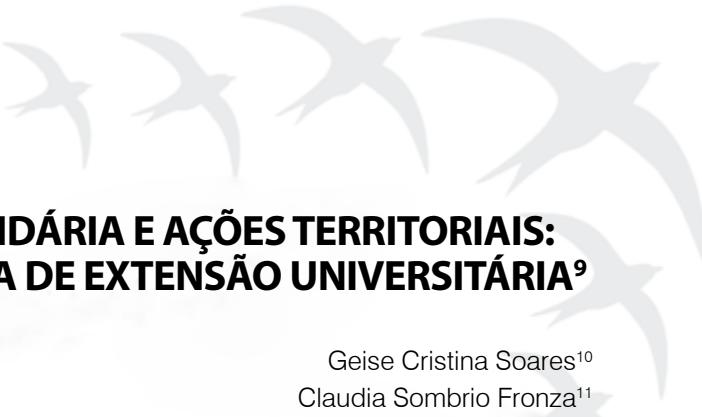
KAPLUN, Mario. **El comunicador popular.** Quito: Ciespal, 1987

LAPORTE, Ana Luiza. **Encantar a vida com as redes de colaboração solidárias.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 52 p. (Série Trilhas Educativas; caderno 4).

PEW RESEARCH CENTER. **The Demographics of Social Media Users.** Disponível em: <Https://Www.Pewresearch.Org/Internet/2015/08/19/The-Demographics-Of-Social-Media-Users/> E <Https://Www.Pontodesign.Com.Br/Conheca-6-Diferencias-Entre-Facebook-E-Instagram-Ads/>. Acesso em: 27 de mai. de 2021.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos e técnicas do serviço social: elementos para uma rediscussão.** 1994. 315f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SCHIOCHET, Valmor. **A construção de uma Economia Solidária para superar a crise.** FES BRIEFING, julho de 2020. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16369.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2021.



ECONOMIA SOLIDÁRIA E AÇÕES TERRITORIAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA⁹

Geise Cristina Soares¹⁰

Claudia Sombrio Fronza¹¹

Jaison Hinkel¹²

Valmor Schiochet¹³

No contexto de aumento do desemprego e das desigualdades sociais, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB), desde 2017, tem desenvolvido estratégias de abordagens territoriais com o objetivo de fomentar organizações associativas e promover a geração de trabalho e renda ao público usuário dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Neste prisma, a partir do Termo de Referência produzido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, entende-se território enquanto um espaço físico, geograficamente definido com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionais no qual inúmeros grupos sociais distintos se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SENAES, 2013). A ITCP/FURB aproximou a universidade e a realidade dos territórios locais para concretizar ações de geração de trabalho e renda numa perspectiva autogestionária. Para isso, foi imprescindível o reconhecimento do território como um desenvolvedor local, através das diversas atividades realizadas pelos atores sociais que ali constroem suas vidas. Neste sentido, adotou-se métodos que favoreçam a descentralização de diversas atividades a partir da Economia Solidária (ES), visando a integração dos espaços, atores sociais e políticas públicas, com o objetivo de alcançar a geração de riquezas com equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade e

⁹ Este texto é uma versão modificada de um artigo originalmente publicado na revista Caminho Albert (digital), aminho Aberto: revista de extensão do IFSC (digital), v. 17, p. 1–14, 2023.

¹⁰ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC).

¹¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

¹² Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina com estágio pós-doutoral pela mesma instituição. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Psicologia e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

¹³ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB). Professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

a justiça social (SENAES, 2013). Ressalta-se que a construção dessas estratégias deve transitar para além do cenário econômico, tendo em vista que a ES não se limita a promover apenas empreendedorismo econômico, mas permite pautar a vida desse território, compreendendo as relações sociais nas quais essas pessoas estão inseridas (Godoy, 2014).

O processo de assessoria que a ITCP/FURB construiu junto aos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) objetivou contribuir e promover o desenvolvimento do trabalho associativo, autogestionário e a organização da ES no município de Blumenau. As atividades de assessoria foram propostas a partir do contexto dos empreendimentos, direcionadas à complexidade do dia a dia das/os trabalhadoras/es, tal qual são considerados os seus aspectos psicosociais, políticos, econômicos e educacionais (Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares, 2017). Neste sentido, a ITCP/FURB assumiu como objetivo a concretização de conceitos e práticas da Economia Solidária; promoção do desenvolvimento territorial, solidário e sustentável; sistematização do conhecimento; articulação com o movimento da ES e redes de incubadoras; e articulação com ações de ensino, pesquisa e extensão. Para alcançar esses objetivos, a ITCP/FURB busca atuar a partir de quatro eixos norteadores: Mobilização; Capacitação; Sustentabilidade e Gestão (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, 2017).

A atuação a partir desses eixos, vale destacar, visa a um só tempo colaborar para a qualificação das ações dos empreendimentos em diferentes esferas, desde a produção e a comercialização até questões referentes à organização da autogestão do empreendimento e a sua articulação política com diferentes atores sociais locais, regionais e nacionais.

Em março de 2020, com a chegada da crise sanitária da COVID-19, foi necessário, inicialmente, cancelar todas as atividades presenciais desenvolvidas pela ITCP/FURB, tais como oficinas, reuniões da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI) e do Fórum de Economia Solidária de Blumenau (FESB), a feira de Economia Solidária da FURB, os percursos formativos, entre outras atividades. Para além do cancelamento das atividades, foi preciso repensar e planejar estrategicamente novas maneiras de assessorar os EES a partir do período que se iniciava e que possuía o isolamento social como uma das principais estratégias de contenção da pandemia. Os EES foram duramente impactados devido à inviabilidade de realizar a comercialização na Feira de Economia Solidária da FURB e no Centro Público Vitrine da Economia Solidária. Estes dois espaços, além de promoverem a geração de renda, propiciavam a integração entre os grupos, a troca de conhecimentos, formações, oficinas e a manutenção do vínculo coletivo/afetivo entre os integrantes da ES no município.

A pandemia da COVID/19 impossibilitou vários trabalhadores da economia solidária desenvolverem suas atividades produtivas, por constituir-se em um

modelo que privilegia interações “face a face”, ou seja, é uma economia feita de pessoas para as pessoas, que depende do encontro delas para produzir, trocar e consumir. As exigências do isolamento social como principal medida de contenção da COVID-19 impossibilitaram os encontros e comprometeram a continuidade desses processos socioeconômicos. Isso pode ser constatado em inúmeras situações, como no caso das atividades de reciclagem de materiais desenvolvidas pelas cooperativas e associações de catadores. Nos processos em que a produção é familiar e autônoma, os laços interrompidos foram com o mercado, seja ele institucional, justo ou convencional. O mesmo aconteceu com o fechamento dos espaços fixos de comercialização e as feiras. Enfim, o distanciamento provocou a interrupção dos fluxos da economia solidária e fez com que trabalhadores passassem a depender de outras fontes de renda, a exemplo do auxílio emergencial (Schiochet, 2020).

Para lidar com essa complexa situação, a ITCP/FURB se organizou estratégicamente através das seguintes atividades realizadas durante o ano de 2020: a) orientações sobre benefícios e medidas protetivas aos trabalhadores da ES; b) produção de catálogo virtual de produtos e outras estratégias de comercialização; c) constituição do Comitê Solidariedade; e d) a realização de pesquisa-ação para reconhecimento da atual realidade dos trabalhadores, a fim de permitir uma redefinição de ações de extensão universitária diante do cenário da pandemia.

Participaram da organização e execução destas ações, professores e estudantes vinculados a diferentes áreas de conhecimento, especialmente Serviço Social, Ciências Sociais, Artes Visuais e Psicologia. É importante frisar que a lógica interdisciplinar de atuação da equipe ITCP/FURB visa garantir que os sujeitos envolvidos nas ações atuem de forma ativa na proposição e execução destas, o que revela que a participação coletiva e o fortalecimento do processo decisório são elementos-chave para uma atuação na perspectiva da ES. Neste sentido, a equipe ITCP/FURB priorizou a produção coletiva de conhecimentos e o seu compartilhamento com o intuito de proporcionar transformações na comunidade local, buscando superar a dicotomia entre sujeito-objeto e garantir que as pessoas vinculadas aos EES não fiquem restritas à condição de objeto da ação.

Diante dos desdobramentos ocorridos em virtude da pandemia, em abril de 2020, o Governo Nacional aprovou, mediante a Lei nº13.982 de 2020, o Auxílio Emergencial. Este benefício se estabeleceu como uma medida de proteção social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia, com objetivo de repassar R\$600,00 mensais aos trabalhadores/as informais, autônomos/as, microempreendedores/as individuais e contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que estivessem em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A partir dessa demanda, a ITCP/FURB desenvolveu um documento de caráter orientador aos integrantes dos empreendimentos. O “Informativo COVID 19

– Auxílio Emergencial” foi uma espécie de guia básico, composto por informações oficiais. O material foi dividido em três partes. A primeira continha informações básicas para compreensão sobre o benefício auxílio emergencial, a quem se aplicava, critérios de acesso, quais os valores a serem pagos aos grupos delimitados e a quantidade de parcelas a serem pagas. A segunda era um passo a passo, ensinando a instalação do aplicativo no celular, como realizar esse processo pelo site oficial e o cadastramento e a inscrição em ambas as plataformas. Por fim, a terceira parte contou com os telefones úteis de caráter emergencial da política de assistência, dos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), Defesa Civil e do Programa de Valorização da Vida e Prevenção do Suicídio (CVV).

Numa perspectiva semelhante, também foi confeccionado o “Informativo COVID 19 - Isolamento Social”. A partir de demandas apontadas pelos empreendimentos, este material foi produzido com o objetivo de orientar e socializar informações oficiais sobre o que é a pandemia da Covid-19, dicas de higiene, prevenção pessoal e coletiva, quais os sintomas, onde realizar os testes, medidas restritivas do isolamento social no município de Blumenau, telefones úteis e endereços dos postos de atendimento e testagem no município, além de orientação do uso correto de máscaras de proteção.

A construção desses materiais foi motivada por questionamentos dos trabalhadores, as incoerências e a inconsistência das informações socializadas nas redes sociais. Considerando o acompanhamento sistemático que a equipe ITCP/FURB estabeleceu com os EES nos últimos anos, foi possível perceber que parte dos sujeitos possuíam dificuldades para acompanhar o volume de informações veiculadas na mídia ou indicavam dificuldades de acesso a recurso tecnológico e tempo para pesquisar a veracidade das informações. Neste sentido, esse processo de desinformação pode ser compreendido como uma forma de submissão das classes sociais às classes dominantes no contexto da sociedade capitalista, tornando o processo de acesso à informação mais uma desigualdade dentro da nossa sociedade (Araújo, 1992). Destaca-se aqui, mais do que nunca, a importância e o compromisso que a ITCP/FURB tem com a promoção do acesso à informação, compreendendo-a como uma das ferramentas na construção da autonomia dos sujeitos da ES, mediante suporte teórico, metodológico e prático aos empreendimentos (Addor; Laricchia, 2018).

Outra ação desenvolvida em caráter de emergência pela equipe da ITCP/FURB consistiu na construção de um catálogo virtual dos produtos desenvolvidos pelos EES, os quais comercializavam seus produtos, predominantemente, na Feira de Economia Solidária da FURB e no Centro Público Vitrine de Economia Solidária. Esse catálogo foi elaborado pela ITCP coletivamente com os empreendimentos a fim de contemplar as necessidades dos grupos. Foram produzidos 06 (seis) catálogos virtuais, entre os meses de julho e dezembro de 2020, contemplando 08 (oito) empreendimentos. Cada catálogo foi composto por imagens e informações relacio-

nadas a descrição e a precificação dos produtos. Entre os produtos que compuseram os catálogos virtuais, estão itens de decoração, roupas, materiais em papelaria, acessórios e alimentos artesanais produzidos pelos artesãos de Blumenau.

Para que o catálogo cumprisse o seu papel de mediador de vendas, tornou-se necessário assumir o compromisso coletivo de divulgação nas redes sociais institucionais, como o site da Universidade Regional de Blumenau (FURB), os perfis no Instagram e no Facebook da Vitrine de EcoSol e da ITCP, além de canais de comunicação pessoal, como o WhatsApp. A ideia central era que esse material subsidiasse os EES na exposição e divulgação dos produtos como uma vitrine virtual, uma vez que a comercialização dos produtos não poderia acontecer de forma presencial.

Infelizmente estas estratégias não foram suficientes para suprir as necessidades básicas de muitos artesãos que compõem os empreendimentos da RESVI e que ainda se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em decorrência dessa realidade, em maio de 2020, criou-se o “Comitê Solidariedade – Redes de Economia Solidária”, como alternativa emergencial à Crise da Covid-19. Essa foi uma ação conjunta da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB) e Centro Público Vitrine da Economia Solidária, tendo como apoiadora a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). O Comitê objetivou fomentar a cooperação econômica por meio do estabelecimento de um sistema de doações, trocas e aquisição de produtos, serviços e consumo dos EES.

Além de viabilizar os processos de produção, comercialização e consumo, o Comitê recebeu e organizou doações de produtos e recursos financeiros para aquisição de cestas agroecológicas para as famílias em condições de vulnerabilidade econômica e social. Essa iniciativa beneficiou diretamente os artesãos e integrantes da RESVI que tiveram suas vidas e rotinas impactadas pela crise sanitária, social, política e econômica.

O Comitê Solidariedade contou com o apoio dos EES, que cederam o espaço físico do Centro Público Vitrine da Economia Solidária, usado como armazenamento e recebimento das doações de materiais. Como reflexo da ampla campanha realizada nas mídias sociais do Comitê, foram recebidas doações espontâneas da população em geral, da Associação dos Professores (APROF/FURB) e dos Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau (SINTRASEB). Além do sistema de arrecadação e doações, o Comitê possibilitou a criação de uma rede de apoio e proteção aos trabalhadores(as) da região, que fortaleceu a economia solidária, o cooperativismo e o trabalho associado, através da parceria estabelecida com o Projeto Abrigo da Terra e o Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais (CEMEAR), na cidade de Presidente Getúlio/SC. Estes dois coletivos atuam no auxílio de famílias que estão se integrando na produção de alimentos orgânicos através da agroecologia.

Foram arrecadados R\$ 8.500,00 em doações, possibilitando a aquisição e a distribuição de aproximadamente 150 cestas de alimentos orgânicos e 300 litros de leite da Cooperativa Terra Viva, destinados em sua maioria para associados da ES de Blumenau /SC, totalizando mais de 100 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. Essa ação explicitou diversas características da ES como protagonista, não só em momentos de crise e urgência, mas deixando nítidas as possibilidades e as potencialidades das relações coletivas e autogestionárias na organização da produção e distribuição, colocando em prática as propostas da ES na construção de um projeto alternativo de sociedade (Schiochet, 2020).

Dando continuidade, uma atividade relevante foi a execução de um mapeamento realizado com todos os empreendimentos que compõem a RESVI. Com o passar dos meses, os reflexos mais críticos e urgentes da pandemia foram reconhecidos, novas demandas apresentadas pelos empreendimentos e estratégias de enfrentamento. O objetivo do mapeamento consistia em compreender a atual situação psicossocial e econômica dos grupos assessorados e, a partir destes resultados, desenvolver novas estratégias e metodologias alinhadas com a atual realidade imposta pela pandemia.

A execução do mapeamento ocorreu mediante um repertório de perguntas que foi dividido em duas etapas. A primeira tratava sobre a rotina pessoal e familiar; domínio de tecnologia e se possuíam dispositivos como celular ou notebook para participação de reuniões online da RESVI; como estava a relação/comunicação com os membros do empreendimento; condições de saúde física e mental; acesso ao benefício Auxílio Emergencial e/ou da Previdência e situação econômica familiar. A segunda etapa buscou identificar se os empreendimentos conseguiram dar continuidade às suas ações de organização coletiva, de produção e comercialização de produtos. Os contatos foram realizados por telefone, reunião remota via Google Meet, formulário on-line ou visitas presenciais. Para cada um dos EES, foi adotada a estratégia que melhor contemplasse a realidade dos integrantes dos grupos, garantindo a participação de todos os EES, uma vez que cada grupo possui dinâmicas e métodos singulares de organização. Por exemplo, nem todos os trabalhadores/as possuíam telefones celulares, telefone residencial e/ou notebook para participarem desse mapeamento, além de um grupo de cooperados haitianos, que não compreendiam integralmente a língua portuguesa. Nesses casos, o contato presencial foi realizado, sendo que em relação às pessoas que não dominavam completamente a língua portuguesa, foi utilizado a mediação de um cooperado haitiano que dominava o idioma português.

A partir do mapeamento territorial, a ITCP/FURB organizou e mobilizou os trabalhadores para retomar duas reuniões mensais - uma vinculada às ações políticas da RESVI e a outra voltada para as estratégias de comercialização, sendo que ambas já ocorriam antes do advento da pandemia. Assim, no segundo semestre de 2020, essas reuniões mensais foram retomadas de forma remota,

através da plataforma Google Meet. Estes encontros, além de proporcionar um momento de diálogo e afeto entre os integrantes dos grupos, também foram importantes para deliberar várias pautas relevantes para ES nos âmbitos municipal e estadual.

Entre as principais ações, destaca-se a elaboração coletiva de uma carta de apresentação da ES em Blumenau, entregue aos/as candidatos/as à prefeitura e aos/as candidatos/as a vereadores/as que concorreram às eleições do ano de 2020 na cidade de Blumenau. O objetivo desta ação compreendia fomentar o diálogo da ES com o poder público local, tendo em vista a inclusão das reivindicações do movimento da ES na agenda pública e política. Desse modo, a produção dessa carta e o planejamento dessa atividade evidenciaram a posição de protagonismo dos associados na execução de ações que lhes dizem respeito, desenvolvendo assim o exercício da autonomia, da participação na tomada de decisões e tomando consciência como sujeito político (Singer, 2002).

Outra ação importante tratou da inserção da ITCP/FURB na gestão do Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES), juntamente com representantes dos EES de Santa Catarina. Esse acontecimento possibilitou uma aproximação dos EES que compõem a RESVI das atividades realizadas pelo FCES, já que nesse período as ações do respectivo fórum ocorreram de forma remota. A atuação nos encontros do FCES incentivou a participação de representantes da RESVI para a composição de novos/as conselheiros/as do Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária (CEAES), importante espaço de controle social que fortalece e constrói a política pública de ECOSOL no estado de Santa Catarina (FCES, 2015). Essas ações foram necessárias para reforçar a noção de comprometimento e a importância da participação popular nos espaços de debates e construção em que a ES está inserida, direta ou indiretamente, buscando avançar na defesa e no reconhecimento dos direitos dos trabalhadores que atuam em formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, autogestão e solidariedade.

Por fim, avaliou-se que as ações de extensão propostas e realizadas pela ITCP/FURB oportunizaram compreender de fato como a pandemia impactou esses trabalhadores e, a partir disso, foi possível organizar estratégias de enfrentamento ao contexto vivido, com essas ações em âmbito social, político e econômico. Como prática de ações desenvolvidas pela lógica da ES, tendo um olhar atento, sensível, racional e crítico, coletivamente criou-se estratégias a partir de cada realidade para fortalecer os grupos, e assim pudessem dar continuidade à produção e à comercialização de seus produtos. Deste modo, as estratégias foram construídas com o intuito de colaborarem com a manutenção da sobrevivência dos sujeitos e de seus empreendimentos, bem como buscaram fortalecer os laços afetivos e políticos para que não perdessem os vínculos enquanto um grupo e pudessem continuar a atuar no sentido de construir outra sociabilidade, outra economia, na qual o ser humano e o meio ambiente são o centro das relações.

Ademais, é preciso reconhecer que esta forma de atuar na extensão universitária é realizada considerando os referenciais sócio-históricos, avanços conceituais e as experiências consolidadas na academia e nos territórios locais, assegurando a interação e a construção coletiva de saberes entre a comunidade universitária e a comunidade local, afirmando os compromissos éticos, políticos, ambientais e sociais para a construção de projetos emancipatórios.

Para que essas ações pudessem ser materializadas, foi necessária uma equipe de estudantes bolsistas extensionistas dos Cursos de Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais e Artes Visuais. Essa equipe assumiu as ações relacionadas à elaboração e execução do mapeamento de demandas dos empreendimentos, bem como à construção do Comitê Solidariedade e de materiais informativos de acesso às políticas assistenciais do Governo Federal e do município. Além disso, foi feita a elaboração de um catálogo virtual para a divulgação online dos produtos produzidos pelos empreendimentos assessorados. Devido à pandemia, essas atividades exigiram ainda mais autonomia e compromisso dos estudantes extensionistas, visto que os estudantes atuaram como os principais interlocutores entre a equipe ITCP/FURB e os integrantes dos empreendimentos. Vale frisar que todas as ações executadas pelos estudantes foram deliberadas pela equipe da ITCP/FURB, composta por bolsistas extensionistas e professores.

As ações relatadas neste artigo evidenciam que as práticas extensionistas, quando realizadas interdisciplinarmente, podem se configurar num importante espaço de formação de discentes e docentes, uma vez que o processo metodológico e organizativo do trabalho desenvolvido na ITCP/FURB não se caracteriza pela reprodução hierarquizada das relações de trabalho/ensino, mas pela prática da gestão participativa. Neste sentido, a atuação de um estudante nos projetos de extensão universitária vinculados à ITCP/FURB possibilita ao acadêmico uma experiência com foco na autogestão, no desenvolvimento da autonomia, no compromisso com coletivo, na proposição de decisões democráticas e horizontais, ou seja, essas vivências se distanciam da lógica de uma educação bancária (Freire, 2005).

Outro ponto relevante dessa experiência é a aproximação dos bolsistas extensionistas com as ações de ensino, pesquisa e extensão, a partir da produção do conhecimento, desenvolvendo e/ou conhecendo pesquisas acadêmicas, produção artigos científicos e podendo colocar em prática todo o aprendizado adquirido em sala de aula. Por isso, é comum que discentes que atuaram na equipe ITCP/FURB, após a formatura, continuem sua trajetória acadêmica a partir do ingresso em programas de pós-graduação.

Todas as ações desenvolvidas pela Incubadora tiveram como premissa os princípios da ES. É válido ressaltar que o vínculo construído entre a ITCP/FURB e os empreendimentos foi essencial para a elaboração de todas as atividades aqui relatadas, pensando essas ações horizontalmente e democraticamente. Os benefícios advindos dessa rede de colaboração contemplam questões econômicas, mas

envolvem também elementos psicossociais, uma vez que a pandemia afetou diferentes dimensões da vida e da organização de cada grupo e da ITCP/FURB. Por isso, executaram ações diversas e interdisciplinares envolvendo a produção de materiais informativos e catálogos virtuais, bem como a realização do mapeamento territorial e a organização do Comitê Solidariedade, com participação não apenas de associados vinculados à ES, mas também membros da comunidade local que estavam em situação de vulnerabilidade econômica e necessitavam de apoio emergencial e encaminhamento para a Política de Assistência Social do município.

Por fim, é importante reconhecer que o agravamento de problemas econômicos e psicossociais vinculados à pandemia da Covid-19 afirmou a importância de se repensar que tipo de sociedade e relações se deseja construir. Neste sentido, a partir das experiências relatadas nesse texto, tornou-se válida a reflexão em torno de estratégias que possibilitam a construção e/ou fortalecimento de ações vinculadas aos princípios da Economia Solidária, valorizando a vida e estabelecendo formas de viver em sociedade que sejam mais justas, solidárias e dignas.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe.; LARICCHIA, Camila Rolim. O conceito Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. In: ADDOR, Felipe.; LARICCHIA, Camila Rolim. (org.). *Incubadoras tecnológicas de economia solidária*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 11-22.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, Cidadania e Sociedade no Brasil. *Inf. & Soc.*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 42-49, jan./dez. 1992. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_af358e8fcb_0013939.pdf. Acesso em: 9 ago. 2021.

FÓRUM CATARINENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Plano Estadual de Economia Solidária de Santa Catarina 2016/2019*. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://www.sde.sc.gov.br/index.php/biblioteca/artesanato/formacao-inicial-em-economia-solidaria/1481-plano-estadual/file>. Acesso em: 9 ago. 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURB. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020*. Blumenau. 2018.

GODOY, Tatiana M. P. Economia solidária e território. produção de espaços democráticos e participativos. *Outra Economia*, [s. l.], n. 8, v. 15, p. 260-267, jul./dez., 2014.

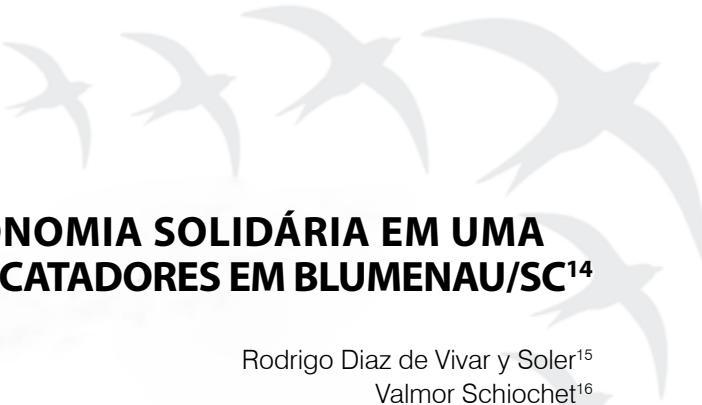
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. Proposta de Institucionalização da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares como programa permanente da Universidade Regional de Blumenau. Blumenau: FURB, 2017.

PEDRINI, Dalila; PRIM, Lorena de Fátima; SANTOS, Nilse Ribeiro dos. Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense. In: PROJETO ICCO Relatório de sistematização da metodologia da ITCP/FURB: elaborado para o projeto Incubadora de Cooperativas Populares - ICCO/UNITRBALHO. Blumenau: FURB, 2002.

SCHIOCHET, Valmor. **A construção de uma Economia Solidária para superar a crise.** São Paulo: FES BRIEFING, jul. 2020. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16369.pdf>. Acesso: 9 ago. 2021

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Implantação de ações Integradas de Economia Solidária como Estratégia de Promoção do Desenvolvimento Territorial visando a Superação da Extrema Pobreza.** Termo de Referência n. 1. Brasília, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.



AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UMA COOPERATIVA DE CATADORES EM BLUMENAU/SC¹⁴

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler¹⁵

Valmor Schiochet¹⁶

Claudia Sombrio Fronza¹⁷

Raquel Andrade Rebelo¹⁸

Rodrigo dos Santos Cardoso¹⁹

Deborah Mueller²⁰

Júlia Salamoni²¹

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2020 e 2021, uma equipe composta por docentes e discentes dos cursos de Psicologia, de Engenharia de Produção e de Serviço Social vinculados a Universidade Regional de Blumenau (FURB) desenvolveu a aplicação do projeto Economia Solidária e Sustentabilidade: Gestão da Produção e Social para o Fortalecimento de uma Cooperativa dos Trabalhadores de Coletores de Resíduos Recicláveis de Blumenau – COOPERRECIBLU. Tal projeto foi contemplado pelo edital de extensão 017/2019 da FURB e tinha como objetivo geral desenvolver estratégias interdisciplinares de promoção da Economia Solidária na Cooperativa de Reciclagem de Trabalho dos Catadores de Resíduos Recicláveis de Blumenau (COOPERRECIBLU) desde um paradigma ético-ambiental voltado à solidariedade, à autonomia, à autogestão e a inserção no mercado de trabalho a partir da

14 Este texto é uma versão modificada de um artigo originalmente publicado na revista Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense (digital), Blumenau, v. 9, n. 17, p. 77–90, 2022.

15 Doutor em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

16 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB). Professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

17 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

18 Mestra em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora titular da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

19 Doutor em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Professor Titular na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

20 Graduanda em Psicologia pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

21 Graduada em Engenharia de Produção pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

gestão organizacional e racional da produção, como também dos aspectos psicos-sociais da inclusão no mundo do trabalho. Este projeto foi construído através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB), qual, de acordo com Rebelo et al. (2021, p. 124), iniciou seus trabalhos na cooperativa na seguinte perspectiva:

O enfoque da ITCP está voltado para a formação de lideranças, fundamentando-se nos princípios da Economia Solidária, como o desenvolvimento e a autonomia dos(as) cooperados(as). Os objetivos da atuação da Incubadora consistem na assessoria à gestão coletiva e democrática; assessoria à gestão da produção e logística; regulação para o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); mediação na relação política entre a Cooperativa e os Gestores Municipais e na execução do Plano Municipal de Gestão de Resíduos em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As ações planejadas no projeto foram delineadas a partir da sistematização das demandas levantadas em conjunto com os cooperados e a equipe gestora da cooperativa (formada por seis integrantes) a partir de um diagnóstico que envolvia as dimensões do trabalho em economia solidária como espaço de produção de renda, mas também pela formação de aspectos relacionados ao fortalecimento de vínculos comunitários entre os trabalhadores daquele empreendimento.

Mesmo diante de um cenário desafiador vivenciado pela emergência da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, o projeto pôde ser executado a partir de uma participação ativa dos seus proponentes mantendo um dos papéis fundamentais da extensão universitária, qual seja, o de oferecer à comunidade à prestação de serviços adequados às demandas solicitadas.

A COOPERRECIBLU é uma instituição que foi criada há pouco mais de duas décadas, trabalhando em busca de conquistar o seu espaço de visibilidade e de relevância social para a comunidade do Vale do Itajaí/SC. Atualmente, a cooperativa opera em três turnos de trabalho e possui nos seus quadros o número de setenta cooperados. Ao longo de 2020 gerou uma economia para o município de Blumenau estimada em mais de trezentos e vinte e cinco mil reais, uma vez que a prefeitura não teve de contratar nenhuma empresa para a realização do processo de gestão e reciclagem de resíduos sólidos (Krieger, 2020). Os seus cooperados são provenientes de várias regiões do país e até mesmo do exterior. Muitas vezes, esses trabalhadores, encontram-se em situação de vulnerabilidade econômica e social, necessitando de assessoria da ITCP/FURB para terem acesso às políticas de assistências do poder público. Cumpre destacar que esses cooperados procuram se organizar frente às lutas cotidianas e regionais para a defesa e manutenção da COOPERRECIBLU frente à sociedade blumenauense. Dentre essas lutas podem

ser citadas aqui: a) A participação em cursos de formação oferecidos pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; b) A articulação e apoio estratégico junto à Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI) e, c) A participação em audiências públicas organizadas no município de Blumenau sobre os temas da reciclagem e da sustentabilidade ambiental.

Neste artigo apresentaremos as ações desenvolvidas pela equipe do projeto entre 2020 e 2021. Em um primeiro momento são apresentadas aqui as bases conceituais e teóricas responsáveis por balizarem as nossas intervenções, ou seja, tendo como norte o paradigma da economia solidária. Em seguida apresentaremos o conjunto de intervenções realizadas neste período. As nossas considerações finais são dedicadas a correlacionar os efeitos da economia solidária com as intervenções do nosso trabalho tendo como base a função estrutural e estruturante da extensão universitária no que se refere a potencialização das formas de geração de trabalho e de renda a partir de um paradigma comunitário e de solidariedade.

Bases Conceituais da Economia Solidária e da Sustentabilidade

De acordo com Santos et al. (2016), vivemos em um sistema econômico capitalista, em que o lucro e a competitividade são forças predominantes nas relações de trabalho e nas práticas sociais. Essas características acabam por produzir muitas desigualdades sociais e econômicas, fazendo com que muitos trabalhadores sejam excluídos do mercado de trabalho. É nesse contexto que, a economia solidária emerge como prática de resistência frente à exclusão do capitalismo (Singer, 2013). Seus princípios são o cooperativismo, a democracia, a autogestão e a distribuição igualitária da renda entre trabalhadores. Neste sentido, a economia solidária pode ser uma ferramenta para diminuir a desigualdade social no mundo do trabalho contemporâneo, uma vez que ela tensiona a profusão de dispositivos ligados à geração de renda, mas também aos estreitamentos dos vínculos comunitários e, até mesmo pela potencialização da saúde mental (Delgado, 2005).

No ano de 2010, por meio da aprovação da Lei n. 12.305/2010 (Brasil, 2010), é que foi instituída no Brasil uma política nacional de fortalecimento e de visibilização tanto dos catadores, quanto das cooperativas de materiais reciclados. Entre outras medidas, essa lei instrumentaliza as diretrizes necessárias para o bom aproveitamento e governança dos resíduos sólidos incentivando a adoção de estratégias ligadas à reciclagem e ao aproveitamento de materiais como sacos plásticos, vidros, papéis e tantos outros produtos. Essa medida é considerada por Oliveira (2003), como de extrema importância para a visibilização de trabalhadores que se encontram à margem do mundo do trabalho.

Os catadores de materiais recicláveis normalmente trabalham nas ruas ou nos lixões, separando os resíduos do lixo comum e revendendo-os para empresas

de reciclagem (Pereira; Teixeira, 2011). Esses catadores, ao reunirem-se e organizarem-se em cooperativas, de forma geral, passam a melhorar sua renda e sua qualidade de vida, formalizando o seu trabalho e obtendo uma maior geração de renda e inclusão social. Santos e Deluiz (2009) afirmam que, além da melhora nas condições de vida dos catadores, a constituição dessas cooperativas permite uma ressignificação do mundo do trabalho para esses sujeitos dando um sentido de um trabalho cooperado, que vai além da produção do lucro. Magni e Günther (2014) acrescentam que a inclusão desses trabalhadores em uma cooperativa pode trazer também uma melhora significante nas condições socioambientais de trabalho.

Guareschi e Veronese (2009, p. 94) afirmam que o “(...) desenvolvimento social a partir da interação com a sociedade é um dos pilares da atuação da universidade”. E é a partir desse princípio que ao longo dos anos de 2020 e 2021 desenvolvemos uma ação de extensão que buscou promover diversas atividades de apoio a uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis no município de Blumenau entre 2020 e 2021, quais são descritas nesse artigo.

Atividades Desenvolvidas

Dentre os anos de 2020 e 2021, nosso projeto realizou as seguintes ações de assessoramento à Cooperativa de Reciclagem de Trabalho dos Catadores de Resíduos Recicláveis de Blumenau - COOPERRECIBLU:

a) Política de assessoramento estratégico

Inicialmente, foi feito o acompanhamento do processo de eleição para a nova diretoria da cooperativa. Tal processo ocorreu, de maneira presencial - observando os protocolos de segurança em relação à pandemia de COVID-19 - entre os meses de abril, maio e junho de 2020. Ao longo dos dois anos do projeto foram feitas a divulgação de eventos e cursos básicos de menor aprendiz para os filhos dos cooperados, com o apoio de duas assistentes sociais que integravam a equipe do projeto. A divulgação destes cursos era realizada mediante o contato dessas assistentes sociais com órgãos e instituições de empregabilidade localizadas no município de Blumenau. Geralmente, as demandas dos catadores e seus familiares envolvia o desejo pela inserção profissional dos seus filhos e filhas nas atividades do mercado formal de trabalho e de emprego.

Elaborou-se ainda um plano de regimento interno para a cooperativa, que foi exposto para a aprovação em duas reuniões da Assembleia Geral em dezembro de 2020. Este regimento foi estruturado entre integrantes da Incubadora Tecnoló-

gica de Cooperativas Populares, a equipe gestora da cooperativa e os cooperados, além de contar com a assessoria estratégica da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí.

Por fim, analisou-se a proposta de valor de contrato entre a cooperativa e um órgão público da cidade de Blumenau para o processamento de resíduos sólidos provenientes desta cidade. Acerca desse contrato, desde 2015 a COOPER-RECIBLU e o Serviço Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) estabelecem uma parceria para que a cooperativa recebesse o material reciclado do SAMAE e utilizasse o galpão e esteira para a triagem. No contato foi incluído a cessão de sócios da cooperativa para atuarem como coletores de material junto com os caminhões da empresa terceirizada para o serviço de coleta.

Durante a vigência do contrato ocorreram dois acidentes de trabalho com associados da cooperativa que atuavam nos caminhões de coleta o que resultou em processos trabalhistas. Considerando que a Cooperativa não dispunha de recursos para pagamento a Justiça do Trabalho estabeleceu-se que o SAMAE deveria arcar com os custos da decisão sobre o caso. No entanto, a situação prejudicou em muito a operação financeira da cooperativa com o bloqueio da sua conta bancária. Em consequência, as operações bancárias da cooperativa passaram a ser realizadas em conta privada do tesoureiro. O Contrato teve vigência de um ano e depois não foi mais celebrado nenhum contrato entre SAMAE e COOPERRECIBLU. A justificativa do SAMAE é de que o Galpão de Triagem está situado em área de risco sendo necessário a realização de relatório de risco ambiental.

Buscou-se com as atividades de assessoramento, atender as demandas que emergiram ao longo da execução das ações balizadas na perspectiva da autogestão. Guareschi e Veronese (2009) sugerem que a autogestão é um processo orgânico, mas ao mesmo tempo desafiador das cooperativas, pois muitos cooperados(as) estão acostumados com a forma de trabalho heterogestionária, isto é, um modelo marcado por uma hierarquia rígida e pouco participativa do ponto de vista democrático. Desse modo, foi preciso destacar que todas as ações de assessoramento sempre ocorreram no campo da mediação entre a equipe executora e os cooperados no sentido de potencializar o planejamento das estratégias de intervenção, mas também de possibilitar o fomento aos processos de conscientização pelas relações de trabalho, gestão e solidariedade do cooperativismo enquanto dispositivo de mediação histórico-cultural (Molon, 2003).

b) Visitas ao campo

Por causa da pandemia as visitas à cooperativa dos catadores só tiveram início no segundo semestre de 2020. Desde esse período foram realizadas 16 visitas técnicas para assessoramento na gestão da produção, na administração e nos processos auto gestionários, por parte estudantes dos cursos de Psicolo-

gia, Engenharia de Produção e Serviço Social. A acadêmica bolsista do curso de Engenharia de Produção foi responsável – em parceria com o secretário da cooperativa - por delinear os possíveis indicadores de produção que depois foram expostos em murais para visualização de todos os cooperados. Ainda em 2020, foram feitas algumas visitas às casas dos cooperados, por parte de alguns estudantes e docentes dos cursos de Psicologia e Serviço Social para entrega de cestas básicas e de roupas. Nessas mesmas visitas buscou-se elaborar um breve mapeamento sobre a condição psicossocial dos cooperados e de seus familiares, no contexto da pandemia e seus possíveis encaminhamentos aos serviços de saúde e de assistência social da Prefeitura de Blumenau e do estado de Santa Catarina. Esse mapeamento psicossocial envolveu as dimensões da cidadania, dos direitos humanos e do controle social diante do quadro de vulnerabilidade experimentado pelos cooperados durante os primeiros meses da pandemia. Nesse sentido, a equipe do projeto procurou mediar os elementos de aproximação destes cooperados com os serviços prestados pelo município de Blumenau no campo da assistência social, da educação e da saúde. Destaca-se ainda a estruturação das parcerias de apoio e assistência frente a grupos voluntários da sociedade civil organizada.

No primeiro semestre de 2021 visitas à cooperativa se tornaram mais frequentes. A partir de abril a equipe executora do projeto e os cooperados deram início às atividades de desenvolvimento e implantação da gestão transparente como forma de otimizar o aproveitamento dos resíduos sólidos coletados pela cooperativa e sua subsequente comercialização. A gestão transparente é a tentativa de trabalhar com indicadores de performance de gestão da produção, ou seja, necessidade de mensurar em números a produtividade da separação de resíduos para um gerenciamento em gráficos, metas e acompanhamento para todos os cooperados (Souza; Gomes, 2020). Esta situação permite uma previsibilidade de ganhos e a verificação do andamento dos trabalhos comparados período a período. Quanto a otimização dos resíduos, é a necessidade de criar processos produtivos que permitam maior produtividade, estes processos já estão sendo implantados com a colocação de bags de coleta abaixo das esteiras e hoje a inclusão de uma outra linha de separação de resíduos.

Em maio de 2021 foi organizada, por parte dos cursos de Psicologia e Serviço Social a estruturação de um cronograma de entrega de cestas básicas doadas pela comunidade blumenauense aos cooperados.

Já no segundo semestre de 2021, a equipe responsável pela execução do projeto esteve na cooperativa para articular com a gestão, medidas de controle de saída dos fardos que seriam comercializados juntos as empresas da Região do Vale do Itajaí.

Ocorreram ainda duas visitas técnicas para acompanhar o carregamento de fardos e materiais. Essas visitas foram primordiais para se observar o procedimento pelo qual os cooperados realizavam a contagem de todos os resíduos sólidos. Por fim, em 18 de setembro de 2021 participantes da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajá - RESVI/FESB - realizaram uma visita à cooperativa, com o acompanhamento de participantes do projeto, tendo como objetivo a mobilização dos cooperados a se engajarem no movimento da economia solidária. Tal proposta acabou por promover e facilitar os vínculos comunitários e do cooperativismo. (Borges; Souza, 2020).

Entre as dificuldades encontradas na execução do projeto percebeu-se que existia uma falta de comunicação entre os cooperados e o conselho de administração da cooperativa – este último constituído por três cooperados eleitos com mandato de dois anos por meio de assembleia geral - foi então que a equipe executora decidiu intermediar rodas de conversas com os cooperados. Nessas rodas foi verificado que a resolução do problema de comunicação poderia envolver um constante aperfeiçoamento dos cooperados, bem como uma melhoria dos processos de organização da cooperativa e da gestão dos dados.

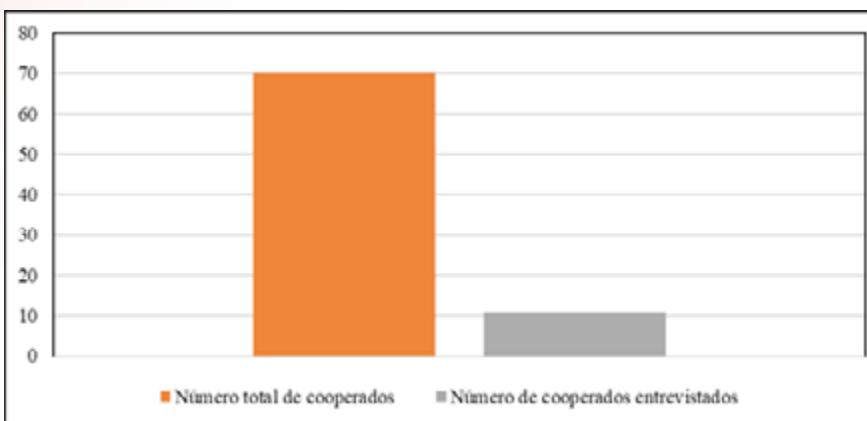
Também foi identificado que muitas vezes os cooperados executam as suas funções laborais a partir do recebimento de ordens produzidas por membros da diretoria da cooperativa, razão pela qual, o processo de autogestão torna-se um desafio constante nas rotinas administrativas e de produção da cooperativa.

c) Diagnóstico Socioeconômico

De acordo com Gomes e Silva (2017) não existem muitas informações socioeconômicas confiáveis a respeito dos catadores de material reciclável no Brasil. Neste sentido, e pela necessidade de cadastrar os cooperados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Blumenau, com o objetivo de mapear as suas demandas junto as garantias fundamentais no que se refere as assistências em educação, saúde e renda, nosso projeto instituiu como uma ação o levantamento socioeconômico desses cooperados, por meio da aplicação de um formulário online, desenvolvido pela equipe do projeto.

As entrevistas para a coleta desses dados aconteceram de forma presencial na cooperativa, somando, ao longo de 2021, cinco visitas à cooperativa para realização do levantamento socioeconômico, qual permitiram a coleta de dados de onze cooperados. Esse diagnóstico continuará a ser realizado nas próximas etapas do projeto.

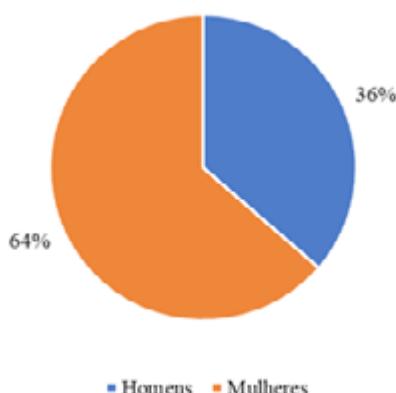
Gráfico 1- Relação entre o número total de cooperados e o número de cooperados entrevistados



Fonte: Elaborado pelos Autores (2022).

Desses onze cooperados sete eram mulheres e quatro eram homens. Mesmo com tal atividade em andamento era perceptível que a maioria dos cooperados eram mulheres que trabalhavam na parte da triagem dos materiais. Por outro lado, os homens trabalhavam na prensagem dos materiais ou no carregamento dos fardos. Centenaro *et al.* (2021) indicam que os trabalhos e intervenções realizadas com essa população em situação de vulnerabilidade social deve sempre priorizar os aspectos relacionados aos problemas de gênero, uma vez que as cooperativas refletem toda à discriminação a quais geralmente as mulheres estão sujeitas no mundo do trabalho.

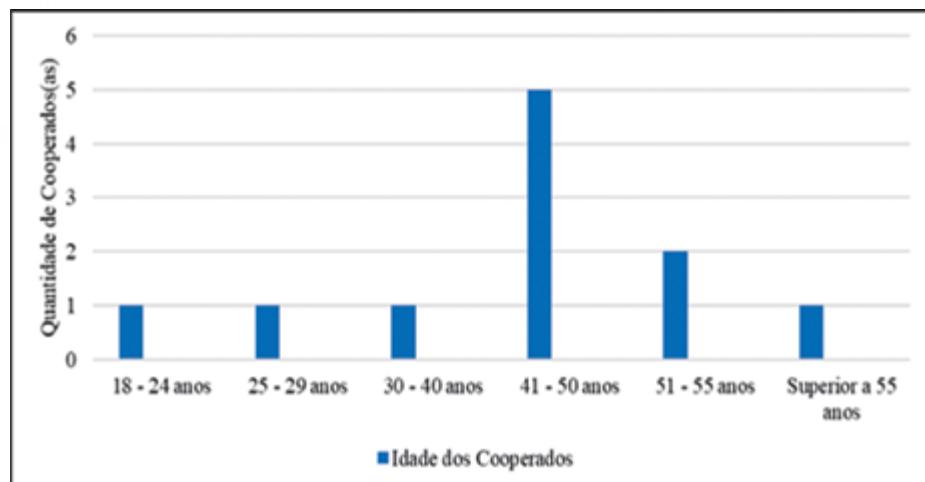
Gráfico 2 - Porcentagem de homens e mulheres cooperados entrevistados



Fonte: Elaborado pelos Autores (2022).

Outro fator importante levantado pelo diagnóstico realizado foi a faixa etária dos cooperados. Cinco encontravam-se na faixa dos 41 aos 50 anos de idade, dois entre 51 e 55 anos e um encontrava-se com idade superior a 55 anos. Os demais entrevistados tinham entre 18 a 24 anos, 25 a 29 anos e 30 a 40 anos. Percebe-se, deste modo que o aspecto geracional é outro fator preponderante no que se refere aos processos vivenciados pelos cooperados. Para Lima e Souza (2014) a emergência de formas alternativas de geração de renda torna-se fundamental para a inclusão social pelo trabalho, principalmente por parte de sujeitos com idades superiores aos trinta anos e com baixa escolaridade, uma vez que o mercado formal tende a priorizar trabalhadores mais jovens como mão de obra e força de trabalho.

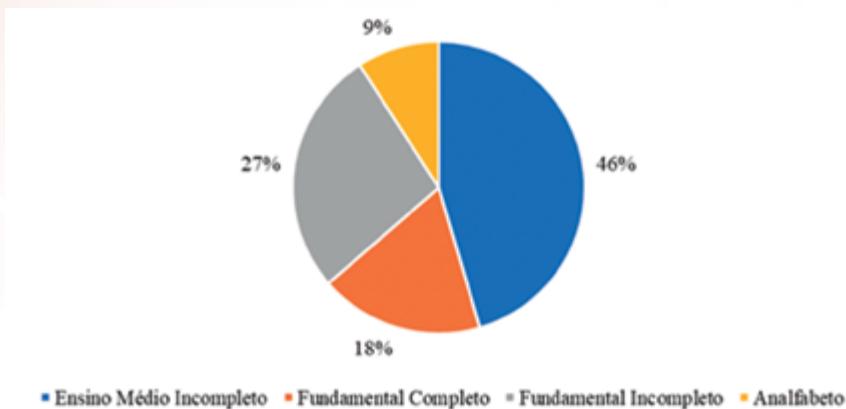
Gráfico 3 - Idade dos cooperados entrevistados



Fonte: Elaborado pelos Autores (2022).

Também é relevante apontarmos as respostas do questionário socioeconômico que se referem aos níveis de escolaridade dos cooperados. Nenhum dos entrevistados possuía o ensino médio completo. Cinco deles tinham o ensino médio incompleto, dois o fundamental completo, três apresentavam o fundamental incompleto, e um deles era analfabeto.

Gráfico 4 - Nível de escolaridade dos cooperados entrevistados

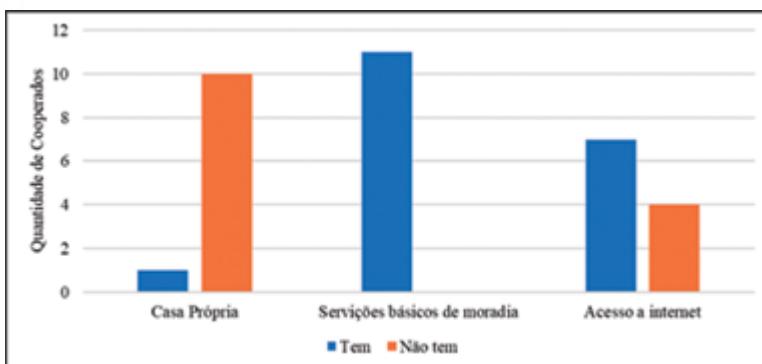


Fonte: Elaborado pelos Autores (2022).

Podemos perceber como o baixo grau de escolaridade contribui ainda mais com o processo de vulnerabilidade social dos cooperados. Isso também se torna preocupante quando, por causa desse sistema, a própria autoimagem dessas pessoas começa a ser definida pela baixa escolarização, que em teoria “justificaria” a sua posição social e o fato de terem que trabalhar como catadores de material reciclável, assim negando-os de outras formas de trabalho (Gomes; Silva, 2017).

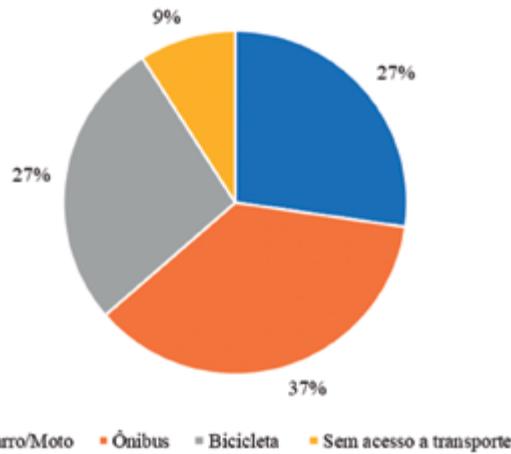
Sobre a moradia, dez cooperados relataram morar em casas alugadas, e apenas um possuía casa própria. Porém, todos os entrevistados disseram contar com os serviços básicos de água, luz e coleta de lixo, além disso, sete dos onze cooperados relataram possuir acesso à internet em suas residências. Sobre os meios de transporte utilizados, quatro disseram ir trabalhar de ônibus, três de bicicleta, três de carro/moto, e um não possuía acesso a qualquer meio de transporte.

Gráfico 5 - Condições de moradia dos cooperados entrevistados



Fonte: Elaborado pelos Autores (2022).

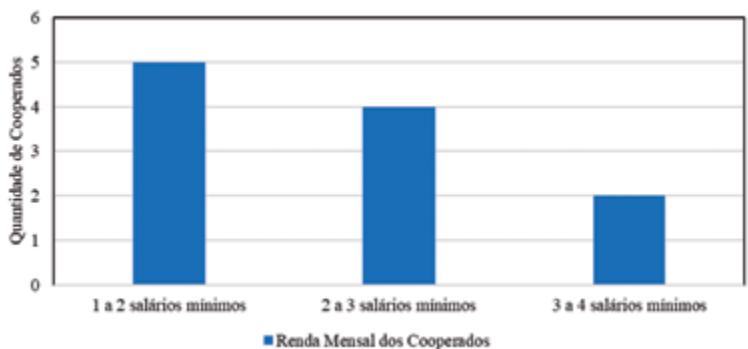
Gráfico 6 - Meios de transporte dos cooperados entrevistados



Fonte: Elaborado pelos Autores (2022).

Sobre a renda mensal do núcleo familiar de cada cooperado, dois afirmaram possuir renda entre três e quatro salários-mínimos, quatro de dois e três salários-mínimos, e cinco afirmaram viver com uma renda de um e dois salários-mínimos. Consideramos que embora a renda dos cooperados não seja baixa, ela acaba por indicar a necessidade de uma busca permanente, por parte de cada sujeito pela melhora do valor das retiradas mensais, levando muitos trabalhadores a executarem dupla jornada de trabalho. Esse processo também possui relação direta com a expansão da cooperativa, na compra de novos equipamentos e o crescimento do número de cooperados, assim como a ampliação do valor recebido por meio da coleta dos materiais recicláveis. Tal processo foi contextualizado pela dinâmica que envolveu os balancetes mensais fornecidos pela gestão aos cooperados.

Gráfico 7 - Renda mensal dos cooperados entrevistados



Fonte: Elaboração dos Autores (2022).

A maior parte dos(as) cooperados afirmaram trabalhar na cooperativa por conta do desemprego. A esse respeito, podemos partilhar, dois relatos que dão conta de expor o processo de exclusão produzido no campo do mercado formal de trabalho: a primeira refere-se a dois cooperados haitianos que relataram possuir muitas dificuldades em conseguir um emprego na Região do Vale do Itajaí devido as suas condições étnicas e raciais. O outro caso foi de uma cooperada diagnosticada com um tumor no cérebro. Após passar por uma cirurgia ela perdeu os movimentos da parte superior esquerda do corpo e do braço esquerdo, não conseguindo por conta de tal enfermidade alocação e oportunidades no mercado formal de trabalho. Além dessas, tivemos o relato de um jovem que afirmou trabalhar na cooperativa pela facilidade, uma vez que sua mãe já trabalhava na cooperativa no turno matutino, facilitando o seu transporte até o local de trabalho. Soma-se a isso o fato de que as sobras pagas pela cooperativa eram boas para o seu padrão de vida. Acreditamos que esse é um relato importante, pois é capaz de demonstrar um outro motivo para a integração a cooperativa, um que não necessariamente se dá pela via da exclusão ou desemprego. Também, é um relato que sinaliza uma melhora na reputação e nas condições de trabalho dessa cooperativa, que através da Economia Solidária, direcionou-se para a melhoria da qualidade de vida dos cooperados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações delineadas pela equipe executora tiveram como estrutura os princípios basilares da economia solidária. Esses princípios são descritos por Morais (2011) a partir da estruturação do seguinte quadrilátero: em primeiro lugar, a economia solidária é responsável por tornar possível a melhoria das condições objetivas da vida dos trabalhadores. Esse pressuposto tem a ver com as ações responsáveis por fazer com que determinados sujeitos, ao ingressarem em um dispositivo ligado ao empreendedorismo solidário possam melhorar a sua alimentação, a sua moradia e passar a usufruir dos serviços de saúde, de educação e de assistência social nas esferas municipal, estadual ou nacional. Em segundo lugar, as experiências em economia solidária balizam a estruturação de uma cultura da vida coletiva, pela qual os trabalhadores podem rever o aspecto da hegemonia individualista do capitalismo. O terceiro pressuposto compreende a formação de uma microfísica contra hegemônica na qual as relações sociais podem ser inseridas na defesa da sustentabilidade social e ambiental. Por fim, a economia solidária atua no sentido de fomentar outras utopias com relação aos pressupostos de uma ética da solidariedade e do humanismo.

Desse modo, as ações desenvolvidas pelos cursos de Engenharia de Produção, Psicologia e Serviço Social na cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Blumenau, revelam o caráter político das propostas relacionadas ao

contexto da economia solidária, da sustentabilidade e da interdisciplinaridade. Ao longo de dois anos de participação e de diálogo intenso junto aos cooperados, pôde-se perceber como a aproximação da Universidade com as demandas sociais e ambientais podem ser mediadas pela relação de potencialização entre as experiências que envolvem o acesso a formas alternativas de geração de renda, mas também ao processo de empoderamento e de visibilização social de sujeitos que não encontram no mercado formal de trabalho e emprego o acesso necessário às suas condições sócio estruturais e de qualidade de vida no que se refere ao acesso à educação, à saúde e ao trabalho.

Cumpre-se destacar que à continuidade das ações a serem desenvolvidas junto a COOPERRECIBLU serão efetivadas por meio de nova aprovação de um edital interno da FURB. A aprovação neste edital possibilitará a pactuação das estratégias e procedimentos desenvolvidos em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB. Associa-se a essas estratégias a potencialização das ferramentas provenientes do processo de curricularização da Extensão, a partir de uma maior participação de estudantes dos cursos de Engenharia de Produção, Psicologia e Serviço Social no desenvolvimento das atividades mediadas pela equipe do projeto junto aos cooperados e o Conselho de Administração da Cooperativa.

REFERÊNCIAS

BORGES, Thelma Pontes; SOUZA, Thereza Costa Coelho de. Psicologia moral e economia solidária: relações teóricas. *Organizações & Sociedade*, [s.l.], v. 27, n. 94, p. 459-483, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9270944>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 05 jan. 2022.

CENTENARO, Alexa Pupiara Flores Coelho *et al.* Catadores de material reciclável: vida e trabalho à luz dos determinantes sociais de saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [s.l.], v. 74, n. 6, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0902>. Acesso em: 10 jan. 2022

DELGADO, Pedro Gabriel. Reforma Psiquiátrica e Inclusão Social pelo Trabalho. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. *Saúde*

mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. cap. 1, p. 9-10.

GOMES, Renato Mendes; SILVA, Perpétua Santos. Catando vidas no lixo: O caso de uma cooperativa de trabalho de reciclagem em Santa Maria – DF, Brasil. **Revista da UIIPS**, [s.l.], v. 5, n. 3, p. 197-214, dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14535>. Acesso em: 01 set. 2021.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides; VERONESE, Marília Veríssimo. Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 94-101, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1466>. Acesso em: 02 nov. 2021.

HINKEL, Jaison; KOPSCH, Guilherme Henrique Roepke. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB: estratégias de ação. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 27, n. 1, p. 135-149, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47208/sd.v27i1.2811>. Acesso em: 09 dez. 2021.

KRIEGER, Fernando. Cooperreciblu apresenta resultados de 2020. **Informe Blumenau**, 22 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.informeblumenau.com/cooperreciblu-apresenta-resultados-de-2020/> Acesso em: 20 de mar. de 2025.

LIMA, Jacob Carlos; SOUZA, André Ricardo de. Trabalho, solidariedade social e economia solidária. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 93, p. 139-168, dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300006>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MAGNI, Ana Amélia Calaça; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 146-156, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100011>. Acesso em: 06 out. 2021.

MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORAIS, Edson Elias de *et al.* Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100005>. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias.** 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2003.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 895-913, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000300011>. Acesso em: 27 out. 2021.

PRIM, Márcia Aparecida; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SILVA, Solange Maria da. In: XLIII Encontro da ANPAD. **Redes de Colaboração para a Inovação Social: um estudo de caso em Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.** São Paulo, 2-5 de out. 2019. p. 1-16. Acesso em: 04 abr. 2022.

REBELO, Raquel Andrade; et al. **Assessoria da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, visando à Sustentabilidade e ao Desenvolvimento de uma Cooperativa de Catadores de Resíduos Recicláveis.** In: SHIOCHET, Valmor; FRONZA, Claudia Sombrio; BARBOSA, Valeska Cristina. **Extensão Universitária e Inclusão Socioeconômica: A Experiencia da ITCP/FURB.** Blumenau, 2021. P. 121-142. Acesso em: 04 abr. 2022.

SANTOS, Ana Maria Marques; DELUIZ, Neise. Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p. 329-353, jul./out. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000200008>. Acesso em: 22 set. 2021.

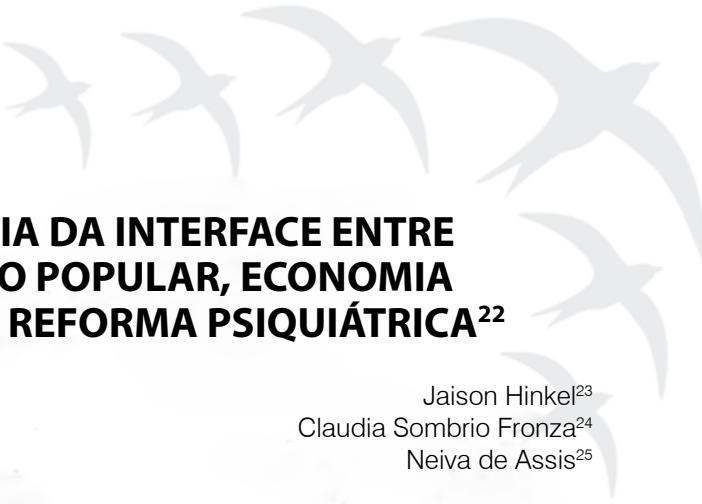
SANTOS, Clarice Silva et al. Psicologia & economia solidária: Possíveis intervenções. **Diálogo**, Canoas, n. 31, p. 47-57, abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/2238-9024.16.23>. Acesso em: 09 dez. 2021.

SANTOS, Joelma Cristina; OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. Possibilidades para a Psicologia na economia solidária: atuação numa ITCP. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 372-382, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p372>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SINGER, Paul. Fundamentos. In: SINGER, Paul (org.). **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2021.

SOUZA, Júlio César. DE; GOMES, Magno Federici. Participação Popular Na Gestão Transparente Do Meio Ambiente: educação ambiental e direito à informação.
Revista Jurídica da FA7, v. 17, n. 1, p. 81-94, 25 maio 2020.

Disponível: <http://201.49.56.188/index.php/revistajuridica/article/view/909/789>



A POTÊNCIA DA INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E REFORMA PSIQUIÁTRICA²²

Jaison Hinkel²³
Claudia Sombrio Fronza²⁴
Neiva de Assis²⁵

Apresentamos neste texto os resultados de uma pesquisa que teve por objetivo investigar as estratégias de educação popular desenvolvidas por um programa de extensão universitária em parceria com duas associações compostas por usuários e profissionais de serviços de saúde mental. Para isso, identificamos os sujeitos e debatemos as ações vinculadas às atividades desse programa de extensão, com o intuito de problematizar suas potencialidades no que se refere às contribuições da Educação Popular e da Economia Solidária para o fortalecimento das ações de reabilitação psicossocial.

Inicialmente, realizamos uma breve contextualização das instituições envolvidas nesta discussão e das interfaces que permeiam os campos da Economia Solidária, da Reforma Psiquiátrica e da Educação Popular. Sobre os aspectos históricos desses três movimentos, partimos de produções já consolidadas, fruto de uma trajetória de debates acadêmicos bastante significativos (Amarante, 2015; Brandão, 2006; Freire, 2005, 2009, 2022b; Laville; Gaiger, 2009; Lussi, 2009; Pitta, 2016; Singer, 2002, entre outros).

Apesar de ser um conceito complexo, utilizado em diferentes contextos e com acepções variadas, a Economia Solidária pode ser entendida como um conjunto de iniciativas de produtores e consumidores que realizam atividades organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (Lavil-

²² Este texto foi publicado, em sua primeira versão, sob o título “Educação Popular, Economia Solidária e Reforma Psiquiátrica: interfaces de um programa de extensão universitária” na revista *Educação & Formação*, 9(1), 01-21, 2024.

²³ Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina com estágio pós-doutoral pela mesma instituição. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Psicologia e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

²⁴ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

²⁵ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui estágio pós-doutoral pela Università degli Studi di Roma La Sapienza (UNIROMA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia e da UFSC.

le; Gaiger, 2009). Portanto, apesar de sua heterogeneidade, é possível considerar que a Economia Solidária é composta por propostas que buscam desenvolver um olhar crítico sobre o modelo de desenvolvimento social, político e socioeconômico presente em nossa sociedade. Noutras palavras, como considera Singer (2002), trata-se de uma alternativa ao capitalismo, não em termos econômicos estritos, mas no sentido de afirmar que é possível a construção de uma sociedade justa e solidária.

As ações analisadas neste texto estão vinculadas a três organizações: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB); b) Associação de Familiares, Amigos e Usuários do Serviço de Saúde Mental de Blumenau (Enloucrescer); e c) Associação de Usuários, Familiares e Amigos dos Serviços de Saúde Mental de Indaial (Aufasam Recomeçar).

A primeira instituição, ITCP/FURB, é um programa de extensão universitária que surgiu em 1999 e desenvolve ações de assessoria a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da região de Blumenau, Santa Catarina (SC). A incubadora configura-se como espaço de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias sociais a partir da perspectiva da Economia Solidária (ES). Seu objetivo é colaborar para a organização do trabalho, com foco na autogestão, no desenvolvimento territorial sustentável e na inclusão socioeconômica de populações em condição de vulnerabilidade.

Já a Enloucrescer surgiu em 1998, no município de Blumenau/SC, e a Aufasam Recomeçar, por sua vez, iniciou suas atividades no ano de 2013, em Indaial/SC. Ambas têm como objetivo oportunizar ações de reabilitação psicossocial para os usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Em coerência com as contribuições de Pitta (2016), a Enloucrescer e a Aufasam Recomeçar partem da concepção de que a reabilitação psicossocial envolve ações que possibilitam às pessoas que vivenciam sofrimento psíquico o aumento da contratualidade afetiva, simbólica e material, viabilizando, no melhor nível possível, a sua autonomia para viver em comunidade. É importante, portanto, demarcar que essas associações estão alinhadas às pautas da Reforma Psiquiátrica. Conforme Amarante (2015), esse movimento é protagonizado por sujeitos políticos (usuários, familiares e profissionais dos serviços de Saúde Mental) que atuam no Brasil desde meados dos anos 1970, com o intuito de superar o modelo asilar de tratamento, bem como o imaginário social atribuído à loucura, caracterizado por estigmas vinculados à irracionalidade, à incapacidade e à periculosidade.

Para compreender o objeto deste texto, consideramos importante reconhecer a interface entre os movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária. Segundo Barberio et al. (2014), apesar de possuírem referenciais teóricos distintos, tais movimentos possuem um determinante ético em comum, pois estão voltados para a produção da autonomia e da inclusão social de pessoas em des-

vantagem social. A interface entre esses movimentos também pode ser percebida na maneira como está instituída a Rede de Atenção Psicossocial. A Portaria nº 3.088/2011, em seu artigo 12, institui que as ações de reabilitação psicossocial devem ser compostas por iniciativas de geração de trabalho e renda vinculadas aos empreendimentos solidários e cooperativas sociais e indica que essas ações possuem um caráter intersetorial, sendo destinadas à inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho de pessoas em sofrimento mental ou com necessidades decorrentes do uso de drogas (Brasil, 2011).

Pinho et al. (2014) nos auxiliam nesse debate ao considerarem que a Reforma Psiquiátrica brasileira escolheu a reabilitação psicossocial como eixo norteador da Política Pública de Atenção Psicossocial. Isso implica considerar que a atenção psicossocial não deve ficar restrita ao serviço de saúde mental, pois precisa perpassar outros contextos sociais, tais como associações ou coletivos de usuários dos serviços de saúde mental, instituições de ensino, projetos sociais, esportivos e comunitários.

Avançando neste debate, entendemos que a efetivação do paradigma da reabilitação psicossocial, além de envolver um conjunto de práticas intersetoriais, requer um processo educativo democrático que permita às pessoas em sofrimento psíquico e seus familiares, aos profissionais da saúde mental e à sociedade em geral aprenderem outras formas de se relacionar com o tema da saúde mental. É importante destacar que o processo educativo é aqui entendido a partir da perspectiva da Educação Popular, no sentido de que “[...] o trabalho educativo, tanto na escola quanto nos espaços não formais, visa formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade” (Paludo, 2012, p. 286). Dessa maneira, concebemos que o processo educativo não se limita a espaços formais de educação e não se restringe à aprendizagem de conteúdos técnicos que permitem apenas a leitura de palavras, por exemplo. Pelo contrário, contempla uma pluralidade de espaços e sujeitos que viabilizam que a pessoa leia o mundo e, a partir disso, reposicione-se, assumindo a sua presença nele (Freire, 2005, 2009, 2022b).

Dias e Amarante (2022) contribuem com esse debate ao considerarem que a perspectiva da Educação Popular reconhece que sujeitos se educam por meio de práticas sociais de luta e resistência. Para esses autores, a Educação Popular e a Reforma Psiquiátrica brasileira têm como ponto em comum a produção de uma práxis capaz de romper com a subalternização dos saberes e experiências de sujeitos que foram historicamente silenciados. Desse modo, Dias e Amarante (2022) consideram que a interface com a Educação Popular contribuiu para fortalecer a perspectiva territorial do cuidado em saúde mental, subsidiando diversas lutas sociais e colaborando para a construção de políticas públicas democráticas voltadas aos interesses da população que se distanciam da tradição autoritária presente na racionalidade biomédica.

Por fim, é importante mencionar que as ações analisadas neste texto são fruto de um programa de extensão universitária. Conforme Mattos e Sá (2023), entendemos a extensão como um espaço de produção de conhecimento e diálogo com a comunidade. Fleuri (2019) também colabora conosco ao considerar que a extensão contempla um processo educativo que gera transformação mútua entre a universidade e a sociedade. Mais do que um elo entre a academia e a comunidade, a extensão universitária, quando proposta a partir de uma perspectiva vinculada à Educação Popular, afirma-se como “conversidade” (Fleuri, 2019, p. 15), ou seja, como uma forma de conhecimento que só se torna possível mediante o desenvolvimento de diálogo crítico entre universidade e movimentos sociais, de forma que os movimentos sociais possam assumir a condição de agentes produtores de conhecimento.

Nesse prisma, inspirados por Freire (2005, 2009, 2022b), concebemos que a extensão universitária deve ter como compromisso fundamental a práxis, isto é, precisa buscar a realização de movimentos de reflexão e ação no mundo com o intuito de transformá-lo, tornando-o um lugar no qual seja possível “[...] a experiência profunda de assumir-se” (Freire, 2009, p. 41).

Sobre a pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida sob uma perspectiva qualitativa e com um caráter exploratório, pois nela procuramos aprofundar um tema relevante, ainda que pouco abordado, a fim de colaborar com a construção de compreensões sobre a sua ocorrência (Figueiredo; Souza, 2011). Em relação aos procedimentos de pesquisa, esta investigação se configurou como documental, visto que analisamos fontes primárias (relatórios de extensão). Nossa busca pelos materiais foi realizada nos arquivos da ITCP/FURB entre os meses de abril e maio de 2023, contemplando o período de atividades referentes aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

No que se refere ao processo de análise das informações, esta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de conteúdo (González Rey, 2005). Realizamos a busca e a seleção dos materiais, os quais foram submetidos a sucessivos movimentos de exploração e interpretação com o intuito de contemplar os objetivos de pesquisa propostos. Vale destacar que, conforme González Rey e Martínez (2017), quando desenvolvida sob uma perspectiva construtivo-interpretativa, uma pesquisa não possui momentos estanques de coleta e análise, bem como não se resringe apenas a coletar dados, pois diz respeito a um complexo processo de construção de conhecimento.

A partir das contribuições de González Rey e Martínez (2017), destacamos que as análises realizadas nesta pesquisa partiram de dois princípios: a) o caráter construtivo-interpretativo do fazer científico, visto que o conhecimento não é fruto de uma apropriação linear da realidade, mas de uma produção realizada

pelo pesquisador que interpreta e relaciona as informações às quais teve acesso; b) a condição de positividade epistemológica da singularidade, pois o que permite legitimidade à produção de conhecimento não é a quantidade de participantes ou de informações analisadas, mas sim as possibilidades que as informações produzidas na pesquisa abrem para o processo de formulação de informações significativas para compreender o problema investigado.

Em respeito ao caráter construtivo-interpretativo da pesquisa, bem como à heterogeneidade e à qualidade das informações produzidas a partir da análise dos relatórios de extensão, apresentamos a seguir algumas reflexões com o intuito de gerar possibilidades de problematização sobre as interfaces entre Educação Popular, Reforma Psiquiátrica e Economia Solidária.

O que encontramos?

Como resultado das buscas, encontramos sete relatórios de extensão. A seguir, apresentamos o nome de cada relatório e o seu período de execução: 1) Oficinas Musicais: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Indaial, setembro de 2019 a dezembro de 2020; 2) Oficinas Musicais: CAPS Indaial, fevereiro a dezembro de 2021; 3) O Imaginário Teatral na Saúde Mental, setembro de 2019 a dezembro de 2020; 4) O Imaginário Teatral na Saúde Mental, fevereiro a dezembro de 2021; 5) Saúde Mental e Economia Solidária: fortalecimento de ações de reabilitação psicossocial, setembro de 2019 a dezembro de 2020; 6) Saúde Mental e Economia Solidária: fortalecimento de ações de reabilitação psicossocial, fevereiro a dezembro de 2021; 7) Ações de reabilitação psicossocial em Blumenau e Indaial, fevereiro a dezembro de 2022.

Considerando a pluralidade dos elementos encontrados e os limites de um texto, optamos por registrar as informações em uma tabela (Tabela 1), na tentativa de oferecer uma visão panorâmica sobre os principais elementos que subsidiaram as nossas análises.

Para facilitar a leitura deste texto, considerando que os relatórios 1 e 2, 3 e 4, 5 e 6 são, respectivamente, relatórios parciais e finais de um mesmo projeto, optamos por agrupar os documentos e identificá-los da seguinte forma: relatórios 1 e 2 foram chamados de “A - Música”; 3 e 4 estão identificados como “B - Teatro”; 5 e 6 receberam a nomeação “C - Psicologia”; e o relatório 7 foi identificado como “D - Geral”. Os relatórios A, B e C foram assim nomeados porque dizem respeito às ações específicas vinculadas, respectivamente, às áreas da Música, do Teatro e da Psicologia. O relatório D recebeu uma titulação genérica, pois contemplou uma variedade de ações, tais como: oficinas de música, teatro e cerâmica, reuniões, eventos, etc. Todos os relatórios se referem a projetos de extensão que foram executados em dois anos, exceto o relatório D, que teve duração de apenas um ano.

Tabela 1 – Ações de Educação Popular registradas nos relatórios de extensão

	Relatório A Música	Relatório B Teatro	Relatório C Psicologia	Relatório D Geral	Total
Apresentação musical	2	-	-	-	2
Apresentação teatral	-	2	-	3	5
Cine-Debate	-	-	1	-	1
Evento Dia da Luta Anti-manicomial	-	-	2	1	3
Jornal da Enloucrescer	-	-	5	-	5
Oficina de cerâmica	-	-	-	30	30
Oficina de inclusão digital	-	-	8	-	8
Oficina de música	74	-	-	30	104
Oficina de papel reciclado	-	-	-	8	8
Oficina de teatro	-	39	-	18	57
Programa de rádio	-	-	9	1	10
Reunião com as associações	-	-	67	31	98
Roda de conversa	-	-	6	2	8

Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as) (2024).

A seguir, iremos analisar as principais questões encontradas nos relatórios. Optamos, então, por agrupar as atividades que possuíam objetivos semelhantes; para isso, construímos três categorias: a) atuação em rede e organização do trabalho; b) atividades de formação e produção; c) ações de compartilhamento e divulgação. Nessas análises, buscamos dar destaque para os sujeitos e as ações de extensão universitária que, a partir da perspectiva da Educação Popular, visam ao fortalecimento da reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento mental.

Atuação em rede e organização do trabalho

Uma questão que chamou a nossa atenção foi a pluralidade de agentes sociais envolvidos nas ações, contemplando desde sujeitos singulares, instituições públicas, grupos comunitários, empreendimentos econômicos solidários e redes. Mesmo considerando que a descrição dos agentes pode tornar a leitura do texto menos fluída, entendemos que é de suma importância identificar e reconhecer todos os envolvidos nas ações analisadas neste texto, por isso iremos listá-los a seguir.

Em relação ao contexto acadêmico, verificamos que as equipes que compunham os projetos de extensão contemplaram quatro professores e sete bolsistas, vinculados aos cursos de Artes Visuais, Música, Psicologia, Serviço Social e Teatro, além de contar com o suporte de uma servidora técnica para ações de secretaria. Essas equipes integravam a ITCP/FURB e foram financiadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (Propex) e pelo Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes). Além das equipes dos projetos de extensão, dois órgãos estudantis também colaboraram com as ações: Centro Acadêmico de Psicologia Silvia Lane e Centro Acadêmico de Serviço Social Karl Marx, ambos vinculados à Universidade Regional de Blumenau.

No que diz respeito às instituições, identificamos como parceiros diretos, ou seja, aqueles que colaboraram diretamente para a realização das atividades: a) na cidade de Blumenau: Secretaria de Promoção da Saúde de Blumenau; Secretaria de Cultura e Relações Institucionais de Blumenau; Centro de Atenção Psicosocial Adulto (CAPS II), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD); e III) Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSI); b) na cidade de Indaial: Secretaria Municipal de Saúde de Indaial e CAPS.

Em relação às redes e/ou empreendimentos econômicos solidários, identificamos a colaboração da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (Resvi) e do Centro Público Vitrine da Economia Solidária (Vitrine), atuantes em Blumenau. Também identificamos ações em parceria com a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e região (LiberSol) e a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo.

No que se refere aos grupos comunitários, verificamos a colaboração da Rádio Comunitária Adenilson Teles e do Coletivo Laboral Multicultural de Experimentações e Intervenções Artísticas Blumenau (Colmeia). Vale destacar que o Colmeia integra artistas de Blumenau e visa a ampliar a rede de contatos entre artistas, público, equipamentos e instituições culturais, bem como promover o protagonismo e a autonomia da classe artística da cidade.

Como parceiros indiretos – ou seja, aqueles que não estiveram envolvidos diretamente na execução das atividades descritas nos relatórios, mas que mantêm parcerias frequentes com a ITCP/FURB e, assim, colaboram em alguma medida para as ações vinculadas aos projetos de extensão –, incluem-se: Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina; Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol); Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária (Ceaes); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES); Frente Parlamentar de Economia Solidária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; e Rede Nacional de ITCPs (REDE ITCPs).

A partir da identificação dos agentes sociais registrados nos relatórios, percebemos uma característica central desses projetos: a atuação em rede. É impor-

tante compreender que a abordagem de rede nas análises dos movimentos sociais e ações extensionistas tem sua importância “[...] não somente por suas características articulatórias, mas considerando as novas formas de institucionalidade e as novas sociabilidades decorrentes da lógica de cooperação solidária” (Sheren-Warren; Lüchmann, 2004, p. 17), pois inferem sobre a condição de vida desses sujeitos e na sociedade como um todo. Nesse prisma, as análises dos relatórios nos permitiram perceber que a atuação em rede não estava caracterizada apenas pela identificação de variados agentes sociais envolvidos em uma mesma atividade. A atuação em rede ficou evidente quando analisamos a descrição das ações, que revelavam a lógica da Economia Solidária e da Educação Popular como dimensões constituintes dessas atividades, uma vez que priorizavam ações coletivas que visavam à autogestão, o que diz respeito à produção e ao compartilhamento democrático de saberes e de ações prático-políticas.

Por exemplo, quando analisamos as ações do programa de rádio, percebemos que se trata de uma ação realizada pelos usuários e profissionais do CAPS II e do CAPS AD III e pelos associados da Enloucrescer, que contou com a parceria da Rádio Comunitária Adenilson Teles, sendo que as edições analisadas neste texto também contaram com o apoio de um bolsista da ITCP/FURB. Todas as ações referentes ao programa, tais como a escolha dos entrevistados, da temática das entrevistas, das perguntas realizadas durante as entrevistas e da locução do programa, por exemplo, foram decididas e efetuadas coletivamente e de forma democrática, com o intuito de respeitar e potencializar os diferentes saberes e fazeres dos sujeitos participantes.

Desse modo, as contribuições teóricas de Mance (2002) nos auxiliaram a compreender que a atuação em rede requer ênfase nas relações entre diversidades que se integram e no fluxo de elementos em que circulam essas relações, com o intuito de potencializar o coletivo, sem desconsiderar as singularidades que o compõem. Isso implica reconhecer que a perspectiva de atuação em rede possui uma dimensão política, no sentido de preconizar a gestão democrática do poder, garantindo a todos os seus integrantes condições de participar ativamente dos processos decisórios, bem como de assumir compromissos na luta por direitos e na construção da cidadania.

No que se refere às ações de organização, identificamos um total de 98 reuniões envolvendo a Enloucrescer e/ou a Aufasam Recomeçar. Esses encontros ocorreram com periodicidades distintas, sendo que os com a primeira associação mantiveram uma regularidade semanal, enquanto aqueles com a segunda ocorreram com variação de periodicidade. As reuniões contaram com a presença de associados que compõem as respectivas associações, de dois ou três profissionais vinculados aos serviços de saúde mental dos respectivos municípios, de um professor e de um ou dois estudantes vinculados à ITCP/FURB, dependendo da ocasião.

Uma característica central dessas reuniões foi a prática da tomada de decisão coletiva sobre as atividades realizadas pelas associações, ou seja, era nesses espaços que os associados avaliavam coletiva e democraticamente suas ações, sejam aquelas em desenvolvimento ou em fase de proposição. Nesse sentido, a partir das contribuições de Leal e Rodrigues (2018), consideramos que as reuniões desenvolvidas pelas associações revelam a autogestão como princípio norteador da Economia Solidária, posto que garantiram as condições necessárias para a participação coletiva e democrática dos associados nas decisões sobre as atividades realizadas. Vale destacar que, além dessas reuniões, abertas à participação de todos os associados, a autogestão também se dava no cotidiano de cada ação específica. Por exemplo, os participantes da oficina de música tinham liberdade para decidir questões relacionadas à operacionalização desta, sem depender do debate geral da associação.

Ainda em relação às reuniões, outra questão nos chamou a atenção. Além dos encontros desenvolvidos com o intuito de possibilitar a autogestão das associações, identificamos cinco reuniões realizadas entre a Enloucrescer, a ITCP/FURB e integrantes da gestão municipal da saúde mental de Blumenau. O intuito destes é ampliar e fortalecer as ações de reabilitação psicossocial, sejam aquelas desenvolvidas pela associação, sejam aquelas realizadas pelos serviços de saúde mental da cidade. Além disso, a Enloucrescer e a ITCP/FURB também participaram de duas reuniões com a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, com o interesse de trocar experiências e fortalecer o protagonismo dos usuários na realização das ações de reabilitação psicossocial. Esses diálogos, que não estavam limitados ao exercício da autogestão dos grupos, evidenciaram o caráter de atuação em rede desses grupos, bem como a sua ação como sujeitos políticos, conforme já mencionamos anteriormente.

Atividades de formação e produção

Em relação às atividades de formação e produção, identificamos um conjunto de ações que contemplaram: 30 oficinas de cerâmica, oito oficinas de inclusão digital, 104 oficinas de música, oito oficinas de papel reciclado e 107 oficinas de teatro. Estas, em sua maioria, foram realizadas com periodicidade semanal. A quantidade de integrantes variou de acordo com o perfil de cada uma delas (disponibilidade de espaço físico e/ou material, objetivos, etc.) e contemplou entre cinco e 15 participantes por oficina. Além dos associados, todas as ações contavam com a presença de ao menos dois responsáveis por sua execução. Em alguns casos, os responsáveis pela atividade poderiam ser profissionais do serviço de saúde mental da cidade ou um professor da ITCP/FURB com apoio de um estudante ou de um profissional do serviço de saúde mental. A única exceção foi a oficina de inclusão digital, que ficou sob a responsabilidade de um bolsista da ITCP/FURB.

É interessante perceber a quantidade e a pluralidade de oficinas desenvolvidas pelas associações. A quantidade de atividades revela que, em regra, havia a intenção de gerar uma ação em continuidade, capaz de formar os associados para uma determinada prática. No que se refere à pluralidade temática das oficinas, percebemos que sua proposição estava vinculada à reabilitação psicossocial. Conforme considera Pitta (2016), essa perspectiva está vinculada ao aumento da contratualidade afetiva, simbólica e material para viabilizar a autonomia das pessoas em sofrimento mental para viver em comunidade. Por exemplo, as oficinas de cerâmica e de papel reciclado geram a comercialização de produtos e, assim, ampliam a renda dos associados e colaboram para um aumento da contratualidade não apenas material, mas também simbólica e afetiva. Isso acontece na medida em que a ampliação de acesso a recursos financeiros pode permitir ao associado escolher como administra esses recursos (seja para fazer um passeio, comprar algo para si ou para outra pessoa, pagar uma dívida, etc.).

É importante destacar que a reflexão sobre a geração de renda vinculada a atividades de reabilitação psicossocial não pode se restringir a um debate sobre a quantidade de recursos econômicos gerada por tais ações. Na esteira de Sayeg (2017), entendemos que a geração de renda em ações de reabilitação psicossocial enfrenta ao menos dois desafios: gerar renda suficiente para possibilitar ao sujeito desempenhar um papel ativo frente à sua vida e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade financeira para a manutenção das ações do grupo, preservando o seu sentido enquanto um trabalho.

Ainda em relação às ações de formação e produção, é importante reconhecer que as oficinas desenvolvidas estão fortemente vinculadas à perspectiva freireana, no sentido de considerar que o conhecimento técnico é indissociável da experiência estética e da ética. É nesse sentido que o autor afirma que “[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador” (Freire, 2009, p. 33). Isso porque, como considera Freire (2009), a aprendizagem deve ser um processo que instiga o aprendiz a tornar-se cada vez mais criador, sendo que o processo de se tornar criador está impreterivelmente vinculado a uma postura transformadora de si, do outro e do mundo.

Ações de compartilhamento e divulgação

No que se refere às ações de compartilhamento e divulgação das atividades e produções, identificamos um conjunto de ações que contemplou: duas apresentações musicais; cinco apresentações teatrais; um cine-debate; três eventos do Dia da Luta Antimanicomial; cinco edições do jornal da Enloucrescer; 10 programas de rádio “Mentes e vertentes”; e oito rodas de conversa. Novamente, a pluralidade chamou a nossa atenção como uma característica central de tais ações.

Identificamos uma diversidade de sujeitos envolvidos (usuários, profissionais e gestores de serviços de saúde mental; estudantes e professores universitários; artistas locais e comunidade em geral), de formatos das ações (apresentações artísticas, eventos, debates, comunicação impressa e por radiodifusão), de espaços/contextos nos quais as ações foram realizadas (vinculadas às áreas da saúde, da educação e da cultura) e de temáticas abordadas (foco especial para assuntos vinculados aos movimentos sociais da Reforma Psiquiátrica, da Economia Solidária e da Educação Popular).

Sobre a potência das ações de compartilhamento/divulgação, direcionamos a nossa atenção para as apresentações do grupo de teatro “Estações da vida”. Esse grupo é realizado pela Enloucrescer, coordenado por um professor de Teatro vinculado à ITCP/FURB, e conta com o apoio de profissionais dos serviços de saúde mental de Blumenau e de bolsistas vinculados à ITCP/FURB. É importante ressaltar que o grupo atua em uma perspectiva que dialoga com o Teatro do Oprimido, a Economia Solidária e a Reforma Psiquiátrica, visto que realiza uma prática teatral autogestionária e emancipatória que busca potencializar as pessoas em sofrimento mental e transformar o imaginário social opressor referente ao adoecimento mental. Isso ficou evidente quando identificamos que as ações do grupo contemplavam a implicação de seus integrantes em todas as esferas de atuação do grupo, desde a concepção, a adaptação e a criação dos elementos que compunham as peças teatrais até a escolha dos espaços para a apresentação.

Ressaltamos que a compreensão das ações desse grupo teatral perpassa pelo entendimento da pluralidade de ações (oficinas, produção de peças teatrais, composição de personagens e apresentações), de sujeitos (usuários e profissionais dos serviços de saúde mental, professores e estudantes universitários) e de contextos (comunidade local, universidade, eventos vinculados à saúde mental e à Economia Solidária). A partir desse reconhecimento, entendemos que os benefícios advindos dessa experiência afetam seus integrantes, o contexto universitário e a comunidade local, possibilitando uma ampliação de experiências culturais, maior visibilidade para a associação Enloucrescer e para o debate sobre a Reforma Psiquiátrica, acesso gratuito a bens culturais, qualificação profissional para estudantes universitários, professores e profissionais dos serviços de saúde mental, fortalecimento da extensão universitária em sua relação com a comunidade local e transformação do imaginário social referente à loucura.

É importante destacar que, para compreender as ações desse grupo teatral, é preciso reconhecer que suas atividades estão integradas às demais ações desenvolvidas pela Enloucrescer. Isso, por sua vez, implica reconhecer que as práticas artístico-culturais extrapolam a perspectiva terapêutica sobre a relação entre arte e loucura e abrem possibilidades de ruptura do discurso de inferioridade e incapacidade atribuído às pessoas em sofrimento psíquico, ou seja, a arte deixa de ser um

recurso terapêutico ou ocupacional e é tomada em sua dimensão política e como atividade criadora que permite a transformação social e emancipação de sujeitos e grupos sociais.

Por exemplo, a intencionalidade política de ação do grupo de teatro pode ser percebida na peça *A menina que buscava o sol*. Essa obra apresentou uma adaptação de um texto de Maria Helena Kuhner, que trata de uma menina que vivia em um contexto de opressão e incompreensão e que buscava o sol para se sentir feliz. Nessa busca, ela encontrou ajuda de outras pessoas e passou a compreender que o sol é a solidariedade. Nesse sentido, a partir dos registros presentes nos relatórios, é possível perceber que o espetáculo problematizou temáticas de opressão, isolamento social e sofrimento psíquico entrelaçadas à ideia da sua superação por meio da solidariedade.

Assim como a peça teatral *A menina que buscava o sol*, as demais ações artístico-culturais realizadas nos projetos de extensão analisados podem ser compreendidas em relação às contribuições de Amarante e Torre (2018). Para os autores, as experiências artístico-culturais são uma das maiores inovações da Reforma Psiquiátrica Brasileira realizadas nas últimas décadas. Elas permitem, segundo Amarante e Torre (2018), ter uma noção ampliada da Reforma Psiquiátrica, não reduzindo-a a uma reformulação de serviços e reorganização da rede de cuidados médico-psicológicos e assistenciais. Longe disso: o que propiciam é revelar a necessidade de ações na dimensão sociocultural para transformar o imaginário social e promover novos modos de vida em sociedade.

Torre (2018) também colabora com esse debate ao considerar que as experiências artístico-culturais no campo da atenção psicossocial têm criado formas inovadoras de relação com a loucura, pois os sujeitos passam a ser compreendidos não mais a partir do diagnóstico psiquiátrico, mas pelas possibilidades de invenção de novos modos de vida que produzem cidadania, circulação social e ampliação do conhecimento e da liberdade. Nesses termos, consideramos que as ações artístico-culturais são potentes para colaborar com a proposta de Basaglia – psiquiatra italiano que é uma das principais referências para a Reforma Psiquiátrica Brasileira – de colocar a doença mental entre parênteses.

Conforme Amarante (2015), colocar a doença mental entre parênteses não significa negar a existência do adoecimento mental. Trata-se de uma ruptura epistemológica que visa a reconhecer o sujeito e as suas potencialidades e deslocar a sua condição de sofrimento para o segundo plano. Aqui, mais uma vez, é possível perceber as potencialidades da interface entre Reforma Psiquiátrica e Educação Popular, já que, para colocar a doença mental entre parênteses, é preciso “[...] repreender a boniteza da troca [...]” (Freire, 2022a, p. 109). Em outros termos, se, para Freire (2022a), a educação popular requer uma práxis libertadora que está relacionada à capacidade de repreender a boniteza da troca e da reconstrução de si e do mundo mediada pelo outro, para Pitta (2016, p. 11) a reabilitação psicossocial

é uma práxis democrática e coletiva que respeita a singularidade e visa à libertação dos sujeitos, pois “[...] a liberdade é terapêutica”.

Ademais, as contribuições de Gohn (2011) também nos auxiliam a compreender as várias aprendizagens que ocorrem nos movimentos sociais, tais como: prática, teórica, técnica instrumental, política, cultural, linguística, econômica, simbólica, social, cognitiva, reflexiva e ética. Nas ações da Enloucrescer e da Aufasam Recomeçar, por exemplo, identificamos aprendizagens relacionadas especialmente a: práticas relacionadas aos processos organizativos e participativos; apropriação teórica de conceitos como economia solidária, reforma psiquiátrica, saúde mental, luta antimanicomial e reabilitação psicossocial; entendimento sobre o papel do estado e suas responsabilidades na garantia dos direitos; identidade; trabalho em grupo; organização e gestão do tempo, espaço e valores monetários, etc.

Por fim, cabe mencionar que parte das ações desses projetos de extensão foram intensamente afetadas pela pandemia da Covid-19, especialmente entre os anos de 2020 e 2021. Nesse período, todas as ações dos projetos respeitaram as orientações de isolamento e/ou distanciamento social necessárias para minimizar a proliferação do coronavírus. Por exemplo, as ações do grupo de teatro foram suspensas no período inicial da pandemia e retomadas paulatinamente, primeiro em um formato virtual, com videochamadas individuais mediadas por aplicativo de telefone, cujo objetivo era encaminhar exercícios e tarefas de composição de personagens, posteriormente foram realizados encontros presenciais adaptados para evitar o contato físico entre os integrantes do grupo. No final, houve a retomada normal das atividades teatrais. Entre os registros realizados nos relatórios, foi possível perceber que, mesmo diante das importantes dificuldades impostas pela pandemia, as ações dos projetos conseguiram ser desenvolvidas com qualidade, visto que a perspectiva de ação coletiva e autogestionária dos grupos viabilizou que as responsabilidades fossem compartilhadas e as decisões respeitassem as possibilidades e as condições dos integrantes dos grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos relatórios de projetos de extensão desenvolvidos pela ITCP/FURB, em parceria com duas associações de usuários e profissionais de serviços de saúde mental, permitiu-nos ter acesso a potentes experiências que contemplaram sujeitos singulares, instituições públicas, grupos comunitários, empreendimentos econômicos solidários e redes. Essa pluralidade de agentes sociais, somada à perspectiva de atuação em rede, evidenciou a Educação Popular e a Economia Solidária como dimensões constituintes dessas atividades, no sentido de priorizar ações coletivas que visam à produção e ao compartilhamento de saberes com o intuito de fortalecer a perspectiva antimanicomial da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Em relação às atividades em rede e de organização do trabalho, percebemos que as reuniões contemplaram ações com as associações que participavam dos projetos, com gestores públicos municipais de Blumenau e com uma rede de empreendimentos econômicos solidários vinculada à saúde mental de São Paulo. Consideramos que as reuniões revelaram a autogestão como princípio norteador dos projetos, já que elas ofereciam as condições necessárias para a participação coletiva e democrática dos associados nas decisões sobre as atividades realizadas pelas associações. Além disso, percebemos que a realização de reuniões com a gestão municipal de saúde mental e com uma rede de saúde mental visavam a fortalecer e/ou ampliar ações de reabilitação psicossocial nas quais os usuários dos serviços de saúde mental deveriam ser protagonistas.

No que se refere às atividades de formação e produção, identificamos uma variedade de oficinas vinculadas à produção artesanal (cerâmica e papel reciclado), às ações artístico-culturais (música e teatro) e ao acesso a saberes (inclusão digital). Consideramos que a proposição dessas oficinas estava fortemente imbuída pela perspectiva da reabilitação psicossocial, pois visavam ao aumento da contratualidade afetiva, simbólica e material para viabilizar a autonomia das pessoas em sofrimento mental para viver em comunidade.

Em relação às ações de compartilhamento e divulgação, identificamos uma pluralidade de ações (apresentações artístico-culturais, cine-debate, eventos em alusão ao Dia da Luta Antimanicomial, jornalzinho, programas de rádio e rodas de conversa). Compreendemos que as práticas artístico-culturais não eram consideradas como um recurso terapêutico, mas como atividade criadora e ação política que visa a romper com o discurso de inferioridade e incapacidade atribuído às pessoas em sofrimento psíquico.

Por fim, consideramos que a interface entre Educação Popular, Reforma Psiquiátrica e Economia Solidária é potente para o fortalecimento do paradigma da reabilitação psicossocial, posto que prioriza o protagonismo dos usuários e a promoção de ações coletivas de invenção de novos modos de vida em sociedade, conforme preconizado pela RAPS. Vale destacar que os benefícios advindos dos projetos de extensão analisados neste texto afetam usuários e profissionais vinculados à RAPS, ao contexto universitário e à comunidade local. Tais benefícios contribuem para: promover o protagonismo de usuários e profissionais de serviços de saúde mental; ampliar a visibilidade das associações de usuários de serviços de saúde mental; gerar acesso gratuito a bens culturais; promover a qualificação profissional de estudantes, professores e profissionais de saúde mental; fortalecer a extensão universitária em sua relação com a comunidade local e transformar o imaginário social referente à loucura.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. D. C. **Teoria e crítica em saúde mental: textos selecionados.** São Paulo: Zagodoni, 2015.

AMARANTE, P. D. C.; TORRE, E. H. G. De volta à cidade, sr. cidadão! Reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 6, p. 1090-1107, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/VxnVVXZN4b-D3bqCTVJwzxBQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BARBERIO, I. C. *et al.* Incubação do Recriart: parceria entre a prefeitura municipal e a Universidade Federal de São Carlos. In: PINHO, K. (org.). **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde.** São Carlos: Compacta, 2014. p. 209-224.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicosocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2011.

DIAS, J. V. S.; AMARANTE, P. D. C. **Educação popular e saúde mental: aproximando saberes e ampliando o cuidado.** *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 132, p. 188- 199, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/sN8NWvC-CgYzhM9ZPNkbtpSG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FIGUEIREDO, A. M.; SOUZA, S. R. G. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses:** da redação científica à apresentação do texto final. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente.** 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da solidariedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2022a.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

FLEURI, R. M. **Conversidade:** diálogo entre universidade e movimentos sociais. João Pessoa: CCTA, 2019.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2024.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. L.; MARTÍNEZ, A. M. **Subjetividade:** teoria, epistemologia e método. Campinas: Alínea, 2017.

LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. S. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. *Revista Humanidades e Inovação*, Tocantins, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/844>. Acesso em 15 fev. 2023.

LUSSI, I. A. O. **Trabalho, reabilitação psicosocial e rede social:** concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. 2009. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

MANCE, E. A. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTOS, S. J.; SÁ, E. Atuação das mulheres na extensão universitária na Universidade Federal de Mato Grosso. *Educação e Formação*, Fortaleza, v. 8, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/11635>. Acesso em: 2 abr. 2024.

PALUDO, C. Educação Popular. In: GALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 282-287.

PINHO, K. L. R. et al. (org.). **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta, 2014.

PITTA, A. (org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

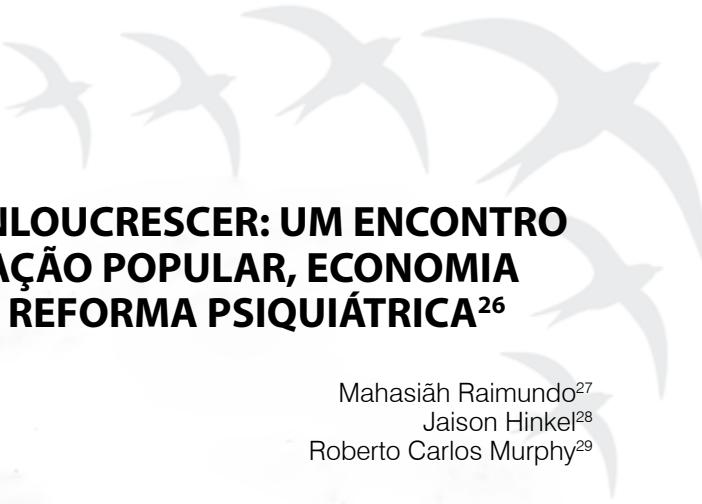
SAYEG, E. **Desafios da intersetorialidade entre Trabalho e Saúde Mental.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SHEREN-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 4, p. 13- 35, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1976>.

Acesso em: 24 maio 2024.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TORRE, E. H. G. **Saúde Mental, loucura e diversidade cultural:** inovação e ruptura nas experiências de arte-cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.



O TEATRO NA ENLOUCRESER: UM ENCONTRO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E REFORMA PSIQUIÁTRICA²⁶

Mahasiâh Raimundo²⁷

Jaison Hinkel²⁸

Roberto Carlos Murphy²⁹

O foco de discussão deste texto está direcionado para as ações de reabilitação psicossocial realizadas pelo grupo de teatro Estações da Vida. Este grupo é desenvolvido pela Associação de Familiares, Amigos e Usuários do Serviço de Saúde Mental de Blumenau (ENLOUCRESER), em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB) e com profissionais vinculados aos serviços públicos de saúde mental de Blumenau.

Inicialmente é preciso demarcar que concebemos a reabilitação psicossocial - conceito que será debatido ao longo deste texto – como um processo educativo. Inspirados em Freire (2005; 2009; 2022), compreendemos que o processo educativo, a partir da perspectiva da Educação Popular, não se restringe a espaços, sujeitos e conhecimentos institucionalizados, bem como não se limita à aprendizagem de conteúdos técnicos, pois contempla uma pluralidade de espaços, sujeitos, experiências e saberes que viabilizam a leitura e a transformação de si e do mundo. Por isso, ao longo deste texto, buscamos demonstrar como as ações do grupo teatral Estações da Vida estão relacionadas a perspectiva da Educação Popular, no sentido de produzir e compartilhar saberes coerentes com uma perspectiva antimanicomial.

A partir deste ponto de vista debruçamo-nos numa prerrogativa importante: a horizontalidade nas relações humanas estabelecidas no processo. Uma

26 Este texto foi publicado, em sua primeira versão, sob o título “Teatro, Saúde Mental e Economia Solidária: um relato de experiência junto a associação ENLOUCRESER”, na revista *Em Extensão* v. 21, n. 2, 96-107, 2022.

27 Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor do Departamento de Psicologia da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Membro da Associação Comunitária de Saúde Mental de Blumenau/SC e da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es.

28 Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina com estágio pós-doutoral pela mesma instituição. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Psicologia e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

29 Mestre em Teatro pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC). Professor do Departamento de Artes e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)

provável grande assertiva é apostar num fator presente em quaisquer sujeitos ali presentes, isto é, naquilo que Todorov (1996) sugere ao apresentar a importância de se dar sentido de existência, de realização, aos que sofrem com o ‘não olhar’ dos demais. Ou seja, sem o acolhimento dessa existência não se pode nutrir saúde mental.

A dimensão do olhar para o outro – numa perspectiva horizontal – coloca os interlocutores em pé de igualdade humanitário, nenhum mais, nenhum menos do que o outro. Reconhecer que o outro tem uma história singular e ter o cuidado de torná-la valorosa dá ao processo aspectos de segurança e confiança muito determinantes. Fica muito mais fácil (e atrativo) quando nos sentimos plenamente à vontade na presença do outro, de igual para igual.

O processo artístico envolvido nesse programa de educação popular na perspectiva da saúde mental, corre paralelo ao diagnóstico (de cada sujeito), tornando-o uma espécie de espelho refletor que avalia e tece uma crítica da sociedade propondo uma autoavaliação e consequente autocrítica. E tudo isso através da ludicidade, do movimento e desenvolvimento do cognitivo.

A seguir, realizamos uma breve contextualização sobre a ENLOUCRES-CER e as possibilidades de diálogo entre a arte e o campo da atenção psicossocial. Isso permitirá uma compreensão, mesmo que introdutória, dos atores envolvidos na experiência relatada, bem como permitirá compreender a interface entre Economia Solidária (ES), arte e saúde mental que permeará este texto.

A associação ENLOUCRES-CER, que surgiu em 1998, é uma associação que tem como objetivo oportunizar aos usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Blumenau o pleno exercício da cidadania, promovendo ações de reabilitação psicossocial (SANTOS; THEIS, 2019). Conforme Pitta (2016), a reabilitação psicossocial envolve ações que possibilitam às pessoas que vivenciam sofrimento mental o aumento da contratualidade afetiva, simbólica e material, viabilizando, no melhor nível possível, a sua autonomia para viver em comunidade. Dessa forma, reconhecemos que a ENLOUCRES-CER está alinhada à Reforma Psiquiátrica e à Luta Antimanicomial. Estes movimentos, vale frisar, buscam fortalecer e ampliar a RAPS, em prol da superação do modelo asilar de tratamento da loucura, bem como visam desconstruir o imaginário social atribuído à loucura, caracterizado por estigmas vinculados a irracionalidade, incapacidade e periculosidade (Amarante; Torre, 2017).

Com o intuito de promover a reabilitação psicossocial, a ENLOUCRES-CER desenvolve uma variedade de ações visando a ampliação das trocas materiais, simbólicas e afetivas de seus associados, bem como luta para desconstruir o imaginário social em torno da loucura enquanto doença mental. Entre as atividades realizadas pela associação, merecem destaque: participação em eventos acadêmicos e políticos vinculados, especialmente, as temáticas da Luta Antimanicomial e da ES; ações de reivindicação de direitos dos usuários dos serviços de saúde men-

tal (acesso ao cuidado em saúde mental, alimentação, transporte, entre outros); atuação em espaços e discussões em nível municipal, regional e nacional, vinculados ao meio acadêmico e políticas públicas; participação em redes e fóruns de ES; produção de produtos artesanais oriundos de oficinas de cerâmica, tecelagem e papel reciclado; realização de atividades artísticas, como teatro e pintura em tela; desenvolvimento de um grupo de ajuda mútua; gestão coletiva e autogestionária da associação, mediante reuniões semanais; realização de oficina de inclusão digital; participação em feiras a fim de comercializar os produtos da associação, entre outras ações (Santos; Theis, 2019). Vale ressaltar que muitas dessas atividades acontecem em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau, com a ITCP/FURB e com pessoas físicas que atuam como colaboradores da associação.

Apesar de reconhecermos que todas as atividades desenvolvidas pela EN-LOUCRESCER estão intrinsecamente interligadas, pois confluem para a promoção e o fortalecimento da reabilitação psicosocial, em função dos limites desse texto, nosso foco de discussão será direcionado para as ações do grupo de teatro Estações da Vida. Inicialmente, é importante reconhecer que experiências que vinculam a Saúde Mental aos processos de criatividade e arte não são fenômenos recentes.

Apenas para exemplificar, no contexto brasileiro, a arte tem atravessamentos com a questão da loucura que antecedem ao processo da Reforma Psiquiátrica, como é possível reconhecer em Osório César e Nise da Silveira que, a partir da década de 1920, colocaram a arte como instrumento de cuidado. Essas experiências abriram possibilidades para diferentes olhares sobre a saúde mental, colocando a arte como uma das principais frentes de reconhecimento e de ruptura do discurso de inferioridade e incapacidade atribuído às pessoas em sofrimento psíquico. Apesar do pioneirismo, esses autores tinham uma perspectiva terapêutica sobre a relação entre arte e loucura. E essa relação, apesar de importante, não dá conta da proposta da reabilitação psicosocial. A Reforma Psiquiátrica, por sua vez, aponta para os excessos dos espaços terapêuticos, procurando enfatizar que se olhe para os usuários não como doentes, nem como limitados, mas como sujeitos capazes de se apropriarem daquilo que desejam e de exercerem a sua cidadania (Aversa, 2014).

Atualmente é possível reconhecer as potencialidades advindas da interface entre arte e saúde mental, numa perspectiva estratégica de reabilitação psicosocial. Nesse sentido, a arte deixa de ser recurso terapêutico para ser instrumento de transformação social e emancipação dos sujeitos e grupos sociais que produzem diferentes expressões culturais. E não são poucos os atores envolvidos nesse fenômeno. Por todo o país há incontáveis experiências artístico- culturais dos mais diferentes tipos, desde blocos de carnaval, grupos de hip-hop, samba, capoeira, maracatu, de canto e dança, grupos de teatro, performances, produções literárias, projetos de rádio e tv, entre outros. Apenas para exemplificar tamanha diversida-

de, o prêmio cultural “Loucos pela Diversidade”, lançado em 2009 pelo Ministério da Cultura, contou com a participação de quase quatrocentas experiências de todos os estados do país (Amarante; Torre, 2017).

Um pouco sobre o que vamos falar...

A metodologia de trabalho desenvolvida pela ITCP/FURB junto à ENLOUCRESER possui 4 eixos: 1) formação política: ações vinculadas aos princípios da ES e às Políticas Públicas de Saúde Mental, em diálogo com demais setores da sociedade que atuam em prol da construção da cidadania; 2) dimensão organizacional: relacionada ao processo grupal do empreendimento, tomada de decisão coletiva e o processo de autogestão, bem como estratégias de diálogo com parceiros; 3) capacitação e desenvolvimento de produtos: estimula o aperfeiçoamento dos produtos já desenvolvidos, bem como o incentivo à criação de novos produtos, com vistas a suprir necessidades do mercado local, priorizando os princípios da ES; 4) comercialização: incentivo às práticas de comercialização, buscando gerar renda para os associados e estimular o comércio justo para a população local (Prim. et al., 2016).

Dito isso, esse texto concentra o debate na intersecção entre o primeiro e o terceiro eixo, posto que trata das ações realizadas durante o ano de 2019 junto ao grupo de teatro Estações da Vida, desenvolvido pela associação ENLOUCRESER, enquanto uma estratégia de fortalecimento do processo de reabilitação psicossocial de pessoas em situação de sofrimento psíquico.

O grupo de teatro Estações da Vida surgiu em 2009 e desde então é coordenado por um professor do curso de Teatro da Universidade Regional de Blumenau, que integra a equipe ITCP/FURB. Semanalmente, o grupo se encontra para realização de oficinas de teatro. As oficinas ocorrem nas dependências da universidade, no mesmo espaço destinado aos acadêmicos do curso de Teatro da referida instituição. Conforme Prim et al. (2016), desenvolver ações junto à associação ENLOUCRESER dentro do campus universitário foi uma opção metodológica com o objetivo de possibilitar novas experiências, não apenas no sentido de facilitar o uso de novos espaços, mas, sobretudo, de estabelecer novas relações sociais. Ao acessar o campus universitário, os integrantes da associação utilizaram outros espaços da instituição que não diziam respeito somente à atividade teatral, como o restaurante, a biblioteca, as praças, entre outros. Essa participação dos associados nos espaços da universidade certamente não ocorreu sem deixar marcas, tanto nos associados, quanto nos universitários, como foi possível constatar mediante o relato dos estudantes, que com frequência abordam os autores desse texto para conversar sobre a importância da participação da ENLOUCRESER no contexto universitário. Vale destacar que há outras ações da associação em diálogo com a ITCP/FURB que ocorrem no campus da Universidade Regional de Blumenau, tais

como: oficina de cerâmica; Feiras de Economia Solidária; cursos de formação em ES; reuniões da RESVI e do FESB; participação em eventos, como semanas acadêmicas, entre outros.

A metodologia utilizada para a construção das ações do grupo de teatro contemplou as contribuições do Teatro do Oprimido, da Economia Solidária e da Luta Antimanicomial. Essas três referências permitiram um processo metodológico do fazer teatral centrado na realização de exercícios, jogos e técnicas teatrais, totalizando vinte e oito oficinas realizadas durante o ano de 2019. O foco das ações do grupo teve como objetivo propor uma postura dialógica com o intuito de fortalecer a pessoa em sofrimento psíquico como um sujeito com o direito de ser e se posicionar, buscando gerar possibilidades de expressão para que cada integrante do coletivo pudesse propor alternativas para os problemas enfrentados pelo grupo no desenvolvimento de suas ações.

Um pouco sobre as ações do grupo teatral Estações da Vida...

No ano de 2019, o grupo de teatro Estações da Vida realizou a produção de três peças e sete apresentações teatrais. O trabalho foi realizado com o intuito de priorizar a participação dos associados desde a concepção, adaptação e criação dos elementos que compõem as peças, até a escolha dos espaços em que seriam apresentadas. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo grupo ocorreram de forma coletiva e, a partir da lógica da Economia Solidária e do Teatro do Oprimido, buscaram a implicação de todos os seus integrantes, a fim de possibilitar uma prática teatral autogestionária e emancipatória. As sinopses das peças fornecem indicadores para problematizar essas ações. “A menina que buscava o sol” e “Prelúdio” apresentam temáticas atravessadas pelos princípios da Economia Solidária e das reivindicações promovidas pela Luta Antimanicomial.

A primeira peça apresenta uma adaptação de um texto de Maria Helena Kuhner, que trata de uma menina que procura um sol que possa fazê-la mais feliz, pois ela vive num contexto de opressão e incompreensão. Nesse percurso, a menina encontra ajuda em seu caminho, o que a faz perceber que, na sua jornada, o sol é a solidariedade. A segunda peça, intitulada “Prelúdio”, apresenta uma encenação baseada na letra da música homônima de Raul Seixas, que diz: “sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só; mas sonho que se sonha junto é realidade”. Durante a performance, o grupo recitava inúmeras vezes a letra da canção enquanto construía o entrelaçamento de um fio entre os atores, indicando a necessidade e a importância do vínculo entre as pessoas para a construção e transformação de uma dada realidade. Dessa maneira, as duas peças apresentam elementos relacionados ao Teatro do Oprimido, à Economia Solidária e à Luta Antimanicomial, no sentido de problematizar temáticas de opressão, isolamento social e sofrimento psíquico entrelaçadas à ideia da solidariedade, da emancipa-

ção humana e da utopia. Utopia, vale destacar, é entendida aqui como desejo de alteridade e busca pela emancipação, constituída a partir de uma visão crítica do presente em prol de sua transformação (Cattani, 2009).

É importante reconhecer que essas peças teatrais, ao dialogarem com o ideal da emancipação humana, da proposição de uma sociedade mais justa e uma vida digna, demarcam a perspectiva da Economia Solidária ao indicar a importância da coletividade. Em “A menina que busca um novo sol”, um mundo melhor é vislumbrado a partir das relações de solidariedade que a personagem vivencia ao longo de seu caminho. Em “Prelúdio”, o vínculo entre as pessoas e a ação coletiva aparecem como condição de possibilidade para transformar o sonho em realidade.

A terceira peça produzida, chamada “O Natal”, trouxe uma temática distinta em relação às peças anteriores. A partir de uma adaptação da obra “O Boi e o Burro a caminho de Belém”, de Maria Clara Machado, essa peça teve por objetivo relacionar elementos cômicos à comemoração natalina. Através de uma linguagem simples e divertida, a peça narra a história do nascimento de Jesus Cristo a partir do ponto de vista de dois animais presentes no presépio. A opção por integrar outros temas à produção teatral do grupo, não relacionados diretamente à Saúde Mental, foi uma escolha dos integrantes no sentido de demarcar a pluralidade temática do fazer teatral, considerando que um grupo de teatro vinculado à Saúde Mental não precisa limitar as suas produções a essa temática.

Outra questão importante diz respeito aos diferentes contextos nos quais essas peças foram apresentadas. Mesmo que reservadas ao município de Blumenau/SC, as apresentações abrangeram contextos e sujeitos diversificados. Podemos considerar que as apresentações foram realizadas em três contextos distintos: a) vinculado à saúde mental: evento realizado na sede do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSad); evento do Dia da Luta Antimanicomial, organizado pela associação ENLOUCRESCER e realizado em uma praça no centro da cidade de Blumenau; evento organizado pela Escola Técnica de Saúde de Blumenau e realizado em sua sede para debater o tema da prevenção ao suicídio na atenção básica; evento organizado pelo Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) e realizado nas dependências da Secretaria Municipal da Família com o objetivo de comemorar o encerramento do ano; b) vinculado à ES: evento em comemoração aos três anos da Vitrine da Economia Solidária, um centro público localizado nas dependências da Universidade Regional de Blumenau e que é destinado à organização de trabalhadores autogestionários, bem como à comercialização de seus produtos; evento em comemoração aos vinte anos da ITCP/FURB, realizado na Universidade Regional de Blumenau destinado à comunidade acadêmica, aos empreendimentos de ES e instituições vinculados à ITCP/FURB; c) vinculado à comunidade local: evento organizado pela classe artística de Blumenau e realizado no principal teatro da cidade com o intuito de proporcionar dois dias de apresentações culturais gratuitas e envolvendo aproximadamente qui-

nhentos artistas e quatro mil espectadores. Desse modo, podemos perceber uma pluralidade de espaços e sujeitos contemplados nas apresentações do grupo de teatro Estações da Vida, envolvendo contextos vinculados à saúde mental, à economia solidária, à universidade e à comunidade local, contemplando um público composto por usuários e profissionais da saúde mental, integrantes da ES, estudantes e professores universitários, artistas e demais integrantes da comunidade local.

Essa diversidade de contextos e sujeitos contemplados pelas apresentações do grupo indica a intencionalidade do fazer teatral como processo de emancipação e produção de cidadania. Experiências como a do grupo de teatro Estações da Vida indicam que a emancipação e a cidadania são fortalecidas quando esses sujeitos, implicados em seu processo artístico-cultural, afirmam a sua condição de atores sociais, participando de intervenções urbanas e apresentações artísticas nos mais variados espaços. Amarante e Torre (2017) contribuem com essa reflexão ao considerar que ações realizadas nessa perspectiva permitem aos sujeitos serem reconhecidos não por conta de um diagnóstico psiquiátrico, mas como artista, produtor musical, militante ou trabalhador de um projeto coletivo. Os autores destacam outra questão importante nesse debate, ao considerar que a arte vinculada à saúde mental não pode ser reduzida a um viés terapêutico. Nesse prisma, as inovações da Reforma Psiquiátrica brasileira relacionadas às experiências artístico-culturais não visam estratégias de cuidado aos sujeitos em sofrimento mental, pois buscam reconhecer a sua diversidade cultural e promovê-la enquanto emancipação, cidadania, capacidade de trocas sociais e de enfrentamento da loucura, caracterizando assim, novas formas de inclusão social e, por consequência, novas formas de produção de subjetividade.

Ademais, a presença de diferentes sujeitos envolvidos nas ações realizadas pelo grupo de teatro indica que o grupo atua numa lógica interdisciplinar, que prioriza a produção coletiva de conhecimentos e o seu compartilhamento com o intuito de proporcionar transformações na comunidade local, especialmente no que se refere aos estigmas atribuídos às pessoas em sofrimento psíquico. Veronese (2008) aponta que a prática interdisciplinar deve superar a dicotomia entre sujeito/objeto, baseando-se em múltiplos constructos e possibilidades metodológicas, para permitir a construção de práticas sociais integradoras dos sujeitos e dos processos sociais. Nesses termos, a experiência relatada nesse texto indica que as pessoas em sofrimento psíquico não ficaram restritas à condição de objeto de ação, posto que construíram todo o processo, desde a concepção das peças teatrais, até a escolha dos espaços em que seriam apresentadas.

Por fim, é importante reconhecer que as ações do grupo teatral produziram efeitos para a ENLOUCRESER, para a Universidade Regional de Blumenau e para a comunidade local. Para os usuários dos serviços de saúde mental, as ações artístico-culturais proporcionaram uma ampliação de experiências, bem

como possibilitou maior visibilidade para a associação, para a forma como ela se organiza (ES) e para as suas pautas de reivindicação (Luta Antimanicomial). Para a FURB, além das apresentações gratuitas que foram realizadas nos espaços da universidade, beneficiando discentes, docentes e servidores administrativos, os benefícios estão relacionados também ao fortalecimento da prática da extensão universitária, uma vez que essas ações foram mediadas pelo processo de assessoria desenvolvido pela ITCP/FURB.

A importância da parceria entre a ITCP/FURB e a ENLOUCRESER, por exemplo, é destacada no estudo de Santos e Theis (2019), quando consideram que essa parceria demarca uma convergência entre tecnologia social e Economia Solidária, de forma que a dimensão coletiva, participativa e pedagógica do trabalho é essencial nesse processo. A comunidade local, por sua vez, teve acesso gratuito a uma produção artística que lhes possibilitou desconstruir estigmas sobre as pessoas em sofrimento mental e evidenciar que existem múltiplas possibilidades de viver em sociedade. Dessa maneira, ações como essa podem ser reconhecidas como possibilidades de transformação do imaginário social referente à loucura, promovendo espaços de ações coletivas, de mobilização e invenção de novos modos de vida em sociedade (Amarante; Torre, 2017). Moro e Guazina (2017) também contribuem com esse debate ao considerar que a arte pode ser transformadora e criadora de espaços existenciais e que, nessa medida, pode promover saúde mental. Vale frisar que isso não significa que a arte por si só consegue transformar e criar potência, mas que ela pode, em experiências coletivas, possibilitar vias de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial, afirmado novos lugares para os sujeitos e provocando deslocamentos de regimes de pensamento, visibilidade e sentimento.

Algumas palavras (quase) finais...

Experiências de diálogo entre arte e saúde mental, quando vinculadas à concepção da reabilitação psicossocial, extrapolam a perspectiva terapêutica sobre a relação entre arte e loucura, e abrem possibilidades de ruptura do discurso de inferioridade e incapacidade atribuído às pessoas em sofrimento psíquico. Nesse prisma, a arte deixa de ser entendida como um recurso terapêutico para ser concebida como instrumento político de transformação social e emancipação de sujeitos e grupos sociais. A experiência relatada nesse texto aponta as potencialidades do teatro mediado pelas contribuições da ES, da Luta Antimanicomial, da Educação Popular e do Teatro do Oprimido. Essas mediações possibilitaram uma prática teatral autogestionária e emancipatória capaz de problematizar temáticas de opressão, isolamento social e sofrimento psíquico entrelaçadas à ideia da solidariedade e emancipação. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo grupo de teatro Estações da Vida, ao integrar as demais atividades da ENLOUCRESER,

indicam a potencialidade educativa e política dos coletivos de usuários dos serviços de saúde mental.

Por fim, é importante reconhecer a pluralidade de ações desenvolvidas pelo grupo teatral, tais como oficinas, produção de peças e apresentações artísticas, envolvendo diferentes contextos (saúde mental, economia solidária e comunidade local) e sujeitos (usuários e profissionais dos serviços de saúde mental, artistas, professores, estudantes universitários e comunidade local). Nessa medida, podemos reconhecer que os benefícios advindos da experiência relatada afetaram seus integrantes, o contexto universitário e a comunidade local, possibilitando uma ampliação de saberes e experiências, maior visibilidade para a associação ENLOUCRESER, acesso gratuito a bens culturais, fortalecimento da extensão universitária e transformação do imaginário social referente à loucura.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P; TORRE, E. H. G. Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v. 21, n. 63, p. 763-774, 2017. Doi: 10.1590/1807-57622016.0881.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/wbrrsJPgptHd6q5qgrdnWJk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- AVERSA, P. C. Vibrações possíveis: ARS, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 148-159, jan./jun. 2014. Doi: 10.11606/issn.2178-0447.ars.2014.82967. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ars/a/PNfgKJxYYQtDnh39DZ9D3Fg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- CATTANI, A. D. Utopia. In: CATTANI, A. D. et al. *Dicionário Internacional da outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009. p. 328-334.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- MORO, L. M.; GUAZINA, F. M. N. Arte e experiência: relações da arte no contexto da saúde mental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v.

8, n. 18, p. 25-42, 2017. Doi: 10.5007/cbsm.v8i18.69279. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69279>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PITTA, A. **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

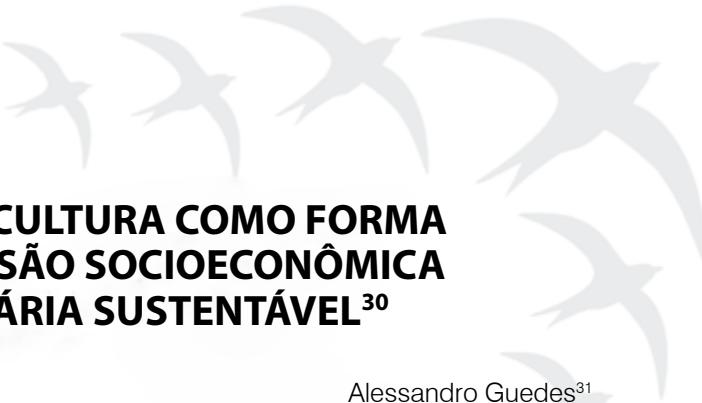
PRIM, L. F. et al. Qual é o lugar da loucura? Desafios a partir da economia solidária. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE - SEDRES, 3., 2016, Anais [...]. Florianópolis: FURB, 2016, p. 63-71. Disponível em:

<https://proxy.furb.br/soac/index.php/sedres/iiisedres>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTOS, N. A. G; THEIS, I. M. Tecnologia social e economia solidária no desenvolvimento desigual: limites e possibilidades. **Baru, Goiânia**, v. 5, n. 2, p. 237-250, jul./dez. 2019. Doi: 10.18224/baru.v5i2.7502. Disponível em: <http://seer.puc-goiás.edu.br/index.php/baru/article/view/7502>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TODOROV, T. **A vida em comum: ensaio de antropologia geral**. Campinas :Papirus, 1996.

VERONESE, M. **Psicologia social e economia solidária**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.



A PERMACULTURA COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA SOLIDÁRIA SUSTENTÁVEL³⁰

Alessandro Guedes³¹

Gabriel Leonardo Fronza³²

Cláudia Sombrio Fronza³³

Erwin Hugo Ressel Filho³⁴

Stella Maris Martins Cruz Castelo de Souza Nemetz³⁵

Valmor Schiochet³⁶

A busca por modelos sustentáveis de desenvolvimento tem levado a uma crescente convergência entre práticas econômicas alternativas e abordagens ecológicas regenerativas. A economia solidária e a permacultura emergem como duas vertentes que compartilham valores e princípios fundamentais, orientados para a sustentabilidade, cooperação e resiliência comunitária (Mollison, 1988; Singer, 2002). A permacultura, termo originado do inglês “Permanent Agriculture”, foi criada por Bill Mollison e David Holmgren na década de 1970 (Holmgren, 2013). Com o passar dos anos, o conceito evoluiu para “Cultura Permanente”, abrangendo uma ampla gama de conhecimentos provenientes de diversas áreas científicas, indo além da agricultura. Atualmente, a permacultura envolve a compreensão da ecologia, a leitura da paisagem, o reconhecimento de padrões naturais, o uso de energias e o manejo adequado dos recursos naturais, com o objetivo de planejar e criar ambientes humanos sustentáveis e produtivos, em equilíbrio e harmonia com a natureza. (Núcleo de Estudos em Permacultura da UFSC, 2022).

30 Este texto é uma ampliação de um resumo expandido apresentado no VI Congresso da Rede de ITCPS em 2022 - Salvador, Bahia

31 Mestre em Química pela Universidade Federal de Florianópolis (UFSC). Professor Titular na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

32 Graduando em Design pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Ex-bolsista da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

33 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

34 Doutorando em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Titular na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

35 Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Professora Titular na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

36 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB). Professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

O Instituto de Permacultura e Ecovilas do Vale do Itajaí (IPEVI) é constituído por um grupo de pessoas dedicadas ao estudo e à prática de tecnologias alternativas e complementares, voltadas para o desenvolvimento sustentável. O IPEVI forma um núcleo de aprendizagem e disseminação de conhecimentos sobre permacultura, com a missão de criar agentes multiplicadores desses conhecimentos em seu cotidiano.

Aplicando os princípios éticos de cuidado com a terra, cuidado com as pessoas e partilha dos excedentes, o IPEVI busca criar em sua sede uma Área de Inclusão Permanente (AIP). O objetivo é observar o ambiente e identificar os padrões da natureza dos quais somos parte, diminuindo a “pegada ecológica” e buscando entender melhor as relações humanas, potencializando o viver em harmonia com o todo.

Em sua trajetória, o IPEVI já desenvolveu inúmeras atividades, como vivências de manejo de bambu, rodas de conversa sobre economia solidária em Blumenau, feiras e bancos de tempo, oficinas de hortas e compostagem, mutirões de limpeza e trilhas, marcenaria para mulheres, vivências de pintura com geotinta, reaproveitamento de materiais para horticultura urbana, trocas de sementes, participação junto à FAEMA no Junho Verde em Blumenau, vivências de construção de geodésicas e participação nas feiras de economia solidária.

Desde então, o IPEVI tem realizado uma parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB), com o objetivo de incluir a permacultura como tecnologia social no âmbito do desenvolvimento da economia solidária em territórios de maior vulnerabilidade. Em contrapartida, busca-se a promoção, organização associativa e autogestionária da permacultura, com a consequente constituição do IPEVI como um empreendimento econômico solidário.

Esta parceria, através da aproximação e a articulação das práticas de Economia Solidária da ITCP/FURB com as práticas socioambientais do Instituto de Permacultura do Vale do Itajaí (IPEVI), culminou na aprovação de um financiamento para execução do projeto na chamada CNPq/MCTIC/MDS nº. 36/2018 - TECNOLOGIA SOCIAL “A permacultura como forma de inclusão socioeconômica sustentável para enfrentamento da pobreza no município de Blumenau”.

Este projeto teve como objetivo o apoio à formalização do instituto e seu fortalecimento, além de aliar práticas e valores do associativismo econômico com as práticas e valores da permacultura para promover a melhoria das condições socioeconômicas de pessoas moradoras do conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida na região do bairro Passo Manso, na cidade de Blumenau - Santa Catarina.

Dessa forma, cumprindo com os princípios de Permacultura e Economia Solidária, os objetivos específicos do projeto foram: promover ações socioeducativas de formação em Permacultura e Economia Solidária, ampliar o espaço e a discussão da sustentabilidade e agroecologia dentro das ações da ITCP; o processo de incubação e de assessoramento técnico para a constituição e formalização do

IPEVI como organização da sociedade civil e apoio técnico para a inserção das famílias beneficiadas nos processos de organização econômica da economia solidária no município de Blumenau, e em especial da compostagem termofílica com as famílias em condição de vulnerabilidade social.

METODOLOGIA

Com o objetivo de aliar práticas e valores do associativismo econômico com as práticas e valores da permacultura, foram desenvolvidas ações de acompanhamento da implantação de compostagem termofílica (tecnologia social – “Revolução dos Baldinhos”), de utilização do composto orgânico pela comunidade, do assessoramento para adoção de práticas agroecológicas para a produção de hortaliças e plantas medicinais em quintais produtivos agroecológicos, de assessoramento técnico ao IPEVI enquanto Centro de Referência em Permacultura, e de desenvolvimento de processos de sensibilização, mobilização e capacitação comunitária junto à comunidade envolvida no projeto.

Quando falamos na tecnologia social conhecida como “Revolução dos Baldinhos”, utilizamos uma atividade que propõe a compostagem de lixo orgânico de produção familiar, que produz adubo orgânico de alta qualidade e proporciona a fertilidade dos solos para uma produção agroecológica por meio do desenvolvimento comunitário com trabalho de sensibilização, envolvimento, capacitação e organização das famílias para a adequada separação da fração orgânica dos resíduos sólidos, sua coleta e transformação através da compostagem, bem como o uso final em processos de agricultura urbana ou para a comercialização (Abreu, 2013).

Para a realização de todas essas ações, foram desenvolvidas reuniões com a equipe do núcleo do projeto e com o IPEVI. Nessas reuniões, eram discutidas as atividades propostas para o desenvolvimento e realização delas com a comunidade. Além disso, houve as visitas de campo. Nesse momento, tínhamos a oportunidade de conversar com os moradores do condomínio para identificar as necessidades e dificuldades nas ações. A comunicação acontecia principalmente nos encontros presenciais, mas também de forma remota, utilizando a ferramenta de grupos com os moradores no aplicativo WhatsApp.

Para a sustentabilidade desta tecnologia, o projeto também proporcionou apoio na organização e formalização do IPEVI e aquisição de equipamentos para a sua estruturação através do projeto de fomento junto ao CNPq com aquisição de bibliografias, material audiovisual e equipamentos para a atuação do instituto.

O IPEVI, que possui o propósito maior de ser um centro de referência para multiplicação dos conhecimentos da Permacultura na região do Vale do Itajaí, teve uma participação significativa durante todo o processo, através do assessoramento técnico, no desenvolvimento das atividades práticas e teóricas para promover ações socioeducativas de formação em Permacultura e Economia Solidária. Essas

formações foram realizadas através de oficinas com o público-alvo e produção de materiais informativos, criando processos de sensibilização, mobilização e capacitação comunitária.

RESULTADOS

Conclui-se a formalização do IPEVI e a aquisição e posterior termo de doação e repasse de equipamentos, materiais permanentes e bibliografias que auxiliam nas ações e no fortalecimento do instituto como uma referência em permacultura no Vale do Itajaí. (Figura 1).



FIGURA 1 (A) reunião de alinhamento de definições do projeto e assessoria do ITCP com IPEVI.



FIGURA 1 (B) Reunião de comemoração e apresentação do estatuto e da Formalização do IPEVI.

Em relação ao acompanhamento e assessoramento da comunidade envolvida, entre 2019 e 2021, foram realizadas mais de 35 visitas de assessoria no conjunto habitacional. Inicialmente, foram construídas seis composteiras cilíndricas, além da orientação e distribuição de baldinhos (Figura 2).



FIGURA 2 - Entrega dos baldinhos e composteiras cilíndricas implantadas

Através dessas ações, o projeto conseguiu implantar e reforçar práticas agroecológicas e de permacultura na rotina dos moradores. A produção de alimentos e ervas medicinais apropriadas pelas famílias envolvidas possibilita a inclusão social, estimulando assim práticas de alimentação saudável, saúde preventiva, melhoria da renda e educação socioambiental. Mas a adesão ficou limitada a pequenos grupos e orientações individuais devido aos problemas do afastamento social imposto pela pandemia do Covid-19, que impactou diretamente, inclusive, com a perda de uma das lideranças locais. Parte das ações formativas e coletivas não pôde ser realizada durante o período de afastamento. Durante esse período, foi realizada a manutenção e melhoria do que já havia sido implantado no ano anterior. Ajustes ao projeto foram feitos com a construção de hortas e composteiras elevadas, considerando a idade e as dificuldades de saúde dos moradores, além de diminuir a ação de animais domésticos. Optou-se por desenvolver um sistema de compostagem direta em hortas elevadas e, posteriormente, o plantio direto sobre o composto (Figura 3).

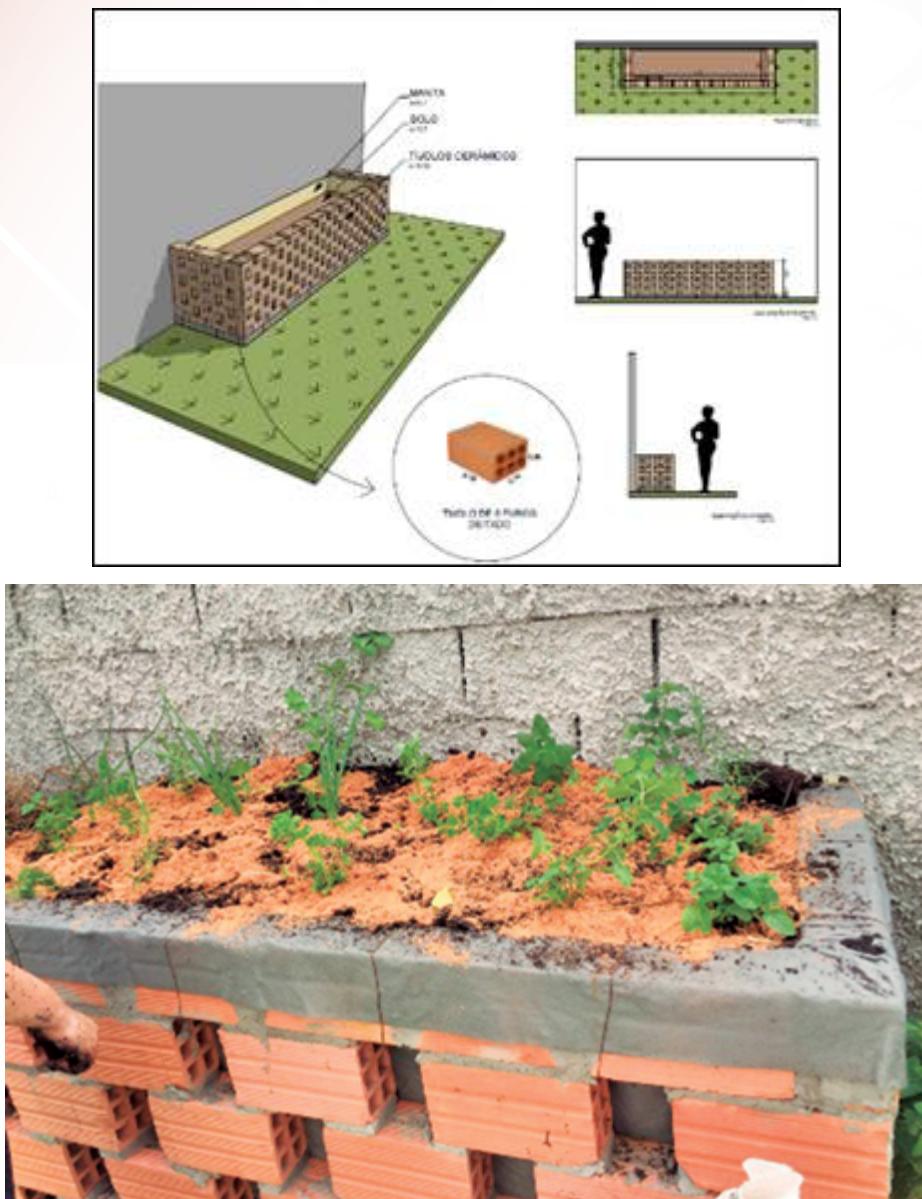


FIGURA 3 - Projeto e composteira com plantio direto após preenchimento com a terra oriunda das composteiras cilíndricas e complementada com terra adubada fornecida pelo projeto.

Houve a pintura dos quintais agroecológicos e a produção e implementação de placas com material informativo sobre a compostagem, além da doação de mudas para o plantio e de palhas para a realização do processo de compostagem (Figura 4).



FIGURA 4 - Composteiras e hortas elevadas, com as identificações e placas de orientações e proteção e pintura realizada.

Através dessas atividades, foi possível estabelecer os princípios de permacultura, trazendo novos olhares para as práticas agroecológicas. O projeto também buscou dar visibilidade e sensibilizar a comunidade universitária e regional sobre a permacultura como tecnologia social sustentável, realizando visitas, palestras e inserindo alunos bolsistas nas ações do IPEVI/ITCP e oficinas ofertadas pelo IPEVI a alunos do curso de Arquitetura. Foi sistematizado um referencial conceitual e metodológico acerca dos processos de reaplicação de tecnologias sociais, especialmente da permacultura, como promoção da inclusão socioeconômica sustentável de famílias em condição de vulnerabilidade social. Em virtude da pandemia de Covid-19, foi necessário diminuir a frequência das visitas, além das ações de formação socioeducativa, que também foram prejudicadas para garantir a saúde dos participantes. Dessa forma, o processo de adesão dos demais moradores ao projeto e o fortalecimento dos vínculos e do trabalho coletivo foram retardados. Nesse contexto, foi necessário desenvolver atividades alternativas que não comprometessem a saúde dos participantes. A criação de diversos materiais educativos e orientativos sobre plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais, além da própria compostagem. O projeto também incluía a gravação de um vídeo sobre o projeto este está disponível no canal do Youtube do IPEVI (IPEVI, 2025). Outra atividade que destacamos foi a colheita de plantas medicinais em excesso nos quintais produtivos agroecológicos pela equipe do projeto. Essas plantas foram levadas para as estufas do Laboratório de Farmacognosia da Universidade

Regional de Blumenau (FURB) para serem desidratadas e depois retornadas aos moradores dos condomínios em saquinhos com informações sobre a indicação e modo de preparo para consumo, desenvolvendo uma ação socioeducativa sobre os chás. (Figura 5).



FIGURA 5 – Secagem, manejo e embalagem de plantas medicinais.

O projeto conseguiu atuar diretamente com aproximadamente 25 famílias, onde já estão implantadas e sendo utilizadas sete composteiras com capacidade de 2,5m³ cada, produzindo verduras e chás para as famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, é visto que o projeto conseguiu realizar diversas ações que impactaram positivamente as famílias moradoras dos condomínios. Os moradores relataram a importância que o projeto teve no cotidiano das famílias, além dos aprendizados com a troca de conhecimento proporcionada pela extensão universitária.

Através dessas ações, foi possível construir novos olhares da comunidade para a implementação de práticas de destinação e uso dos resíduos orgânicos e maior consciência econômico-social-ambiental através da compostagem e do conhecimento sobre hortaliças e plantas medicinais. A economia solidária e a permacultura compartilham uma visão comum de mundo, na qual o equilíbrio entre

a sociedade e a natureza é essencial para a sustentabilidade. A integração dessas abordagens permite não apenas a viabilidade econômica de comunidades em vulnerabilidade, mas também a preservação dos recursos naturais e a promoção de modos de vida mais resilientes. Projetos que unem esses conceitos representam alternativas concretas para a construção de uma sociedade mais justa, autônoma e ecologicamente equilibrada.

REFERÊNCIAS

NÚCLEO DE ESTUDOS EM PERMACULTURA DA UFSC. **O que é permacultura?** Disponível em: <<https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>>. Acesso em: 05 de jul. de 2022.

ABREU, Marcos José de. **Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), capital social e agricultura urbana / Marcos José de Abreu; orientador Oscar José Rover.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. Florianópolis, SC, 2013. 150 p.

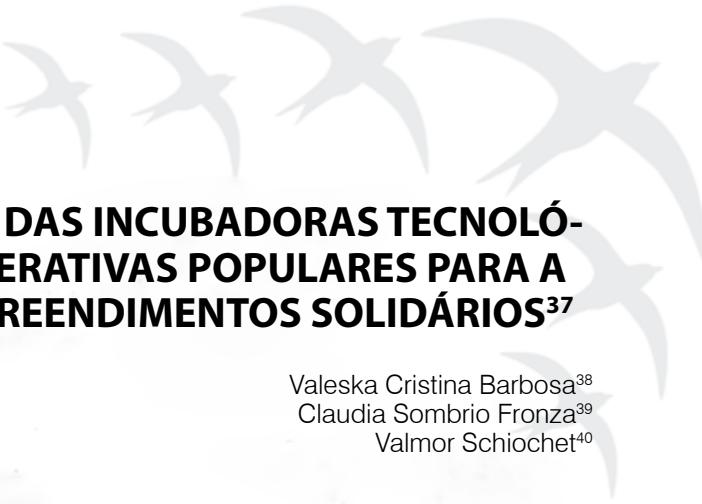
IPEVI Permacultura. Projeto de reaplicação da tecnologia social Revolução dos Baldinhos. YouTube, 10 de março de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IfLMikXPwaM>. Acesso em: 27 de março de 2025.

HOLMGREN, David. Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade. / David Holmgren; tradução Luzia Araújo. – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013

MOLLISON, B. *Permaculture: a designer's manual*. Sisters Creek: Tagari Publications, 1988.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Guilherme
Igor



METODOLOGIAS DAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES PARA A GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS³⁷

Valeska Cristina Barbosa³⁸
Claudia Sombrio Fronza³⁹
Valmor Schiochet⁴⁰

INTRODUÇÃO

No âmbito das universidades públicas brasileiras, desde a década de 1990, organizam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que se configuram como espaços de atuação de docentes, discentes e técnicos. Mobilizados inicialmente pela inquietação diante do desemprego, buscam desenvolver ações de apoio aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. Os trabalhadores participantes das ações desenvolvidas nas ITCPs apresentam características como: (i) trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal; (ii) populações marginalizadas; e (iii) população de baixa renda e com baixa capacitação técnica ou acadêmica (Barbosa *et al.* 2019).

Fraga (2012) destaca que as ITCPs atuam com grupos populares, informais ou organizados, constituindo associações ou cooperativas, auxiliando em suas atividades de produção, comercialização e de organização política, inserindo-os na perspectiva da economia solidária. Desenvolvem-se metodologias democráticas para planejar e implementar ações que promovam a autonomia desses empreendimentos e que incluem a emancipação política e social dos seus associados. Utilizam a infraestrutura, o aporte tecnológico e as pesquisas das universidades nas quais estão inseridas, buscando servir de subsídio tanto para a criação de novos empreendimentos, como para fortalecer as iniciativas existentes.

A metodologia de incubação e assessoria nas incubadoras tem demonstrado a construção de processos metodológicos diferenciados para cada empreendi-

³⁷ Este texto é uma síntese de um recorte da tese de Doutorado intitulada “Universidade e Desenvolvimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e suas Práticas Metodológicas de Ensino-Pesquisa-Extensão”, defendida por Valeska Cristina Barbosa em 2021.

³⁸ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

³⁹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

⁴⁰ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB). Professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)

mento, o que decorre da diversidade cultural e socioeconômica presente em nosso país. Em cada incubadora são suscitadas diferentes concepções e percepções para a criação de estratégias a partir da realidade local e da relação com o território no qual se encontra inserida. Faz-se uso dos princípios da economia solidária, com possibilidade de socializar conhecimento e experiências por meio de redes e aprendizado compartilhado com outras incubadoras.

Assim, a metodologia de incubação é um conjunto de atividades que garante a troca de conhecimento por meio de metodologias participativas (saber técnico) e consideração do saber popular. Além disso, é um instrumento de comunicação que normatiza os conteúdos sequenciais e as ações a serem desenvolvidas com os grupos. A formalização permite a alternância de equipes ao longo do processo, no entanto, não pode servir para se tornar processo padrão uma vez que a compreensão individualizada de cada equipe exige flexibilidade e adaptações a diferentes realidades (Rebehy *et al.*, 2016, p. 192).

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou as metodologias de incubação de 49 incubadoras de todas as regiões do Brasil. O texto em tela é dividido em várias seções, começando com uma introdução, seguida de um debate sobre os processos formativos nas ITCPs. O objetivo é identificar elementos territoriais e como esses processos formativos atendem às necessidades de formação dos trabalhadores. Em seguida, a análise das metodologias de formação desenvolvidas nas ITCPs é realizada com base em um questionário respondido por 49 ITCPs entre 2016 e 2017. A pesquisa destaca a importância das metodologias de formação desenvolvidas nas ITCPs e como elas se conectam com as necessidades de formação dos trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

PROCESSOS FORMATIVOS NAS ITCPS

Os processos formativos nas ITCPs conectam-se com a necessidade de formação dos trabalhadores de atividades econômicas organizadas coletivamente. Conforme Tiriba (2006), mesmo quando os trabalhadores passam a apropriar-se dos meios de produção, não detêm os fundamentos científico-tecnológicos, pois são formados na lógica do capitalismo, na qual os trabalhadores têm sido preocemente expulsos das escolas, destinados às tarefas de execução e, ao depararem-se na autogestão do trabalho, necessitam mobilizar seus próprios saberes e buscar novos para dirigir a produção. Assim, para a mesma autora, o conhecimento necessário para esse tipo de empreendimento é um processo único, constituído na própria cultura do trabalho, uma educação não escolar, um aprendizado na prática. Nesse sentido, a universidade contribui alinhando prática e teoria em um processo dialógico de mão dupla, em um espaço formativo e de produção de novos conhecimentos e tecnologias sociais.

Em relação à metodologia de assessoria e incubação, a trajetória histórica das incubadoras de cooperativas populares no Brasil tem demonstrado a construção de processos metodológicos diferenciados. Embora utilizem os princípios da economia solidária e conheçam a experiência de outras incubadoras, essa diversidade metodológica ocorre devido à rica diversidade cultural e socioeconômica presente em nosso país. Cada incubadora desenvolve diferentes concepções e percepções para criar estratégias baseadas na realidade local, ou seja, na relação com o território em que está inserida.

Para compreender e analisar as ITCPs, é essencial considerar o território que, conforme Haesbaert (2017), é simultaneamente um espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, além de ser diferentemente apropriado, tanto concretamente quanto simbolicamente, produzindo símbolos e identidades em uma multiplicidade de significados. Nesse contexto, o movimento das incubadoras se conecta ao conceito de “territórios alternativos” de Haesbaert (2017), ao buscar desenvolver alternativas para grupos em situação de vulnerabilidade, desvantagem social e exclusão no modelo econômico hegemônico. Assim, visa promover a perspectiva de trabalho autônomo, associativo e cooperativo, criando alternativas que possibilitem o desenvolvimento de espaços mais igualitários e democráticos.

As ITCPs, por meio de uma metodologia própria, desenvolvem processos de assessoria a organizações e pessoas em situação de vulnerabilidade ou desvantagem social e econômica, promovendo o trabalho autônomo, associativo e cooperativo, com uma perspectiva descolonial. Elas buscam outras formas de organização do trabalho e da produção, dando visibilidade aos saberes desses grupos e estimulando o desenvolvimento de tecnologia social. Institucionalizadas nas universidades como extensão universitária, as ITCPs permitem uma integração entre ensino, pesquisa e comunidade. As universidades enfrentam o paradoxo de, sendo plurais em sua prática acadêmica, servir simultaneamente à lógica do sócio metabolismo do capital e à organização do trabalho em seu sentido libertário, paradoxo visível não apenas nas atividades de ensino, mas também nas de extensão e pesquisa (Faria, 2005, p. 13).

Além das ferramentas de gestão, outro fator importante, abordado em profundidade por Dagnino (2019), é a Tecnologia Social (TS). No decorrer das conexões entre a universidade e a comunidade, passou-se a observar e mapear experiências reaplicáveis, como produtos, técnicas ou métodos de produção, que melhoravam processos ou contribuíam para solução de problemas, gerando impacto social.

A TS foi então conceituada como o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo) que ensejam, no ambiente

produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado, passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (Dagnino, 2014, p. 158).

O segundo mapeamento nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), finalizado em 2013, registrou 19.708 EES (SENAES, 2014). Com base nesses mapeamentos da SENAES e em pesquisas anteriores, foram reveladas as fragilidades econômicas mais comuns desses empreendimentos: falta de experiência nos negócios, desconhecimento dos mercados, oferta de produtos e serviços expostos à grande concorrência sem maior agregação de valor, ausência de estudos de viabilidade e dependência de instituições de apoio, entre outros (Gaiger, 2008, p. 61).

Nas ITCPs também se observa o paradoxo de uma formação que busca estimular a organização do trabalho solidário dentro de um sistema capitalista. Para isso, é necessário introduzir práticas híbridas de gestão solidária e de mercado. A necessidade de atenção à gestão é evidenciada tanto na prática quanto em dados de pesquisas anteriores, que demonstram que as principais fragilidades econômicas dos empreendimentos estão na falta de experiência nos negócios, ausência de estudos de viabilidade e domínio de gestão administrativa (Gaiger, 2008).

ANÁLISE DAS METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO DESENVOLVIDAS NAS ITCPS

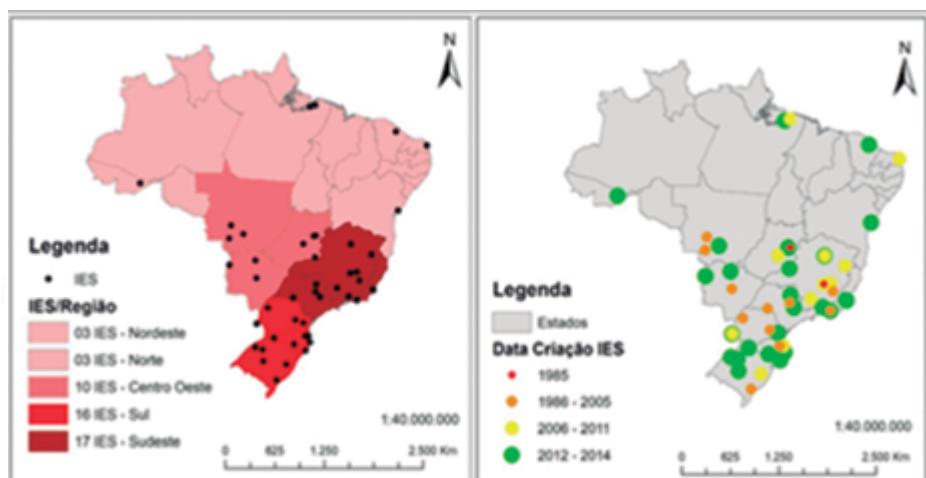
Para análise das metodologias de formação das ITCPs, inicialmente identificamos os princípios e métodos adotados, elaboramos instrumento de pesquisa, incluindo as variáveis categóricas e, posteriormente, realizamos a análise de conteúdo. O questionário-base foi enviado em arquivo Excel, com três abas. A avaliação realizada pelo Núcleo SOLTEC-UFRJ utilizou dois instrumentos: (1) instrumentos prévios à visita – questionário-base, em planilha, enviado às incubadoras e respondido autonomamente pelos seus coordenadores; e (2) instrumentos de aplicação direta durante as visitas. Neste item, apresenta-se a análise de informações coletadas pelo instrumento 1, enviado por e-mail para as incubadoras, solicitando a resposta dos seus coordenadores, com a finalidade de realizar um levantamento descritivo mais amplo da atividade e composição das incubadoras.

No questionário respondido pelos coordenadores das ITCPs, constavam: (I) orientações – apresentação do formulário, orientação de como preencher e como devolver; (II) incubadora – dados descritivos (identificação), origem e constituição, infraestrutura e funcionamento, equipe, lista e caracterização dos empreendimentos, institucionalização e produção; (III) metodologia de incubação – duas questões abertas: a) descrição de até 500 palavras da metodologia de incubação utilizada na incubadora e b) breve descrição das tecnologias sociais

geradas no processo de incubação. Para a análise de conteúdo do item III, foi analisada apenas a questão “a”. Buscou-se extrair sentido das 49 respostas, sistematizando e categorizando as informações para realizar uma interpretação didática do método desenvolvido nas ITCPs.

Das 84 ITCPs⁴¹ que receberam recursos do PRONIC MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq, chamada nº 89/2013, 49 incubadoras responderam ao formulário, sendo 23 incubadoras com mais de dois anos de existência e 26 novas, nos primeiros anos de atuação após o recebimento dos recursos a partir de 2014. Predominam na pesquisa as regiões Sul e Sudeste, com 67% das respostas. Destaca-se que a pesquisa utilizou a coleta de dados não probabilísticos, o que impede generalizações dos resultados. Na figura a seguir, observa-se a distribuição dos respondentes da pesquisa, bem como a distribuição por data de criação das incubadoras. Como os questionários foram respondidos entre 2016 e 2017, e a avaliação referia-se aos recursos recebidos a partir de 2014, as ITCPs criadas mais recentemente estão representadas em verde, criadas entre 2012 e 2014. As mais antigas foram criadas entre 1985 e 2005, representadas em vermelho e laranja. Apesar das universidades informarem data de início de 1985, é possível que os grupos tenham sido criados apenas na década de 1990, ainda sem o nome de incubadora e sem fazer parte de uma política pública, conforme consenso obtido nas pesquisas realizadas.

Figura 1 – Mapa das ITCPs por região e data de criação de acordo com a amostra



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

41 Cabe mencionar que as 84 ITCPs selecionadas como lócus privilegiado desta pesquisa e que receberam o formulário foram aquelas que obtiveram recursos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). A chamada pública MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013 tinha como objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de ITCP, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil (CNPq, 2020). As informações e resultados apresentados foram obtidos por meio desse grupo de ITCPs beneficiárias desses recursos

Referente à equipe técnica das ITCPs, a tabela demonstra as características da equipe interna das incubadoras participantes da pesquisa. Os técnicos são funcionários da universidade ou contratados para atividades eventuais.

Tabela 1 – Características da equipe participante das ITCPs

Região	Homens	Mulheres	Intergênero	Técnicos	Professores	Graduandos	Pós-graduandos	Outros
Sul	171	266	3	103	79	229	11	18
Sudeste	220	293	2	79	81	318	14	23
Norte	33	36	1	29	10	20	11	0
Nordeste	48	66	2	5	13	53	45	0
Centro-Oeste	137	140	2	35	50	163	13	18
Total	609	801	10	251	233	783	94	59

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Outras características descritivas das ITCPs participantes incluem a quantidade de empreendimentos e o número de trabalhadores incubados. As regiões Sul e Sudeste, juntas, representam 65% da quantidade de empreendimentos. No entanto, o Nordeste se destaca pelo número de trabalhadores, com apenas três ITCPs respondentes nessa região, que conseguem interagir diretamente com 3.621 trabalhadores (Tabela 2).

Tabela 2 – Quantidade de empreendimentos e trabalhadores das ITCPs

Região	Quantidade de ITCPs	Quantidade de empreendimentos	Número de trabalhadores
Sul	16	219	3.974
Sudeste	17	109	1.595
Norte	3	33	1.985
Nordeste	3	67	3.621
Centro-Oeste	10	76	1.898
Total	49	504	13.073

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

A análise de conteúdo refere-se à questão do questionário que solicitava: “Faça uma descrição de até 500 palavras da metodologia de incubação utilizada na sua incubadora”, resultando em 49 respostas, totalizando aproximadamente 15.968 palavras. Buscou-se sistematizar e categorizar as informações para realizar

uma interpretação didática. Para fins didáticos, as respostas foram categorizadas nos seguintes eixos: (i) conceitos e princípios da incubação, economia solidária e cooperativismo; (ii) fases, ferramentas e práticas pedagógicas de assessoria e incubação; (iii) relação entre as atividades com ensino, pesquisa e extensão.

CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA INCUBAÇÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

Ao planejar a implementação de uma incubadora no âmbito das universidades, a experiência da ITCP-UFRJ, considerada a primeira ITCP, serve como referência. A equipe proponente enfrenta o desafio de desenvolver ações em conjunto com trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, integrando-os em empreendimentos econômicos solidários. Dessa forma, é fundamental que conheçam os princípios da economia solidária e do cooperativismo.

Através destes programas, as(os) trabalhadoras(es) envolvidas(os) nas atividades base acima descritas foram incluídas(os) tanto no processo de profissionalização, como no processo de formação em economia solidária (formação em cooperativismo, princípios da economia solidária, democracia, participação e cidadania, formação de redes solidárias, planejamento, gestão e contabilidade) para trabalhadoras/es. [...] Formação em gestão através dos princípios do cooperativismo popular e autogestão em economia solidária" (Respondente 2, 2017).

Na tabela a seguir, são apresentados alguns dos termos relacionados ao tema, encontrados e procurados nas respostas do questionário, juntamente com o número de vezes que se repetiram.

Tabela 3 – Princípios do cooperativismo e da economia solidária

Conceito-chave	Termos e Número de Repetições	Repetições Analisadas
Economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Princípio (23) • Solidária e solidário (134) • Autogestão (27) 	157 resultados
Princípios de controle democrático	<ul style="list-style-type: none"> • Democracia ou democrático (9) • Cidadania (6) • Participativo(a) (40) 	82 resultados
Princípio de adesão livre e voluntária	<ul style="list-style-type: none"> • Voluntária (2) • Adesão livre (3) 	5 resultados

Princípio da difusão da informação	<ul style="list-style-type: none"> • Circulação da informação e de ideias (3) • Difusão (3) 	6 resultados
Princípio da autonomia e independência	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia (9) • Independência (0) 	9 resultados
Preocupação com a comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade (19) 	19 resultados
Princípios de cooperação entre cooperativas e trabalho em Redes	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação (11) • Rede (20) 	31 resultados
Territorialidade e governança	<ul style="list-style-type: none"> • Territorialidade e Território (7) • Local ou entorno (23) • Governança (3) 	33 resultados
Cooperativismo popular	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperativismo (13) 	13 resultados
Educação popular	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Popular (5) • Saber popular (4) 	9 resultados
Comércio justo	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio justo (2) 	2 resultados
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentável e Sustentabilidade (19) • Ambiental e ambientais (17) 	36 resultados
Inclusão social	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão (8) 	8 resultados
Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia social (11) • Tecnologia (23) 	23 resultados

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Foram analisados termos relacionados aos conceitos-chave. Outros termos podem ser encontrados, mas recorreu-se aos que melhor se relacionavam ao conceito e refletiam mais fielmente a interpretação conceitual dos princípios, permitindo compreender quais são os princípios relevantes para o grupo pesquisado. Como exemplo, podem ser analisados os “princípios de controle democrático”, caracterizados como um dos termos mais citados (82 vezes), com as palavras associadas: autogestão (27), democracia ou democrático (9), participativo(a) (40) e cidadania (6).

“A metodologia de incubação consiste em ações participativas e democráticas baseadas nos princípios da economia solidária, do trabalho cooperativo e associativista que se opera através de um processo dialógico, objetivando fortalecer o protagonismo do grupo e a sua autonomia em relação à equipe do programa” (Respondente 33, 2017).

“Apoiar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários orientados para a geração de trabalho e renda em consonância com os princípios da economia solidária, da autogestão e do cooperativismo” (Respondente 28, 2017).

“Sendo a autogestão a característica mais desafiadora da economia solidária, entendemos que o alcance da autogestão já facilita a compreensão e alcance da cooperação, da dimensão econômica e da solidariedade, os demais princípios da economia solidária” (Respondente 26, 2017).

A respeito do princípio de adesão livre e voluntária: “Na adesão livre pretende-se levar os grupos a identificarem e compreenderem o processo político, social e educativo como espaço de empoderamento das cooperativas como organização política/social/econômica” (Respondente 22, 2017).

Quanto ao princípio da difusão da democratização do conhecimento, está relacionado à circulação da informação e sua difusão entre os participantes da incubação e na comunidade, ou seja: “[...] objetiva-se estimular a produção e a circulação da informação e decisões entre os sócios/cooperados quanto à participação dos mesmos nas tomadas de decisões. Desta forma, o foco é incubar cooperativas que se tornem organizações sociais de formação livre” (Respondente 22, 2017).

No princípio da autonomia e independência, a metodologia de incubação deve abranger um processo educativo voltado para a autonomia e independência do grupo, de acordo com: “princípios da economia solidária, do trabalho cooperativo e associativista que se opera por meio de um processo dialógico, objetivando fortalecer o protagonismo do grupo e a sua autonomia em relação à equipe do programa” (Respondente 33, 2017).

Em relação à preocupação com a comunidade:

“A metodologia usada respeita as especificidades intrínsecas de cada comunidade, sempre priorizadas por metodologias e práticas que se fundamentam no diálogo e na construção de um autoconhecimento mútuo, interpessoal e interinstitucional. [...] Estimular a participação nos conselhos e fóruns, municipais e regionais de economia solidária, facilitando a integração com outros projetos, políticas públicas e redes de economia solidária, agindo como fator de “empoderamento” das comunidades e articulando políticas públicas de economia solidária com os poderes locais e regionais” (Respondente 27, 2017).

A respeito dos princípios de cooperação entre cooperativas e trabalho em redes: “Assessorar o grupo para participação em redes de cooperação e em iniciativas do movimento de economia solidária” (Respondente 18, 2017).

Um dos respondentes destaca a importância da formação para o trabalho em redes: “Criação de circuitos de cooperação entre ou com empreendimentos econômicos solidários, buscando estratégias como: produção e acesso a tecnologias apropriadas à produção, organização, gestão de pessoas, gestão financeira, e logísticas diferenciadas” (Respondente 22, 2017).

Sobre territorialidade e governança: “Considerando o aspecto de territorialidade dos grupos, há a inclusão da temática do desenvolvimento local enquanto princípio de trabalho, o qual permite maior desenvolvimento dos grupos, bem como maior interação com seu entorno” (Respondente 30, 2017).

Por fim, estimula a formação de clusters criativos ou Sistemas Locais de Inovação Criativos (SLICS) a partir de uma metodologia popular. SLICS são conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. O apoio a Arranjos Produtivos Locais é fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimentos, em que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social. Seu objetivo é orientar e contribuir para a organização e desenvolvimento de Arranjo Produtivo Local de culturas populares, identificando toda a cadeia produtiva, capacitando os atores sociais envolvidos e qualificando a população (Respondente 37, 2017).

Relativo ao cooperativismo popular: “Orientados pelos princípios autogestionários, democráticos e participativos do cooperativismo popular, o indivíduo é considerado o protagonista da sua transformação” (Respondente 22, 2017).

“É também resultante de um conjunto de conceitos e processos situados no campo do chamado cooperativismo articulado, da adequação sociotécnica, da educação popular e da pesquisa -ação, cuja articulação se torna direta a partir da perspectiva de que a construção de um cooperativismo articulado depende essencialmente da produção de tecnologias socialmente adequadas, sendo a construção destas tecnologias um processo de produção de conhecimento que parte da intervenção conjunta de atores sociais que se reconhecem como portadores de distintos saberes, que intercambiam seus conhecimentos e que constroem projetos comuns de produção de novos conhecimentos a partir da reflexão teórica sobre suas práticas concretas” (Respondente 7, 2017).

Em educação popular:

“A metodologia adotada funda-se nos Princípios da Educação Popular a permear os processos pedagógicos e administrativos relacionados à autogestão, à viabilidade econômica, valorização do trabalho, valorização da educação e defesa do meio ambiente” (Respondente 23, 2017). “Objetivam através da união do saber popular e do saber técnico-científico, proporcionar qualificação e assistência técnica aos trabalhadores dos empreen-

dimentos coletivos durante o período de Incubação” (Respondente 9, 2017).

Sobre comércio justo:

“A incubação orienta-se pelos princípios fundantes da economia solidária: autogestão, solidariedade, distribuição equitativa do resultado do trabalho, comércio justo, cuidado com o entorno social e o meio ambiente” (Respondente 6, 2017).

A respeito da sustentabilidade:

“[...] O processo metodológico será viabilizado por meio de ações e atividades de formação, assistência técnica que terá um caráter educativo, cuja ênfase se dá na pedagogia da prática a fim de uma apropriação coletiva de conhecimentos voltados à construção de processos de desenvolvimento local sustentável, da adaptação, geração e adoção de tecnologias de agregação de valor na cadeia produtiva, de modo sustentável” (Respondente 33, 2017).

Quanto à inclusão social:

“Articuladas, essas entidades elaboram novos projetos para instituições financiadoras de ações de inclusão social e de geração de renda. Os recursos desses projetos são utilizados para reaplicar não somente o Pesquisador Cooperado como também outras Tecnologias Sociais que potencializem os seus resultados” (Respondente 42, 2017).

Em relação à tecnologia:

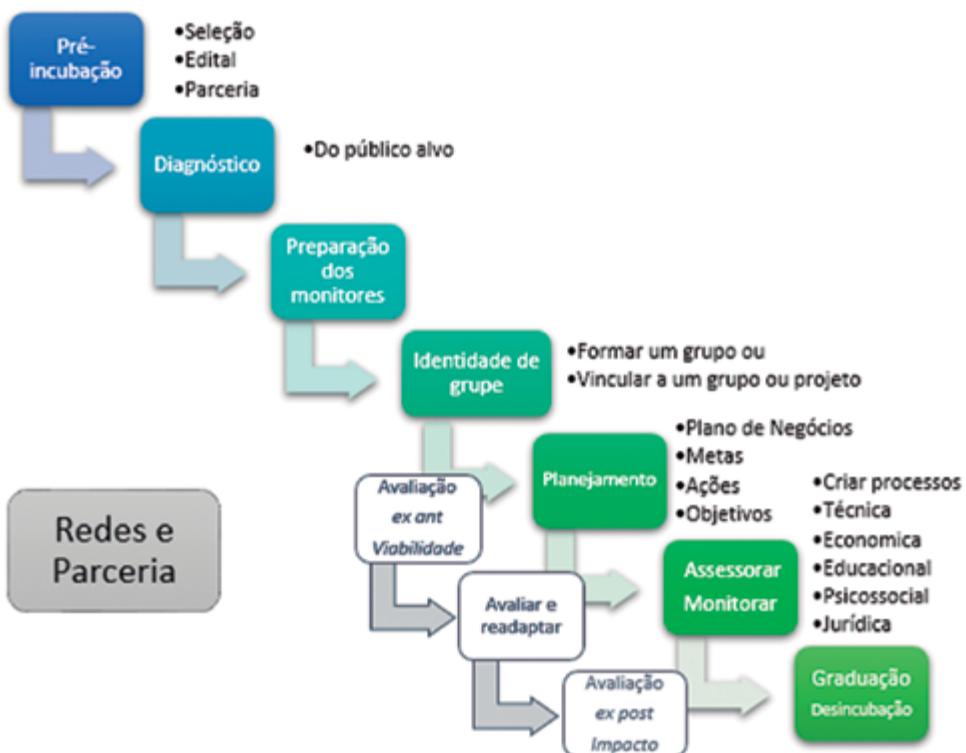
“[...] com processo de formação, que inclui assessoria técnica para gestão, disseminação de tecnologia apropriada voltada para a transformação social e à consolidação dos Empreendimentos de economia solidária (Respondente 5, 2017). ”

“É também resultante de um conjunto de conceitos e processos situados no campo do chamado cooperativismo articulado, da adequação sociotécnica, da educação popular e da pesquisa-ação, cuja articulação se torna direta a partir da perspectiva de que a construção de um cooperativismo articulado depende essencialmente da produção de tecnologias socialmente adequadas, sendo a construção destas tecnologias um processo de produção de conhecimento que parte da intervenção conjunta de atores sociais que se reconhecem como portadores de distintos saberes, que intercambiam seus conhecimentos e que constroem projetos comuns de produção de novos conhecimentos a partir da reflexão teórica sobre suas práticas concretas” (Respondente 7, 2017).

Constata-se que os princípios do cooperativismo e da economia solidária, desenvolvidos ao longo de mais de duas décadas de existência nas ITCPs, estão consolidados de forma diversa nas incubadoras pesquisadas. Embora as primeiras ITCPs tenham sido influenciadas pelo conceito de incubadoras de empresas, com suas ferramentas de gestão e mercado, a metodologia consolidada incorporou a tecnologia existente nas universidades e sua capacidade técnica de gestão, de maneira apropriada para esses empreendimentos. Isso visa que as cooperativas desenvolvam uma gestão própria para se relacionar no mercado.

Nesta etapa, observaram-se ferramentas de gestão e assessoria similares às das incubadoras de empresas tradicionais, considerando que muitas regras de mercado e legislação são idênticas e os empreendimentos precisam estar aptos para responder a essas demandas. Para compreender essas ferramentas e práticas pedagógicas de assessoria, as respostas analisadas foram categorizadas nos eixos demonstrados na Figura 2.

Figura 2 – Fases da metodologia das ITCPs para a gestão de empreendimentos solidários



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021).

A figura busca sistematizar as fases metodológicas para a gestão de empreendimentos solidários utilizadas nas ITCPs pesquisadas. Essas etapas são detalhadas na sequência, abordando os termos “redes e parcerias” e “avaliações”. As fases não foram descritas pelos respondentes exatamente nesta ordem ou com todas essas etapas, mas foram categorizadas a partir da análise agregada das respostas. Nem todas as incubadoras seguem uma ordem “evolucionista” voltada para a “des-incubação”; algumas relataram ações processuais, contínuas, permanentes ou de assessoramento contínuo.

O termo “redes e parcerias” não necessariamente começa em uma das fases da incubação, sendo uma construção contínua da ITCP que envolve diversos tipos de redes e parcerias. Muitas vezes, a parceria para financiamento ocorre antes da pré-incubação, quando se cria uma parceria ou convênio e, posteriormente, inicia-se a incubação. Por exemplo, a participação da incubadora em editais, onde somente após ser contemplada, inicia-se o período de organização dos participantes.

Como as redes e parcerias são vitais para o fortalecimento do empreendimento, elas são contínuas durante todo o processo, desenvolvendo-se como um movimento de solidariedade com a própria comunidade, além de parcerias com o setor privado e o poder público, geralmente por meio de convênios, editais e contratos.

“Formação do trabalho em Redes: Criação de circuitos de cooperação entre ou com empreendimentos econômicos solidários, buscando estratégias como: produção e acesso a tecnologias apropriadas à produção, organização, gestão de pessoas, gestão financeira, diferenciadas logísticas (comercialização, divulgação e marketing, transporte, beneficiamento etc.). E possibilita que incubadora e empreendimentos busquem e mantenham parcerias em redes – como agentes do setor privado e poder público (conforme políticas existentes, voltadas para a geração de trabalho e renda para as cooperativas)” (Respondente 22, 2017).

As avaliações desenvolvidas nas ITCPs, além de contribuir para a gestão dos empreendimentos, atendem a uma necessidade interna da universidade. Sendo uma instituição pública, a universidade precisa prestar contas dos recursos públicos utilizados à sociedade (Dias Sobrinho, 2003). As avaliações observadas na pesquisa ocorrem de maneira participativa, em três fases da incubação: (i) pré-incubação ou planejamento, também denominada ex-ante ou diagnóstica; (ii) monitoramento, durante a incubação; e (iii) ao final da incubação, ex-post ou graduação. Graduação é como algumas incubadoras denominam a fase em que os empreendimentos estão preparados para se organizar sem mediação ou com interações pontuais com a incubadora.

Na pré-incubação, diversas atividades internas ocorrem na incubadora, desde a formação de um grupo com capacidade de recursos humanos para atender determinada demanda da comunidade até a obtenção dos recursos financeiros necessários para viabilizar a incubação. A capacidade de recursos financeiros geralmente é realizada por meio de parcerias ou convênios, que podem ser com a iniciativa privada, pública ou organizações da sociedade civil. Diante da possibilidade técnica da incubadora em atender a demanda, abre-se o diálogo com a comunidade para seleção, realizando o diagnóstico das condições do grupo potencial e a formação de outras parcerias para execução, se possível.

“Diante da apresentação de demandas vindas da comunidade, a ITCP-FURB avalia as condições objetivas e subjetivas de cada grupo, realizando uma seleção. A fase da pré-incubação ocorre a partir de conversas, geralmente realizadas em reuniões, nas quais a ITCP apresenta sua proposta e identifica os interesses e expectativas dos grupos. O processo de incubação é iniciado caso as partes concordem entre si” (Respondente 4, 2017).

A preparação dos monitores (acadêmicos) e da equipe envolve formação sobre economia solidária e os princípios do cooperativismo. Além das capacidades técnicas de assessoria, a equipe que participará do processo de incubação deve compreender a metodologia participativa e democrática, incorporando a importância do conhecimento dialógico entre o saber popular e acadêmico.

Na fase de identidade de grupo, os participantes selecionados se conhecem e alinham suas identificações e afinidades para construir o planejamento, buscando inicialmente consolidar sua identidade coletiva. Nesta fase, também são realizadas reuniões ou formações coletivas frequentes, visando colocar em prática os princípios do cooperativismo popular. Começa-se a pensar na identidade, no estatuto social e no foco de sua produção ou serviço. Como resultado desta etapa, forma-se um novo grupo ou vincula-se a um grupo existente.

O planejamento participativo tem como objetivo:

“promover sentido e significado para o processo de planejamento, tornando-o sistêmico, coerente e produtivo. Trata-se de uma construção coletiva, com vistas ao objetivo comum, por meio de processos de facilitação e comunicação que orientem a tomada de decisão” (Respondente 1, 2017).

“Planejamento participativo: essa etapa envolve facilitação em dois ou três encontros de um planejamento participativo e seu acompanhamento posterior, no qual ocorrem ajustes necessários ao aumento de renda dos membros do grupo, a comunicação com a sociedade, a maior coesão de seus membros e à melhor organização do trabalho; verificando-se após alguns meses a viabilidade técnica/econômica/social/política do grupo, que consegue garantir certo nível de renda, satisfação, realização

e felicidade aos seus membros, a assessoria busca os procedimentos necessários para sua constituição jurídica” (Respondente 24, 2017).

Nesta etapa, constrói-se um plano de ação, conhecido como plano de negócios ou plano de incubação, essencial para a execução das tarefas, definição de objetivos, planejamento do que produzir ou oferecer (no caso de serviços), como produzir, onde e para quem, além de estabelecer metas e meios para alcançá-las. Este plano é um pré-requisito para as próximas etapas.

Na etapa de “assessorar e monitorar”, diversas ações e técnicas são empregadas, sendo as principais: jurídica, psicossocial, educacional, técnica e econômica. No que concerne à jurídica:

“Avalia e viabiliza a legalização do EES. A mesma abrange o processo de constituição jurídica do grupo, desde a fundação, a lavratura da ata, a elaboração de estatuto, de regimento interno e demais registros jurídicos” (Respondente 4, 2017).

A psicossocial busca promover o desenvolvimento cidadão:

“Acompanha o processo de organização do grupo – identidade coletiva, motivação de processos de comunicação, de liderança, planejamento das ações, conquista da autogestão, protagonismo político e a mediação de conflitos, entre outros” (Respondente 4, 2017).

A assessoria jurídica está diretamente relacionada com a assessoria educacional, especialmente na capacitação voltada para a organização política e formação cidadã. A assessoria educacional, por sua vez, compreende a qualificação, buscando a ampliação da educação formal.

A assessoria técnica diferencia-se da educacional por ser especificamente voltada para a produção, incluindo estratégias de produção e comercialização, emprego de tecnologias limpas e processos compatíveis com o ambiente natural, técnicas de logística e desenvolvimento de tecnologia social (Dagnino, 2019, p. 16). “Considera-se tecnologia social todo o produto, método, processo ou técnica criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e replicabilidade) e impacto social comprovado” (Dagnino, 2019, p. 16). A percepção do respondente:

“A metodologia de incubação nesta área visa dar acesso à capacitação profissional, a canais de comercialização e fornecedores. E possibilita que incubadora e empreendimentos busquem e mantenham parcerias em redes – como agentes do setor privado e poder público (conforme políticas existentes, voltadas para a geração de trabalho e renda para as cooperativas). Na área de Captação de Recursos busca-se definir metas e planos

de investimentos e levantar informações sobre fontes de recursos e potenciais parceiros para os empreendimentos incubados. A Qualificação Profissional é composta por um conjunto de ações de cunho formativo e educativo que visa o aprimoramento técnico da cooperativa/cooperado em sua área de atuação” (Respondente 22, 2017).

Na tabela a seguir, são apresentadas as metodologias pedagógicas de assessoria utilizadas pelas incubadoras para implementar as diversas ações e técnicas descritas.

Tabela 4 – Metodologias pedagógicas de assessoria

Termos	Conceitos-chave
Formação	A maior parte do conhecimento, por sua complexidade, é exposta pelo técnico de incubação, deixando lugar a dúvidas e questionamentos do membro da cooperativa.
Percorso formativo	“Compreende a análise, por meio da prática, como princípio educativo e a qualificação como processo de experimentação possibilitando produzir novos saberes, fortalecer a cultura e identidade do grupo e melhorar a atividade produtiva. A metodologia da alternância, por meio da combinação dos períodos integrados de formação teórica na sala de aula e no empreendimento pela prática, que facilitam a construção de conhecimentos, a melhoria das relações internas, a conscientização de sua realidade e o trabalho, são estruturantes da proposta” (Respondente 45, 2017).
Oficinas	“Visa tratar questões pontuais por meio de práticas e discussões. Nas oficinas utilizam-se como ferramentas metodológicas: visualização, problematização, trabalhos em grupo, apresentação em plenária, dinâmicas de grupo, ou seja, atividades para aprender fazendo” (Respondente 16, 2017).
Acompanhamento contínuo	Acontece “[...] em questões específicas (organização do trabalho coletivo, jurídicas, contábeis, administrativas, financeiras, pedagógica, social e ambiental), com vista à inserção em cadeias produtivas. A equipe, previamente estabelecida, é composta por docentes, pesquisadores e discentes de diversas áreas do conhecimento, como engenharia de produção, computação, elétrica, sistemas de informação, serviços sociais onde um grupo de alunos que variam de 2 a 4 atuam diretamente junto ao empreendimento sob a supervisão e orientação de um professor” (Respondente 16, 2017).
Minicursos	“Cada módulo contou com uma etapa teórica, orientada por um conteúdo programático que abordou temas que despertassem nos seus beneficiários a organização, o resgate cultural e a formação cidadã voltadas para a Agroecologia e o desenvolvimento do Turismo de Base Sustentável e Inclusão Social” (Respondente 16, 2017).
Encontros	“Os encontros reunirão representantes dos beneficiários do projeto, com o objetivo de formação e troca de experiências servindo ainda como espaço de debate entre organizações de agricultores, assessoria e universidade” (Respondente 16, 2017).
Intercâmbios	“Os intercâmbios são uma oportunidade de compartilhamento com outras Incubadoras Tecnológicas com princípios voltados à economia solidária, de propostas, ideias e práticas no âmbito das temáticas abordadas” (Respondente 16, 2017).

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

O tipo de assessoria depende da etapa de incubação e da necessidade do grupo incubado. Normalmente, uma diversidade de ações é estabelecida durante a incubação para atingir diversos objetivos, como capacitação, planejamento, estabelecimento de parcerias e redes, entre outros.

Como as ITCPs fazem parte das universidades, é esperado que suas metodologias e atividades articulem ensino, pesquisa e extensão. Observa-se que as ações das ITCPs são institucionalizadas nas universidades como uma ação de extensão universitária. Na etapa de “ferramentas e práticas pedagógicas de assessoria e incubação”, o foco desenvolve-se nas análises de pesquisa e extensão, e no ensino, mais especificamente quando se refere ao método dialético da relação entre a tríade ensino, pesquisa e extensão (Tabela 5).

Tabela 5 – Método dialógico: relação entre ensino, pesquisa e extensão

Termos (repetições analisadas)	Conceito-chave
Método ou processo dialógico (9 repetições)	“Pauta-se na articulação entre a pesquisa-ação participativa e a educação popular, com vistas para a interação dialógica e aprendizado conjunto para a autogestão dos empreendimentos solidários” (Respondente 26, 2017).
Diálogo com a comunidade (9 repetições)	“A metodologia usada respeita as especificidades intrínsecas de cada comunidade, sempre priorizadas por metodologias e práticas que se fundamentam no diálogo e na construção de um autoconhecimento mútuo, interpessoal e interinstitucional, que servirá de guia para indicar os caminhos específicos que cada empreendimento deverá seguir” (Respondente 27, 2017).
Pesquisa / Grupo de pesquisa / pesquisa-ação (58 repetições)	“Assim, as ações têm sido desenvolvidas no ‘tempo escola’ (marcado pela pesquisa, pela leitura, pelas discussões e reflexões) e no ‘tempo comunidade’ (no qual se realizam as visitas aos empreendimentos e são implementadas as ações orientadas ao enfrentamento dos problemas identificados, com envolvimento dos trabalhadores). Esse equilíbrio entre ação e reflexão é, a nosso ver, fundamental para o fortalecimento das práticas. Assim, cria-se uma indissociabilidade de fato” (Respondente 28, 2017).
Extensão (17 repetições)	“Procura articular pesquisa - extensão - ensino, tendo a extensão via pesquisa-ação, como <i>locus</i> privilegiado da relação universidade - sociedade. Promove a ecologia de saberes não hierarquizando o saber científico em detrimento do saber popular. No que diz respeito à inovação aberta e social, funciona dentro do modelo das múltiplas hélices: universidades - setores públicos - setor produtivo (incluindo o terceiro setor), funcionando como um agente indutor, facilitador e mediador do processo de inovação que, em última análise, deve melhorar a condição humana, a relação com o meio ambiente e com o poder local” (Respondente 37, 2017).

Impacto e transformação (8 repetições)	“Pesquisa na Perspectiva da Investigação-Ação-Participante. Os referenciais da investigação-ação-participante orientaram para a inserção dos pesquisadores na realidade social, para além de compreendê-la promoveram ações de transformação” (Respondente 47, 2017).
Interdisciplinar/multidisciplinar (4 repetições)	“Cabe ressaltar que a nossa metodologia parte de uma visão interdisciplinar e multidisciplinar caracterizando de forma holística e popular o conhecimento individual e coletivo, promovendo geração de trabalho e renda, além de promover nos indivíduos a autoestima e cidadania” (Respondente 47, 2017).

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

A tabela demonstra que as ações descritas pelos participantes estão relacionadas às concepções e práticas das Diretrizes da Extensão na Educação Superior, conforme descrito no artigo 5º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018)

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Observa-se nas ITCPs uma capacidade que vai além de simplesmente transmitir conhecimento. Suas ações configuram-se como uma rede de articulação social, tornando-se dinâmicas e únicas em cada espaço territorial. Relacionam-se à responsabilidade social e à integração solidária com a comunidade, estabelecendo parcerias com diversos setores para a solução de problemas locais.

CONSIDERAÇÕES

Considera-se que as ações das ITCPs permitem a associação com diversos setores da sociedade, buscando a interlocução para a solução de problemas sociais complexos e a integração com políticas públicas. Essas ações promovem uma prática de formação que incorpora as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa sistematizou os conceitos e princípios de incubação, economia solidária e cooperativismo, evidenciando a preocupação em colocar esses princípios em prática. Os itens que merecem destaque pela relevância são: autogestão, participação, cooperação, comunidade, território, local, rede, sustentabilidade, ambiente e tecnologia.

Destaca-se a importância das metodologias de incubação nas ITCPs, que consistem em ações participativas e democráticas baseadas nos princípios da economia solidária, do trabalho cooperativo e associativista. Essas metodologias operam através de um processo dialógico, objetivando fortalecer o protagonismo do grupo e sua autonomia em relação à equipe do programa.

O tipo de assessoria depende da etapa de incubação e da necessidade do grupo incubado. Normalmente, uma diversidade de ações é estabelecida durante a incubação para atingir diversos objetivos, como capacitação, planejamento, estabelecimento de parcerias e redes, entre outros. Por fim, observa-se que as ações das ITCPs são institucionalizadas nas universidades como uma ação de extensão universitária, ao método dialético da relação entre a tríade ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (Org.). *Incubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

ADDOR, Felipe *et al.* As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária na atualidade. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (Org.). *Incubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 25-53, 2018.

BARBOSA, Valeska Cristina *et al.* A atuação da incubadora (ITCP/FURB) na ressocialização e reintegração socioeconômica de egressos do sistema penitenciário. *Anais. IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul, 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, e dá outras providências. 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7357-17-novembro-2010-609509-publicacaooriginal-130815-pe.html>. Acesso em: 26 mar. 2021.

INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(COPPE). INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCP). **Redes**. 2020. Disponível em: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_unitrabalho.php. Acesso em: 14 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2003. 2020. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/chamadas--publicas;jsessionid=7D6BD825F6DD58112CFAE0AC13FA8626?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=resultados&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=4281. Acesso em: 13 out. 2020.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária: um manual estratégico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DAGNINO, Renato. Mais insumos metodológicos para a análise, a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia social. In: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]**. Campina Grande: EDUEPB, p. 153-184, 2014.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

FARIA, José Henrique de. Universidade, produção científica e aderência social: a indissociabilidade e a contra-reforma do ensino superior. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 35, p. 13-33, 2005. Disponível em:
https://www.andes.org.br/img/midias/8613284bfb21700283bf8a50d1f-9f14b_1547841083.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

FRAGA, Lais Silveira. Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286682/1/Fraga_LaisSilveira_D.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). **Histórico do Proninc**. 2020. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>. Acesso em: 14 set. 2020.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2017.

Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES). Disponível em: <http://nides.ufrj.br/index.php/o-soltec>. Acesso em: 20 set. 2020.

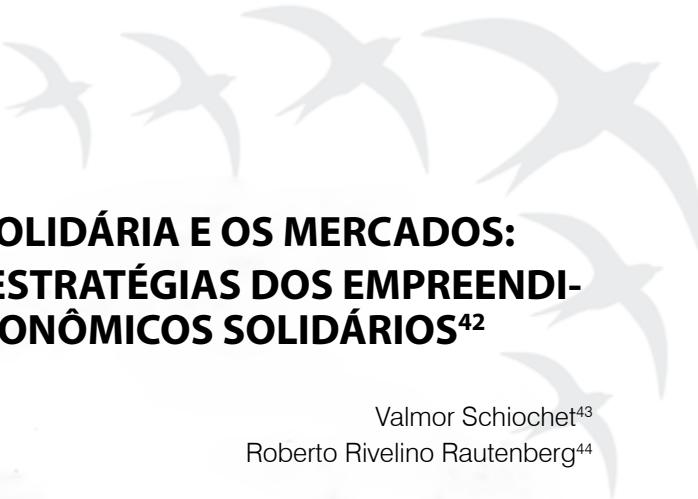
PERISSÉ, Camille *et al.* **A avaliação do Proninc 2017: metodologia e resultados.** 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8133/1/bmt_63_avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES (PRONINC). Economia solidária e Programa Nacional de Incubadoras. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/trabalhador/economia-solidaria/programa-nacional-de-incubadoras-de-cooperativas-populares-proninc>. Acesso em: 13 out. 2020.

REBEHY, Perla Calil Pongeluppe Wadhy; BELLISSIMO, Daniel Yacoub; CALDANA, Adriana Cristina Ferreira. A metodologia de uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (ITES): instrumento de promoção de inovação e empreendedorismo. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/download/233/pdf_17. Acesso em: 22 mar. 2021.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Atlas digital da economia solidária.** Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). 2014. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 22 mar. 2020.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. **Educação Unisinos**, v. 10, n. 2, p. 116-122, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4496/449644423005.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2019.



ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS MERCADOS: AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS DOS EMPREENDI- MENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS⁴²

Valmor Schiochet⁴³
Roberto Rivelino Rautenberg⁴⁴

A questão da Comercialização e a Economia Solidária

O campo de estudo e pesquisa da Economia Solidária no Brasil ainda é recente. Mais recentes são as preocupações sobre a compreensão da diversidade das relações econômicas estabelecidas entre a Economia Solidária e sua comercialização. As análises ainda possuem uma perspectiva prática, considerando que a comercialização dos produtos e serviços produzidos pelos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) constitui-se num dos principais problemas para sua sustentabilidade econômica.

A produção econômica dos EES necessita geralmente de um destino mediado pelo mercado, e os EES encontram no processo de comercialização um dos seus principais desafios. Os problemas enfrentados pela EES, no que se refere à

⁴² Este artigo é resultado de dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR/FURB.

⁴³ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). Possui graduação em Estudos Sociais pela Fundação Educacional de Brusque (1984), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988) Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau desde 1987 no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Fundação Universidade Regional de Blumenau. Santa Catarina. Brasil.

⁴⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (PPGDR/FURB). Possui especialização em ensino fundamental, médio e superior, pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, FACISA/CELER. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau (2009). Exerce os cargos de presidente da instituição Cooperativa de Terraplanagem e Transporte (COOPERTTRAN). Foi Coordenador do projeto de ações municipais integradas de Economia Solidária para o desenvolvimento local visando a superação de extrema pobreza. É supervisor de disciplinas de Sociologia Crítica, Sociedade da Informação e Conhecimento e Seminário, no Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Indaial, SC), nos cursos de Sociologia e Filosofia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Econômica. Concentra suas pesquisas nos temas de Cooperativismo, Economia Solidária, Autogestão e Desenvolvimento Regional.

comercialização, estão ligados a fatores como clientela reduzida, logística, capital de giro insuficiente, preços fora do padrão, entre outros.

Segundo o *Relatório dos dados do SIES sobre dificuldades de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários*, divulgado pela Senaes a partir de estudo dos dados do Sistema de Informações de Economia Solidária,

Os empreendimentos mapeados que indicaram como principal atividade econômica a produção, a comercialização ou a prestação de serviços (um total de 15005 em um universo de 19708 empreendimentos no SIES) foram indagados se possuíam alguma dificuldade de comercialização dos seus produtos ou serviços. Os resultados demonstram que a maioria dos empreendimentos enfrenta dificuldades de comercialização, sendo as principais: a falta de capital de giro, a estrutura para comercialização inadequada, dificuldades de transporte e a concorrência. Os resultados revelam a necessidade de criação, manutenção e aprimoramento de políticas públicas de enfrentamento dessas dificuldades, de modo a proporcionar maior viabilidade econômica aos empreendimentos solidários brasileiros. (Brasil, 2013, p. 1).

Em um universo de quase vinte mil empreendimentos solidários, encontramos o mapeamento de mais de quinze mil, um número bastante razoável para que possamos ter uma compreensão da realidade do movimento de Economia Solidária. A partir dos dados levantados no relatório, pudemos observar que, em média, 60,3% dos EES diagnosticaram dificuldades no processo de comercialização.

Tendo em vista o exposto, daremos destaque a cada um dos fatores apontados como dificuldades pelos empreendedores solidários, a fim de elucidarmos a temática.

Verifica-se que o principal tipo de dificuldade apresentada pelos EES em análise é a falta de capital de giro. Entre os EES de produção, comercialização ou serviços, 31,4% (4.708) enfrentam esse problema, ou seja, 1 em cada 3 empreendimentos. A dimensão dessa dificuldade revela a necessidade de programas de financiamento direcionados aos empreendimentos econômicos solidários, conforme já identificou a II Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2010. É preciso lembrar que os dados apresentados se limitam ao final do ano de 2012, quando se encerrou a aplicação dos questionários do SIES, de modo que não são captados eventuais movimentos ocorridos posteriormente. Contudo, não houve nenhum lançamento vultoso de linhas de crédito voltadas à Economia Solidária no ano de 2013, apenas a continuidade do programa de microcrédito produtivo orientado Crescer, lançado em 2011, que, no entanto, parece ter pouca penetração entre os EES. (Brasil, 2013, p. 4).

Como podemos observar, o capital de giro insuficiente é uma realidade que obsta o desenvolvimento dos empreendimentos solidários. Neste ponto, compreendemos como capital de giro a capacidade financeira dos EES extremamente limitada frente à economia formal. Os recursos à disposição dos EES ainda não são suficientemente capazes de alavancar a Economia Solidária conforme projetado e desejado. Lembrando ainda que o referido relatório aborda uma realidade de aproximadamente quatro anos atrás, representando assim uma defasagem avaliativa. Destacamos também que, dos empreendimentos que apresentaram dificuldades com obtenção de capital de giro, 81,4% possuem necessidades de crédito/financiamento. São 3.835 empreendimentos, com um total de 265.733 sócios. Destes empreendimentos, 69,5% (2.664) possuem dificuldades para a obtenção de crédito. Há que se entender ainda qual é a dificuldade de capital de giro dos que responderam prescindir de crédito (873) ou não encontram dificuldades em obtê-lo (1.171).

Outro resultado apresentado pelo relatório diz respeito à estrutura para comercialização, que geralmente se apresenta de maneira inadequada:

Um em cada quatro empreendimentos (22,6%) também apresenta dificuldades em obter uma estrutura adequada para a comercialização. São 3.393 EES nessa situação, com um total de 189.815 sócios. Quando separamos os empreendimentos de acordo com a atividade, verifica-se que essa dificuldade é mais relevante para os empreendimentos que tratam somente de comercialização, para os quais ela é a segunda dificuldade que mais aparece. Isso já era de se esperar, levando-se em conta que estrutura para comercialização é mais importante para esses empreendimentos, mas também para os EES de Produção ou Produção e Comercialização ela está praticamente empatada na segunda posição com as dificuldades de transporte. Já para os EES de Serviços, a dificuldade é um pouco menos relevante, sendo a quarta mais mencionada. (BRASIL, 2013, p. 6).

Podemos verificar que uma pequena parte dos EES tem como principais locais de comercialização as Feiras de Economia Solidária (28,3%), espaço próprio (22,5%) ou centrais de comercialização (20,1%), enquanto a maioria realiza a comercialização principalmente com entrega direta ao cliente (59,1%) ou em feiras livres (58,7%), demonstrando, dessa forma, o quanto se torna fundamental a criação e o aprimoramento das redes de Economia Solidária, o que resultaria em um aumento exponencial dos espaços de comercialização. A inadequação dos espaços de comercialização, segundo resultados do mapeamento, está basicamente atrelada à ausência de locais com maior visibilidade para a produção solidária.

A dificuldade de transporte dos produtos também se impõe como um verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento dos EES:

A terceira dificuldade de comercialização mais indicada pelos empreendimentos, quase empatada com a anterior, é a dificuldade para o transporte, relacionada ao custo ou outras dimensões. Esse problema afeta 21,6% (3.235) dos empreendimentos de produção, comércio e serviços, e se torna ainda maior se o considerarmos em conjunto com a quinta maior dificuldade, a “precariedade das estradas”. Ou seja, se fizéssemos uma nova categoria juntando os EES que marcaram dificuldades para transporte e os que marcaram precariedade das estradas, o número resultante (3.870) superaria a segunda colocada (estrutura para comercialização). (Brasil, 2013, p. 14).

As dificuldades de transporte afetam principalmente os empreendimentos localizados em área rural. Em análise à outra pergunta do questionário, constata-se que os EES com área de atuação rural ou rural e urbana correspondem a 73% dos que marcaram a alternativa “dificuldade/custo de transporte”. A inserção da Economia Solidária nos mercados é vista como uma condição para prover objetivamente os empreendimentos dos meios necessários para a realização dos seus princípios e objetivos.

As empresas e empreendimentos do campo da Economia Solidária, apesar de serem organizações solidárias, dependem de vendas de seus produtos ou dos serviços oferecidos, pois são organizações econômicas e têm como objetivo central a melhoria da qualidade de vida de seus associados, através da valorização do trabalho e da organização social. (ANTEAG, 2005, p. 125).

Assim, a maior parte dos EES atua no terreno do mercado formal, no qual a compra e venda de produtos ou serviços é realizada a partir da lógica concorrencial ou monopolista do capital. Diante deste fato, não podemos deixar de considerar as contradições decorrentes das lógicas conflitantes que envolvem a Economia Solidária e sua sujeição ao modelo econômico vigente:

A Economia Solidária pressupõe um outro tipo de relação com a produção, embora seus empreendimentos e empresas estejam inseridos em um mercado majoritariamente pautado em valores próprios da organização capitalista. Assim, as empresas e os empreendimentos autogestionários estão sujeitos à competição quanto às empresas convencionais e, por não se utilizarem dos mesmos mecanismos que as convencionais para serem competitivas (achatamento dos salários – aumento da mais-valia – dispensa de trabalhadores ou mesmo o investimento em tecnologia de ponta), precisam ser criativas e inovar no modo de se desenvolverem e conquistarem espaço no mercado. (ANTEAG, 2005, p. 125-126).

Quando tratamos da diferença entre os mecanismos utilizados pelos EES e os utilizados pelas empresas convencionais, identificamos a disparidade entre ambos. Tais mecanismos se tornam determinantes no campo da competitividade. Parte considerável das práticas capitalistas, exercidas por empresas convencionais, não corresponde ao ideário da Economia Solidária, cujos critérios estabelecidos ao longo de todo o processo produtivo contribuem para outra espécie de economia.

Desse modo, os produtos e serviços que se originam em um ambiente solidário estão imbricados com uma lógica alternativa, na qual as relações de produção ocorrem em uma perspectiva solidária, que valoriza os grupos associativos. Nesse sentido, é emergente a necessidade de elaboração de estratégias que visem à criação de um espaço de comercialização mais solidário, aquilo que chamaremos de mercados econômicos solidários, na mesma medida em que é preciso uma inserção lenta e gradual dos EES no mercado capitalista.

A estruturação de espaços de comercialização é um desafio estratégico para a Economia Solidária. Aqui encontramos iniciativas de criação e estruturação de espaços fixos e permanentes, tais como: lojas, mercados públicos e feiras de comercialização solidária. Também identificamos a criação de pontos de comercialização de produtos da Economia Solidária em locais de grande circulação de pessoas, tais como praças, parques públicos e áreas de desembarque aéreo, marítimo e rodoviário. Iniciativas de comércio virtual, com a criação e o fortalecimento de portais eletrônicos da Economia Solidária. Além destas iniciativas, temos avanços com a criação e o fortalecimento de centros públicos multifuncionais, geralmente revitalizando equipamentos públicos para a promoção da comercialização solidária.

No contexto da participação e do desenvolvimento da comercialização, como elemento fundamental para a consolidação da Economia Solidária, verificamos outro importante movimento a ser realizado com o fim de estruturar os espaços de comercialização para os EES, denominado redes de comercialização entre empresas e empreendimentos de autogestão.

Cabe lembrar, por fim, que a comercialização dos produtos e serviços da Economia Solidária encontra amparo na forma como ocorre sua produção de forma geral. O ambiente de cooperação, no qual os(as) trabalhadores(as) não são expropriados de sua força de trabalho, resulta em um produto com valor agregado maior, pois as condições com que foram obtidos se diferenciam profundamente da maneira assalariada. Portanto, as relações de trabalho no campo da Economia Solidária, por si só, tornam-se fator preponderante de divulgação e comercialização.

Em termos gerais, podemos identificar três movimentos de relação da Economia Solidária com os mercados, no tocante ao enfrentamento da questão da comercialização:

1. **Construção de estratégias para torná-la mais competitiva nos mercados convencionais:** neste caso, o princípio da ajuda mútua, do associativismo e a cooperação permitem maior agregação de valor qualitativa e quantitativamente;
2. **Disputa do mercado institucional por meio da venda de produtos e serviços para o Estado:** neste caso, a existência de políticas específicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são fundamentais, assim como a organização dos empreendimentos para participarem das licitações e concorrências públicas;
3. **A construção de mercados justos e solidários,** com a criação de novos espaços de comercialização para viabilizar a relação direta entre produtores e consumidores, seja por meio da criação de “pontos de comercialização”, seja por meio de sistemas virtuais de articulação entre produtores e consumidores.

A seguir, apresentaremos a experiência de três EES que se caracterizam por adotar, de forma preponderante, cada uma das três estratégias de comercialização de seus produtos e serviços.

Três diferentes histórias de cooperação solidária na Região do Vale do Itajaí/SC

A questão da inserção nos mercados está relacionada à trajetória de cada um dos empreendimentos, características de seus sócios/sócioas, objetivos de sua constituição e atividade econômica desenvolvida. Iremos relatar três histórias de empreendimentos econômicos solidários:

- a) Cooperativa dos Trabalhadores Coletores de Resíduos Recicláveis de Blumenau (Cooperreciblu);
- b) Associação de Produtores Orgânicos de Timbó (ProOrg); e
- c) A Cooperativa de Terraplanagem e Transportes (Coopertran).

A Cooperreciblu surgiu como a Associação dos Trabalhadores Coletores de Resíduos Recicláveis de Blumenau (Reciblu), fundada em 5 de agosto de 1999, quando alguns catadores de materiais recicláveis buscaram o apoio da Secretaria de Assistência Social do Município de Blumenau e de um vereador para criar a associação.

O perfil inicial dos associados era composto por pessoas de profissões diversas: três jardineiros, seis serventes de pedreiro, uma revisora (trabalhadora têxtil), uma copeira, uma diarista, quatro auxiliares de serviços gerais, dois pedreiros, um faxineiro e um pintor, totalizando vinte trabalhadores, dos quais seis eram mulheres, e quatorze homens. A característica comum do coletivo inicial de sócios era a precariedade.

O início das atividades da Associação se deu em um espaço alugado, na Rua Amazonas, s/n, Blumenau, próximo ao Terminal de Ônibus Urbano da Fonte. Uma das primeiras ações do Poder Público local foi conceder auxílio para custeio do aluguel, conquistado por intermédio da Secretaria de Assistência Social, Criança e Adolescente (SEMASCRI).

Em 2009, a Reciblu firmou um convênio com a Prefeitura, criando o programa “Recicla Blumenau”, destinado à logística da coleta de material reciclável na cidade. Este convênio permitiu à Prefeitura disponibilizar à Reciblu, sem custos, um galpão destinado à triagem dos materiais e à sua comercialização, com a contrapartida de que a Associação disponibilizasse coletores para atuarem conjuntamente na coleta com os caminhões e motoristas.

Em 2012, a Associação passa a contar com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB). Em 2013, com o apoio da ITCP/Furb, a Prefeitura iniciou a elaboração de uma Política Municipal de Resíduos Sólidos, tendo como fundamento a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), referenciada na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Para esta tarefa, foi criado, em 2013, um grupo de trabalho (GT) formado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMUDES), a ITCP/FURB e o Serviço Autônomo Municipal de Água Esgoto (Samae). Este GT se reunia semanalmente para apoiar a Reciblu (PRIM; ANDRADE; MARCHI, 2013).

Segundo o relatório da ITCP/FURB, no final de 2013, apuramos alguns resultados da atuação conjunta do GT e Reciblu. Falamos de recursos provenientes da União, a partir do Ministério do Trabalho (MTE), via Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), entre outros.

Houve obtenção de recursos financeiros externos no montante de R\$300.000,00 financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aproximadamente R\$300.000,00 financiado pelo Projeto Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (CATAFORTE III)e aporte financeiro do Projeto Ações Integradas para o Fortalecimento da Economia Solidária do Desenvolvimento Local visando a Redução da Extrema Pobreza no município de Blumenau subsidiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) - vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (Prim; Andrade; Marchi).

Atualmente, a Cooperreciblu conta com aproximadamente sessenta associados, que desenvolvem suas atividades no Bairro do Salto Norte, Rua Engenheiro Udo Deeke, Blumenau, Santa Catarina.

Para compreendermos um pouco da relação entre a Cooperativa e o Samae, precisamos voltar ao ano de 2009. No dia 1º de agosto daquele ano, o Samae, autarquia municipal responsável pela coleta de lixo e materiais recicláveis da cidade de Blumenau, firmou um convênio com a Cooperreciblu, por meio do qual a Cooperativa comprometeu-se a fornecer oito coletores; e o Samae, quatro caminhões e a infraestrutura necessária para os cooperados receberem, armazenarem e triarem o material. O espaço de infraestrutura tem 1.600 m² de área livre, contendo um galpão de 1.100m². Ocorre que, por um lado, muito embora o Samae forneça equipamentos que, de alguma maneira, possibilitem a atividade dos cooperados, por outro, existem algumas questões que chamam a nossa atenção. Uma delas é o fato de que frequentemente os equipamentos cedidos à Cooperativa param de funcionar por falta de manutenção. Com isso, segundo o relatório da Oslo Assessoria, Consultoria e Treinamento Ltda., a capacidade produtiva fica comprometida, (Oslo, 2016). Promete, porque a renda dos associados é composta única e exclusivamente do resultado da comercialização.

Ainda sobre a questão da produtividade, recentemente, através da assessoria jurídica que a Cooperativa recebe da ITCP/FURB, foi iniciado diálogo com o Ministério Público, com intuito de resolver este cenário. A partir disso, o Ministério Público aplicou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ao Samae, do qual elencamos três aspectos exigidos: a) elaborar Plano Municipal de Resíduos Sólidos; b) fazer a coleta seletiva em todas as regiões do Município; c) proibição ao Samae de entregar materiais recicláveis em núcleos não formalizados. (Santa Catarina, 2015). Isto significa que, com o possível cumprimento desta determinação judicial, a Cooperreciblu pode aumentar a produtividade.

A coleta seletiva é realizada, como já exposto, conforme o convênio firmado entre o Samae e a Cooperreciblu, no qual o Samae fornece os caminhões e os motoristas; e a Cooperreciblu, os coletores. Basicamente (podemos descrever o fluxo das atividades da Cooperativa da seguinte maneira:

- a) **coleta**: em cada caminhão que visita as casas e empresas coletando materiais, há dois coletores, que têm a tarefa de recolher o material;
- b) **descarga e pré-triagem**: momento em que há a separação dos materiais por tipo, como, por exemplo, vidro, papel e outros;
- c) **alimentação da esteira de triagem**: feita por dois cooperados, na qual já se separam os materiais de maior volume;
- d) **triagem**: processo em que o material sofre a última separação e, a partir disso, fica à disposição para ser prensado
- e) **prensagem**: última etapa do processo, que agrupa valor ao material, momento em que o material, depois de prensado, fica à disposição do cliente.

A ProOrg foi formalizada quando um grupo de produtores rurais orgânicos, um engenheiro agrônomo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão

Rural (EPAGRI) e um técnico agropecuário da Prefeitura Municipal de Timbó, organizaram-se para fundar a Associação, no dia 27 de março de 2013, no município de Timbó. O objetivo era criar uma associação para promover o desenvolvimento da agricultura orgânica e de canais de comercialização de produtos mais saudáveis, uma produção diferenciada dos produtos agrícolas convencionais, ou seja, daqueles que em alguma etapa da produção recebem algum composto químico. Na fundação, com o apoio da Prefeitura e da Epagri, os agricultores formaram o documento de Descrição do Sistema OCS (Organização de Controle Social), uma espécie de garantia de origem da produção, para a venda direta ao consumidor.

Atualmente, a Associação é formada por seis sócios, que cultivam cerca de vinte produtos, divididos entre frutas, verduras e hortaliças. A ideia inicial, entretanto, surgiu muito antes, no ano de 1997. Naquele ano, dois agricultores iniciaram o processo de criação da Associação, a partir de conversas sobre a possibilidade de cultivar frutas, verduras e legumes sem agrotóxicos. No Departamento de Agricultura da Prefeitura de Timbó, procuraram informações sobre algum tipo de assessoria técnica para a produção, e por indicação de um engenheiro agrônomo da Epagri, foram convidados a fazer um curso de agroecologia na cidade de Itajaí.

A relação entre a Epagri e os agricultores foi mais do que de assessoria técnica para cultivo e manejo de produtos orgânicos. Um engenheiro da Epagri fez a interlocução entre a Prefeitura e alguns agricultores, a fim de organizarem uma feira em Timbó. A intenção era viabilizar um espaço de comercialização para os produtos cultivados sem o uso de agrotóxico, tendo em vista que, no primeiro momento, estes produtos eram comercializados juntamente com os que utilizavam algum tipo de defensivo, pesticida, adubo químico ou outros, ou seja, os produtos convencionais.

A Associação do Agronegócio de Timbó (ASSAGRO) surge no ano de 2001. Foi organizada e constituída apenas com o objetivo de alcançar a formalização jurídica necessária para que a Prefeitura pudesse conceder algum tipo de benefício ao grupo. Um dos principais auxílios que a Prefeitura disponibilizou a fim de que o grupo pudesse comercializar seus produtos foi um espaço de feira, localizado em um pavilhão de eventos da cidade de Timbó.

A ASSAGRO era composta por agricultores que cultivavam com e sem o auxílio de defensivos químicos, os quais dividiam a mesma banca na feira, inclusive. Praticamente não havia separação física entre os dois tipos de produtos, nem identificação visual que os distinguisse. Mas o mais comum era o diálogo com o cliente. Ou seja, o feirante abordava o cliente explicando que determinada fruta ou legume continha ou não agrotóxico, pois, naquele momento, eles não possuíam certificado ou qualquer outro documento que comprovasse a origem do que estava sendo comercializado. A dificuldade na diferenciação do produto orgânico em relação aos demais motivou a desvinculação dos agricultores orgânicos da Assagro e a criação da ProOrg.

Os primeiros passos para a organização da ProOrg foram dados em momentos de bastante aproximação com a Prefeitura (conforme já descrito acima), entretanto, desde 2014 (após a constituição), os associados têm se sentido abandonados. Não há, atualmente, por parte de nenhuma Secretaria Municipal, qualquer tipo de incentivo (exceto o espaço da feira, que já foi conquistado no início da organização da Associação). As dificuldades com a atual gestão municipal (que está no segundo mandato) são tamanhas, que já tem cerca de oito meses que o chefe do Executivo se recusa a atender os associados da ProOrg.

Apesar de o início da auto-organização deste grupo ter se dado em torno de uma associação com características diversas (ASSAGRO), ou seja, parte deles cultivava com agrotóxico e parte não, hoje esse mesmo grupo trabalha exclusivamente com orgânicos, pois não houve, em qualquer momento, reconversão da cultura convencional para orgânica na antiga Associação.

A Cooperativa de Terraplanagem e Transportes (COOPERTTRAN) foi fundada por um grupo de trabalhadores no dia 5 de agosto de 2000. O advogado José Monarim e os professores Leo Bittencourt e Vera, ambos da FURB, também acompanharam a assembleia de constituição.

Suas preocupações eram fundamentalmente com a exploração da sua força de trabalho por empresários da região. Ocorre que o grupo não encontrava trabalho de forma contínua, tampouco com vínculo empregatício. Essa ausência de vínculo provocava falta de direitos básicos, como, por exemplo: férias, décimo terceiro salário, piso salarial incompatível com a função, não pagamento de horas extras e, em muitos casos, jornada de trabalho exagerada (Sombrio, 2002). Este cenário estimulou um grupo de trabalhadores a criar um movimento no sentido de buscar melhorias em suas condições de trabalho. Um dos desafios daquele grupo era escapar da relação de exploração e insegurança que o trabalho informal muitas vezes ocasiona. A experiência inicial de trabalho coletivo foi importante, e ela surgiu como estímulo, uma vez que, em determinado momento, um dos cooperados que já havia experimentado o trabalho em cooperativa trouxe essa experiência ao grupo em formação. Esse grupo de trabalhadores tomou conhecimento da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP/FURB.

Com intuito de tentar resolver a situação destes trabalhadores, a ITCP procurou mostrar-lhes as opções de trabalho associativo e como poderia dar assessoria à demanda que estava sendo trazida pelos trabalhadores. As exigências feitas pela ITCP para assessorar o empreendimento associativo foram as seguintes: o empreendimento deveria ter como base a mobilização popular e gestão coletiva. Com o término do curso, os trabalhadores decidiram fundar a Cooperttran.

Outro aspecto importante no processo de formação e consolidação da Cooperttran está relacionado à contribuição atribuída ao Poder Legislativo municipal, especificamente ao vereador Célio Scholemburg, bem como ao apoio recebido por parte do Município de Blumenau no momento em que vigia a gestão democráti-

co-popular (1997-2004). É nesse momento da formação histórica que a Cooperttran identifica a importância da parceria estabelecida entre o Poder Público e o empreendimento solidário, em um período em que o governo municipal tomava conhecimento da importância de estimular o cooperativismo. As atas apontam, inclusive, a participação do então prefeito nas reuniões da Cooperativa.

No ano de 2001, a Prefeitura Municipal de Blumenau promoveu processo licitatório com o fim de contratar caminhões para trabalhar no Distrito da Vila Itoupava; lá a Cooperttran conseguiu dois postos de trabalho. No ano seguinte, após vencer a licitação para trabalhar no Distrito da Vila Itoupava, em Blumenau, ocorreu nova licitação neste Município, dessa vez abrangendo todo o território da cidade, o que consequentemente geraria mais oportunidades de trabalho. Desde então, a Cooperativa vem prestando serviço ao Poder Público de maneira ininterrupta. Entretanto, o volume de trabalho apresenta diferenças em cada ano.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários e suas relações com os mercados

Cada um destes EES possui também uma estratégia dominante na relação com os mercados. A Cooperreciblu vende o material devidamente separado e prensado para o mercado por meio de atravessador. A Cooperttran fornece serviços ao Poder Público por meio da participação em licitações para contratação de serviços de terraplanagem e transporte de materiais. Por sua vez, a ProOrg participa de feiras de comercialização com a venda direta para o consumidor e também fornece produtos para programas de aquisição de alimento.

A Cooperreciblu e a dependência do atravessador

A Cooperreciblu tem sua atividade econômica restrita, ou seja, é dependente dos investimentos de uma empresa que compra o material reciclado, tornando-se assim refém de um atravessador do negócio.

As vendas ocorrem para uma empresa chamada Total Pet, que, conforme consta em seu sítio na internet, atua na transformação de materiais reciclados em matéria-prima. Neste caso, a questão da subordinação da Cooperativa ao atravessador decorre da inexistência de capital de giro para garantir o repasse da retirada mensal para os(as) trabalhadores(as) sócios(as) do empreendimento. Caso a Cooperativa possuísse capital de giro, poderia negociar de maneira mais vantajosa, uma vez que isso lhe facultaria, por exemplo, entregar em maior quantidade. Tal como é feito atualmente, é necessário esperar um período (cerca de 30 dias) para receber o pagamento, o que, por vezes, torna-se danoso ao grupo.

A questão da definição dos preços também funciona, neste caso, seguindo a mesma lógica, com o atravessador a definir os preços. Ocorre que o mercado em que a Cooperativa está inserida funciona também por escala produtiva. Se produzir mais, pode vender mais e com melhor preço, mas, como uma coisa leva à outra, a produção fica limitada à sua capacidade de fluxo de caixa.

Assim, deparamo-nos com o impacto negativo causado pela existência de empresa atravessadora no processo. Como a Cooperativa não possui capital de giro, capacidade de estoque ou estrutura para processamento/beneficiamento do material, torna-se inevitavelmente refém de outra empresa intermediária.

Outro aspecto se refere à não aplicação, por parte do Executivo municipal, da legislação que trata dos resíduos sólidos da cidade. Para que a inserção no mercado seja assegurada, é necessário que o empreendimento tenha condições básicas de funcionamento. Como o valor atribuído ao produto final não pode ser estipulado a partir das demandas dos cooperados, pois as condições são pré-estabelecidas por terceiros, a solução imediata consiste em estímulo financeiro, possibilitando assim maior empoderamento organizativo e financeiro por parte da Cooperativa.

Nesse contexto, podemos observar que a política de atenção aos resíduos recicláveis no Município ainda não é implementada como uma política mais ampla, mas sim como de gestão. O que pretendemos dizer com isso é que, na verdade, as ações nesse setor estão limitadas estritamente à vontade da gestão municipal. Não existe uma política efetiva de preocupação com os resíduos recicláveis e, em consequência, com os trabalhadores e trabalhadoras do setor, o que acaba tornando muito difícil o êxito do empreendimento.

Para explicitarmos melhor nossa preocupação, buscamos informações junto aos relatórios da Oslo Assessoria, a fim de construirmos um roteiro com capacidade demonstrativa da realidade da Cooperreciblu. Faremos um recorte bastante recente; desta maneira, poderemos verificar a problemática do mercado e da comercialização. No relatório quadrimestral de meados de 2016, observamos como a preocupação com o funcionamento das atividades do empreendimento era dependente da “boa vontade” do Poder Público municipal:

A SAMAE é proprietária dos equipamentos e responsável por sua manutenção e com isso possui um processo burocrático que demora a ser cumprido e faz com que o empreendimento sofra prejuízos produtivos. Para amenizar esse problema o empreendimento tem arcado com os custos de alguns consertos o que é prejudicial, visto que é responsabilidade do Município estes reparos devido aos serviços prestados pelo empreendimento através dos coletores junto aos caminhões. A SAMAE deseja utilizar o espaço onde a COOPERRECILU se encontra para outra finalidade e com isso transferir a cooperativa para um galpão alugado. Desta forma, até o presente momento, não

foi autorizada a instalação da Linha de Moagem de Plásticos que foi adquirida junto ao Programa Economia Verde e Solidária do Governo do Estado e BNDES. O empreendimento não aceita sair do espaço onde se encontra para um imóvel alugado. A cooperativa está aberta a discutir a possibilidade da mudança para um galpão próprio. O custo para o serviço dos coletores é pago com a venda dos materiais reciclados, o que é deficitário para o empreendimento. Segundo algumas estimativas, os coletores absorvem no mínimo 40% do faturamento da cooperativa para a manutenção do serviço. (Oslo, 2016, p. 15).

Como podemos analisar no conteúdo do relatório, os entraves burocráticos junto ao Poder Público municipal estão postos como o principal impedimento para que o empreendimento consiga se desenvolver economicamente. Mesmo com a existência de uma legislação federal, que garante o incentivo a estes empreendimentos, as dificuldades impostas pela Gestão Municipal não permitem o desenvolvimento de atividade saudável economicamente por parte da Cooperreciblu.

A situação acima referida se arrastou pelo período de um ano, como aponta o relatório da Oslo para o segundo quadrimestre de 2017:

A prensa adquirida pela ABIHPEC [Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos] foi instalada, como as obras no galpão não ficaram prontas a tempo o empreendimento encontra-se operando no galpão ao lado e isso ocasionou na diminuição da produção do empreendimento. Para amenizar este impacto, para o mês de maio o empreendimento realizou um empréstimo junto ao comprador no valor de quarenta mil reais e no mês de junho resolveu não pagar o INSS. Foram realizadas a visita do representante da ABIHPEC junto ao empreendimento e a Prefeitura para acompanhar o processo e tratar da renovação da parceria no próximo ano. (OSLO, 2017 p. 33-34).

Novamente, é possível verificar como as dinâmicas de mercado e comercialização são afetadas de modo decisivo, quando os interesses do Município não estão na mesma sintonia das demandas dos cooperados. E que, apesar da instalação de equipamento tecnológico, no caso uma prensa de material reciclado, com vistas a aperfeiçoar o procedimento de produção de material reciclado, a Cooperreciblu ainda se encontra na condição de “refém” das ações da Prefeitura.

Em sendo assim, as condições de mercado e comercialização para o empreendimento, na perspectiva econômica, encontram-se em um patamar deficitário, o que de certo modo acarreta uma espécie de estímulo reverso. Os problemas colocados no contexto da Cooperreciblu explicitam a necessidade de uma revisão profunda nos mecanismos responsáveis pelo funcionamento eficaz desta catego-

ria de empreendimento, sendo perceptível a ingerência da Prefeitura e suas consequências desastrosas para os cooperados, que dependem do empreendimento.

A Coopertran e o mercado institucional

O processo de formação de preço é um momento de fundamental importância para o empreendimento, de bastante transparência e participação, visto que se baseia em critérios de autogestão, e esse é um dos momentos em que percebemos como a autogestão se faz presente.

No que diz respeito aos clientes e ao faturamento, temos a seguinte situação, conforme demonstrado na Tabela 1: a Coopertran, apesar de atender diversos clientes, de alguma maneira concentrou a parte mais representativa da sua força de trabalho no atendimento à Prefeitura de Blumenau, assim como à Cia de Urbanização de Blumenau (URB) e ao Samae, também de Blumenau. Com esta decisão, a Coopertran passou a priorizar o chamado mercado institucional. Os dados fornecidos pelo departamento financeiro, apesar de não apresentarem resultados anteriores aos de 2004, demonstram claramente este fato:

Tabela 1 – Demonstrativo Financeiro da Cooperativa de Terraplanagem e Transporte, Blumenau, Santa Catarina, Brasil – 2004-2014

Ano	Faturamento por cliente (R\$)			Total (R\$)		Mercado institucional (%)
	Prefeitura Blumenau	URB	Samae	Mercado Institucional	Faturamento	
2004	1.769.744,31	463.747,69	134.592,21	2.370.088,21	2.425.005,53	97,74
2005	1.736.206,42	906.534,36	68.563,48	2.713.309,26	2.844.959,75	95,37
2006	2.930.080,91	84.145,48	86.366,96	3.102.599,35	3.812.139,29	81,39
2007	2.435.395,05	45.762,68	87.750,08	2.570.914,81	3.353.749,97	76,66
2008	3.912.192,49	244.135,44	69.258,00	4.227.593,93	4.752.549,98	88,95
2009	5.095.220,69	6.955,95	112.818,31	5.217.003,95	7.850.409,45	66,46
2010	2.880.506,04	22.159,00	70.349,66	2.975.024,70	4.401.152,19	67,60
2011	2.857.327,75	43.612,56	82.327,09	2.985.278,40	4.669.533,98	63,93
2012	2.509.218,13	242.945,55	69.156,90	2.823.332,58	3.602.540,37	78,37
2013	2.360.708,49	211.616,10	–	2.574.337,59	3.019.780,58	85,25
2014	2.628.645,49	211.225,00	–	2.841.884,49	3.280.107,99	86,64

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2017), com base nas informações da Coopertran (2004-2014).

Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não proveniente de arredondamento.

Analisando-se a Tabela 1, é possível perceber que, entre o ano de 2004 e 2008, o volume de faturamento junto ao mercado institucional mantinha um ritmo de crescimento que não apresentava grandes surpresas. O volume percebido na coluna referente ao faturamento do ano 2009 é que mostra uma surpresa positiva, pois trata-se do resultado do faturamento de 2008. Naquele período, o volume de trabalho necessário para atender às demandas causadas pelas cheias impossibilita qualquer análise sobre estes números. A preocupação maior está no faturamento após o ano daquela tragédia, momento em que se percebe uma forte queda do faturamento, mesmo se comparado ao período que antecede o ano de 2008.

Outro dado que a Tabela 1 nos mostra é o percentual relativo ao faturamento obtido junto ao Poder Público em relação aos trabalhos executados para as empresas privadas. Percebe-se que, nos primeiros anos, mais de 95% do faturamento tinha origem no mercado institucional. Indício de forte dependência deste mercado. Nos anos seguintes, esse percentual encolhe, entretanto ainda há forte concentração de trabalho para o Poder Público local.

Como podemos diagnosticar, devido à condição de extrema dependência da Coopertran dos serviços prestados à Prefeitura de Blumenau, quando se altera a conduta do Poder Público perante o empreendimento, temos resultados negativos para a saúde financeira da entidade.

Fato que merece atenção é a questão dos tipos de clientes da Cooperativa. Como visto acima, historicamente o empreendimento concentrou sua força de trabalho para o atendimento à Prefeitura de Blumenau. Em relação à formação de preço, para atender a este cliente, o método da Cooperativa não conta com nenhum tipo de pesquisa ou apontamento técnico, baseando-se exclusivamente nos dados fornecidos pela própria Prefeitura, que contrata os serviços por meio de processo licitatório, os quais possuem preço base legal (tabela oficial de valores), formado por critérios próprios. De posse deste valor, a administração reúne os cooperados por tipo de atividade ou serviço e discute o preço a ser apresentado, buscando equilíbrio econômico-financeiro com relação aos cooperados, de modo a permitir que a Cooperativa possa ser competitiva perante os demais licitantes.

No que diz respeito à formação de preço para a iniciativa privada, que, de acordo com a Tabela 1, concentra o menor volume de trabalho, o processo se dá com maior dificuldade, uma vez que essas empresas contratantes, na maioria das vezes, executam grandes obras, reduzindo, dessa maneira, o poder de negociação da Cooperativa.

Outra diferença entre os trabalhos realizados para a Prefeitura e os realizados para empresas privadas é a pontualidade dos pagamentos. Como a Prefeitura é o principal cliente, também é o que mais atrasa os pagamentos. Fato que se agravou na última década, período que, ao longo dos anos, gerou um atraso total de seis meses. Nos últimos oito anos, período compreendido pela administração de dois mandatos diferentes, o atraso acumulado no pagamento é de seis meses. Neste aspecto, as empresas privadas apresentam maior pontualidade.

Apesar da situação apontada, a relação de trabalho com a Prefeitura é histórica, surgiu com a fundação da própria Cooperativa, e até hoje é seu principal cliente. Com essa decisão histórica, surge outro problema, que diz respeito à pontualidade dos pagamentos, como já exposto. Na medida em que os cooperados continuam mantendo a maior parte da sua força de trabalho concentrada no atendimento à Prefeitura, de alguma maneira reproduzem situação de dependência.

Surgida como uma alternativa de geração de trabalho e renda para trabalhadores que, em um determinado momento histórico, estavam sendo explorados pelas empresas que os subcontratavam, esses trabalhadores parecem estar novamente diante de uma situação complexa, que exigirá reflexão coletiva.

ProOrg: compras governamentais e relação direta produtor-consumidor

A busca por oferecer aos clientes somente produtos 100% orgânicos fez com que os associados buscassem o máximo de controle sobre sua produção. A garantia de que a produção é orgânica dá-se através de uma certificação específica. Em 2014, os associados da ProOrg conquistaram um certificado chamado Organização por Controle Social (OCS).

A fim de facilitar nosso entendimento, trazemos a citação de Cotera e Ortiz (2009, p. 62) acerca da temática do comércio justo: “O comércio justo implica ainda produzirem-se estratégias de diálogo com os Estados, as organizações multilaterais e as redes sociais, buscando-se a incorporação de um estatuto jurídico para o comércio justo aos níveis nacional e internacional”.

Segundo o inciso VIII do art. 2º do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, a Organização de Controle Social é definida como:

grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparéncia e confiança, reconhecido pela sociedade. (Brasil, 2007).

Nesta forma de regularização, quem dá a garantia da qualidade orgânica é o produtor, acompanhado de perto pela sociedade. Os produtores devem permitir que os consumidores visitem a sua propriedade e vejam o processo de produção do alimento – de que forma é produzido. A garantia se baseia nessa relação de confiança entre o agricultor e o consumidor, entre quem compra e quem vende. O agricultor também se compromete a permitir a entrada dos órgãos de fiscalização sempre que for preciso.

Para que o agricultor possa comercializar seus produtos numa relação direta com o consumidor, a organização deve se cadastrar perante a Superintendência Federal de Agricultura da unidade federada (Brasil, 2007, art. 25 e 28), atendidas às exigências da Instrução Normativa (IN) nº 19, de 28 de maio de 2009, contidas em seus art. 96 e 97 e nas Seções I e II de seu Capítulo III (Brasil, 2009). Os produtores assinam um termo, com o qual se comprometem a atender ao Decreto nº 6.323/2007, no tocante aos princípios e diretrizes da produção orgânica. Como grupo, cada um se responsabiliza por todos e vice-versa.

Para o cadastramento (Brasil, 2009, art. 99), a OCS deve apresentar os formulários preenchidos conforme modelos sugeridos nos Anexos V, VI e VII da IN nº 19/2009 (Brasil, 2009), mais os documentos que relatem como se dão os controles internos e sociais sobre a produção e comercialização, além de declaração oficial de cada produtor comprovando a condição de agricultor familiar. Esta comprovação, de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, dá-se atualmente pela apresentação da Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Não existe um formulário padronizado para a descrição dos procedimentos, pois os meios de controle social sobre a produção e comercialização poderão variar entre os diferentes grupos e princípios agroecológicos utilizados. Entretanto, a descrição do controle social deve conter, no mínimo, os procedimentos a seguir, conforme informação veiculada no sítio do Ministério da Agricultura (Brasil, 2016):

- a) Frequência de reuniões entre os membros;
- b) Frequência de visitas entre os membros a cada unidade de produção controlada pelas OCS;
- c) Medidas para garantir a rastreabilidade dos produtos e
- d) Providências tomadas pelo grupo quando algum membro não cumpre com as normas da produção orgânica acordadas.

Quando o produtor rural se cadastra apenas para venda direta sem certificação, não pode vender para terceiros, mas somente nas feiras (ou direto ao consumidor) e para o governo (fornecimento de produtos para merenda escolar ou para a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab).

As diretrizes que apontam se o associado está dentro dos padrões da OCS estão reunidas em um documento chamado *Descrição do Sistema de Controle Social por OCS da Associação dos Produtores Orgânicos de Timbó – ProOrg*. Além deste sistema de controle, os associados elaboraram um estatuto, um regimento interno e um formulário de visitas técnicas. A título de exemplo, consta no aludido documento o seguinte tópico: “Todo produtor terá sua agenda, onde ao final de cada dia anotará suas atividades desenvolvidas, como compra de insumos e outras atividades relacionadas com a produção orgânica” (PROORG, 2013).

São os próprios agricultores que se ocupam de “fiscalizar” uns aos outros, tanto que eles estão cadastrados no Ministério da Agricultura como um organismo de controle social. Como os agricultores vendem diretamente aos seus consumidores, o consumidor pode saber a origem daquele produto. Vale ressaltar que um dos requisitos para a certificação é estabelecer essa visitação entre os produtores, como uma espécie de fiscalização mútua.

Em relação aos espaços de comercialização do grupo, são dois os locais. Um em Timbó e o outro em Blumenau, (ambos em espaço público municipal). Em Blumenau, as vendas tiveram início tão logo a Associação foi constituída, e ocorrem três vezes na semana. Em Timbó, as feiras acontecem duas vezes por semana. Neste município, as vendas são em maior volume, apesar de ocorrerem apenas duas vezes na semana. Uma das explicações pode estar na relação que a Associação mantém com a comunidade, que é mais longa, portanto mais digna de confiança.

Em 2016, os associados passaram a vender, pela primeira vez, para as escolas públicas municipais de Timbó. No ano de 2015, alguns membros da Associação também vendiam para os restaurantes do Município, entretanto, o baixo volume de vendas para esses clientes, comparado aos do novo mercado, que são as escolas, ou seja, o mercado institucional. De outra parte, o aporte empreendido por parte do Poder Público garante a compra das mercadorias.

Com isso, a ProOrg passou a estabelecer relações também com o mercado institucional. A partir de 2016, a Associação começou a entregar batatas, cenouras e laranjas.

Já pensando nos impactos positivos desse mercado, os associados passaram a discutir internamente estratégias para conseguir aumentar a produção. Segundo eles, de alguma maneira, sem causar prejuízo a nenhum associado, a ideia é fazer um rodízio anual de espécies por agricultor, ou seja, cada um se concentra em cultivar determinada espécie em cada ano.

A respeito da situação do mercado de orgânicos, a procura está aumentando ao ponto de os associados da ProOrg não conseguirem produzir o volume necessário para atender aos diversos mercados, sejam eles as feiras ou o mercado institucional.

Considerações Finais

O desafio proposto no presente trabalho propunha-se a empreender uma análise da relação da Economia Solidária com os mercados e ainda como tal relação influencia no desenvolvimento da autogestão, sendo esta última o alicerce elementar da própria Economia Solidária.

O estudo parte de uma abordagem sócio-histórica, na qual se identifica a forma como o movimento de Economia Solidária surge no mundo, sendo esse

decorrente de momentos em que a crise do sistema capitalista tornou emergente a necessidade de os trabalhadores se organizarem de maneira distinta.

A Economia Solidária pode ainda ser reconhecida como um fenômeno da globalização, oriunda das contradições do sistema capitalista, em razão das diversas crises pelas quais este sistema passou ao longo dos tempos, que se aprofundaram cada vez mais no final do século XX e no início do século XXI. Portanto, podemos concluir que a Economia Solidária se apresenta como forma alternativa de organização social, com o objetivo de superar as crises a partir da organização humana. Todavia, sem entendimento amplo sobre como funciona, seu potencial de alcance acaba se tornando restrito.

Na sequência, deparamo-nos com a temática da comercialização, um dos eixos norteadores de nossa produção. Devido a estarmos em meio a um modelo consumista, do qual não possuímos controle, sendo esse atrelado aos interesses da mídia, que não mede esforços para nos convencer a consumir até mesmo o supérfluo, produtos e serviços oriundos de um ambiente solidário não pertencem a tal lógica, suas relações de produção ocorrem em uma perspectiva solidária, que valoriza os grupos cooperativos e associativos.

Como suposta solução, é preciso elaborar estratégias que visem à criação de espaços de comercialização totalmente solidários, que poderiam ser denominados de mercados econômicos solidários, como forma de permitir aos EES uma participação cada vez maior no mercado.

Os EES têm um processo de desenvolvimento mais lento, quando comparados aos de outra natureza, que se pautam por regras estabelecidas pelo mercado vigente, mas de maneira alguma podemos descartar a relevância de tal modelo no contexto da produção. A Economia Solidária tem uma maneira distinta de se apresentar, com seus mecanismos próprios de produção aliados a formas de organização autogestionárias, aspectos que despontam inquestionavelmente como uma alternativa ao desenvolvimento social. Sendo assim, de modo algum podemos nos esquecer de salientar como é importante uma sensível mudança no pensamento e comportamento das pessoas do mundo atual, visando a uma sociedade mais justa e solidária.

À medida que entramos na discussão acerca da formação e/ou criação dos mercados, identificamos certas características que merecem ser relembradas. Existem diferenças entre os modelos de produção e consumo no contexto do sistema capitalista e no mundo dos EES. Pelo exposto, tornam-se evidentes as divergências na constituição de cada um, tendo em vista que, no sistema capitalista, a produção decorre da exploração dos trabalhadores, ou seja, é necessário explorar a força de trabalho daqueles desprovidos dos meios de produção. Já quando abordamos a questão do consumo no seio do capitalismo, fica notória a concepção de consumismo irracional e desmedido, arquitetada para manutenção e perpetuação do sistema. O modelo de EES, por sua vez, no que se refere à produção, adota

uma forma muito distinta, baseada na valorização do trabalhador e nas condições favoráveis a ele oferecidas em todo o processo. Já no que tange ao consumo, destacamos a capacidade racional dos seus membros de compreender a importância de um consumo sustentável.

Todavia, ainda é preciso que a Economia Solidária obtenha melhores resultados. Para tanto, elencamos alguns aspectos a serem considerados. O fortalecimento do cooperativismo como alternativa é fundamental para o êxito dos EES, juntamente com a necessidade de aumentar o caráter formal do negócio, em especial a obtenção de resultados econômicos plausíveis, sem esquecer os princípios do cooperativismo.

O aproveitamento dos espaços comuns de comercialização é imprescindível, pois neles é possível encontrar nichos destinados à comercialização de produtos que tenham sido elaborados nos EES. As feiras de solidariedade e do cooperativismo alternativo fortalecem experiências existentes, a partir das trocas, e ainda consolidam a relação entre produtor e consumidor. Podemos então destacar um elemento fundamental, que garante a Economia Solidária neste ambiente de disputa, passando pela superação da limitada lógica financeira e ocupando outras dimensões da vida humana.

Também não podemos deixar de lembrar a importância do mercado institucional, o qual, por vezes, é responsável pela manutenção dos EES. O Poder Público deve assumir a responsabilidade pelo aprimoramento do movimento solidário, a fim de que saia do campo da possibilidade e torne-se uma realidade. Tal aplicação do Estado supera o limite estabelecido pelo financiamento. É preciso que mecanismos de intervenção estatal se tornem mais eficazes, melhorando substancialmente os resultados obtidos. O Estado, como fornecedor de ferramentas elementares para o desenvolvimento da Economia Solidária, possibilita que a sociedade civil vislumbre um novo mundo de possibilidades.

Sobre o comércio justo, destacamos que se encontra, no contexto da Economia Solidária, a possibilidade de torná-lo concreto enquanto modelo alternativo da comercialização de produtos; para tanto, faz-se necessário o entrelaçamento com os demais movimentos e incentivos à Economia Solidária. As possibilidades que circundam a combinação de Economia Solidária e comércio justo estão colocadas como circunstâncias elementares, na medida em que proporcionam a emancipação das sociedades em que se encontram submetidas, com ênfase numa maior inserção nos espaços públicos, a fim de se consolidarem enquanto movimento.

Na sequência, partimos para a identificação dos EES previamente escolhidos. Lembrando que cada qual possui, obviamente, suas particularidades, e que nossa preocupação elementar estava em observar como cada um dos empreendimentos estabelece sua inserção no mercado.

No caso da Cooperreciblu, verificamos que os cooperados enfrentam diversos problemas, o que coloca a Cooperativa em situação muito frágil. A comerciali-

zação é um dos principais desafios do empreendimento. Os desafios aos quais nos referimos são inquestionavelmente impostos pelo modelo mercadológico ao qual estamos submetidos, no qual a Cooperreciblu se encontra na condição de refém de um mecanismo que opera de acordo com seus interesses. Tais empecilhos, de algum modo, tornam a autogestão frágil, na medida em que, atualmente, aqueles cooperados não reúnem condições de superar as imposições do mercado.

Para a ProOrg, a questão do mercado nos parece bastante encaminhada, principalmente no que diz respeito à situação do mercado de orgânicos. Fica evidenciado o aumento na procura por produtos desse gênero, inclusive atingindo níveis para os quais os cooperados não conseguem produzir o volume necessário, a fim de atender os diversos mercados, sejam eles as feiras ou o mercado institucional. Sem dúvida, o consumo de alimentos de origem orgânica tende a ganhar cada vez mais espaço na mesa dos consumidores, por se tratar de uma necessidade de saúde cada vez mais premente. De outra sorte, o mercado institucional tem se demonstrado cada vez mais inclinado a esta direção.

A situação da Cooperttran merece bastante atenção, uma vez que o mercado em que está inserida mostra sinais que, de alguma forma, vem contribuindo para que a autogestão se fragilize. Entendemos que, se o mercado institucional pode, em certa medida, gerar algum tipo de segurança, por outro lado, este mesmo mercado influencia na (des)organização da Cooperativa. Em primeiro lugar, pelo fato de percebermos que houve certa acomodação por parte dos cooperados. Em segundo lugar, a relação mercantil com o poder público local, em especial na última década, não permitiu que aqueles trabalhadores conseguissem se organizar financeiramente, pois a falta de pontualidade nos pagamentos gera insegurança financeira à Cooperativa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE TIMBÓ (PROORG). Descrição do Sistema de Controle Social por OCS da Associação dos Produtores Orgânicos de Timbó – ProOrg. Timbó, 2013. (mimeo).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (ANTEAG). *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*. 2. ed. São Paulo, 2005.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do

Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2003, Seção 1, p. 8. Texto original. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 25 jul. 2006, Seção 1, p. 1. Texto original e alterações posteriores.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-pl.html>>. Acesso em: 11 maio 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.323, 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 28 dez. 2007, Seção 1, p. 2. Texto original e alterações posteriores. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6323-27-dezembro-2007-567641-norma-pe.html>> Acesso em: 15 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Lei de resíduos sólidos. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 3 ago. 2010, Seção 1, p. 3. Texto Original e alterações posteriores.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Relatório dos dados do SIES sobre dificuldades de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. O que é Economia Solidária. Brasília, 26 ago. 2015.

Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e>>. Acesso em: 24 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produção Orgânica. Brasília, DF, 30 nov. 2016.

Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/desenvolvimento-agropecuario-cooperativismo-e-associativismo-rural/producao-organica>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Pnaes**, Brasília, DF, [2016].

Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atacao/pnae-agricultura-familiar>>. Acesso em: 12 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Sítio institucional. Brasília, DF.

Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Banco de Dados. Acesso aos diversos sistemas de controle de dados ligados à pecuária e à agricultura. Brasília, DF.

Disponível em: <<http://www.sistemasweb.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1. Brasília, 26 a 29 jun. 2006. **Anais eletrônicos...** Brasília: SENAES/TEM, 2006.

Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=docs&pagfis=1967>>. Acesso em: 10 maio 2016.

COOPERATIVA DOS TRABALHADORES COLETORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DE BLUMENAU (COOPERRECIBLU). Estatuto da Cooperreciblu. Blumenau, 2012. (mimeo).

GRUPO DE PESQUISA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. Sítio Institucional do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos. São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

LIANZA, S.; HENRIQUE, F. C. (Orgs.). **A Economia Solidária na América latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

OSLO ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO. **Relatório Cooperreciblu. 2º quadrimestre de 2016**. Blumenau, 2016. (mimeo).

OSLO ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO. **Relatório Cooperreciblu. 2º quadrimestre de 2017**. Blumenau, 2017. (mimeo).

PARISOTTO, I. R. S.; LEHNENNSTOLL, S.; PURIN, G. T.; BEVIAN, E. C. Reflexões sobre a contribuição jurídica e contábil nos Empreendimentos de Economia Solidária na área de Reciclagem de Blumenau. In: HERRERO, D. E.; DALMOLIN, B. (Orgs.). **III Jornadas de Extensión de MERCOSUR.** 1. ed. Tandil, Argentina: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2014, v. 1, p. 241-258.

PRIM, L. de F.; ANDRADE, T.; MARCHI, R. de C. **Economia Solidária na ITCP/Furb:** reflexões e experiências em busca a inclusão social. Blumenau: Meta, 2013.

SANTA CATARINA. Ministério Público. Décima Terceira Promotoria Pública. Inquérito Civil n. 06.2015.00006370-0. Termo de Ajuste de Conduta. Data da Instauração: 22 jul. 2015. Data da Conclusão: 9 nov. 2015. Membro do Ministério Público: Leonardo Todeschin. Partes: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau e Cooperativa dos Trabalhadores Coletores de Resíduos Recicláveis de Blumenau. **Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, ano 7, nº 1.632, 12 nov. 2015, p. 6.

Disponível em: <<https://justotal.com/diarios/mpsc-12-11-2015-pg-6>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SIMÃO, V. M. **As trajetórias e o trabalho cooperado e autogestor: uma análise marxista.** Blumenau: Edifurb, 2011.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOMBRI, C. **Coopertran: Uma nova experiência significativa.** Blumenau: FURB, 2002. Relatório de Pesquisa.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: BOLSISTAS DA ITCP/FURB

Bryan da Silva Lima⁴⁵

Deborah Mueller⁴⁶

Dinaê Carolina Machado⁴⁷

Eduarda Bauer Blasius⁴⁸

Igor Lorenzett Nascimento⁴⁹

João Paulo Cordeiro⁵⁰

Laura Medeiros Bastos⁵¹

Lucas da Silva Sampaio⁵²

Rhanna Eduarda Rodrigues⁵³

INTRODUÇÃO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB) se caracteriza enquanto um programa institucional permanente que busca, através dos princípios e valores da Economia Solidária, promover o assessoramento a Empreendimentos Econômicos Solidários de Blumenau e região. Desde seu surgimento em 1999, a ITCP/FURB foi casa para uma grande quantidade de pessoas, dentre estas professores, técnicos administrativos, estagiários, bolsistas e voluntários acadêmicos de graduação e pós-graduação. Composta por uma equipe interdisciplinar que constantemente muda, devido ao próprio perfil rotativo de um programa de extensão universitária, a experiência dos integrantes da Incubadora é atravessada pelo contato com diversas áreas do conhecimento. Atualmente, a equipe da ITCP/FURB é composta por 9 professores.

⁴⁵ Graduando em Psicologia pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁴⁶ Graduando em Psicologia pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁴⁷ Graduanda em Artes Visuais pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁴⁸ Graduanda em Psicologia pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁴⁹ Graduando em Nutrição pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁵⁰ Graduando em Psicologia pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁵¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁵² Graduando em Psicologia pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁵³ Graduanda em Publicidade e Propaganda pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

res, 11 bolsistas (10 remunerados e 1 voluntário) e 1 técnica administrativa, dos cursos de Serviço Social, Psicologia, Nutrição, Farmácia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Florestal, Engenharia da Produção, Publicidade e Propaganda, Artes Visuais e Teatro. Além de contar com o apoio de 1 professora e 1 bolsista de outro projeto de extensão da FURB, vinculados a Ciências Contábeis.

De acordo com Marlene Schussler D'Aroz *et al.*, a extensão universitária interfere expressivamente no “pensar” e no “fazer” dentro da proposta educacional da universidade, gerando impactos nos resultados alcançados pelos acadêmicos vinculados às atividades extensionistas, e produzindo mudanças nas suas vidas. Frente a isso, buscaremos neste capítulo relatar as experiências de alguns dos bolsistas integrantes da ITCP/FURB, buscando revelar através da escrita livre, se a atuação dentro deste programa de extensão foi capaz de promover mudanças significativas na vida acadêmica, profissional e pessoal desses bolsistas, se afetou o modo como enxergam o mundo e a sociedade, os modos de se relacionarem com a comunidade e com a equipe do programa, e como lidam com os seus processos de trabalho.

A construção deste capítulo se deu de forma coletiva entre os bolsistas da ITCP/FURB, com a participação apenas daqueles que se voluntariaram para contribuir com seus relatos. Para a escrita destes, não foi solicitado que os acadêmicos seguissem um roteiro pré-definido, e sim, que tivessem liberdade para relatar o que consideram importante na sua trajetória dentro do programa de extensão. Essa decisão foi tomada visando valorizar uma escrita livre, na tentativa de permitir que as experiências “falem por si” e se construam frase por frase em um texto honesto. Além disso, entende-se que a delimitação de um roteiro pré-definido pode fazer com que vivências importantes sejam negligenciadas. Em relação à ordem dos relatos, serão organizados para que os primeiros sejam dos bolsistas mais recentes ao programa até o último, que será do bolsista vinculado há mais tempo na Incubadora. Após a escrita dos relatos, será feita uma análise para identificação de pontos em comum entre as experiências dos acadêmicos, buscando assim delimitar quais são os aspectos principais que mais marcam a vivência dos bolsistas na Incubadora, sejam estes dificuldades ou proveitos.

RELATOS

Dentre os 12 bolsistas da ITCP/FURB, 9 se dispuseram para relatar suas experiências enquanto bolsistas da ITCP/FURB. Para permitir uma perspectiva temporal na leitura desses relatos, levantamos a data de entrada de cada um dos 9 bolsistas: 2 integraram a equipe em setembro e 3 entre março e abril de 2024; 1 em julho e 2 em março de 2023; e 1 em maio de 2021. Abaixo, seguem os relatos, em ordem de bolsista mais recente ao bolsista mais antigo:

Lucas (estudante da 9^a fase de Psicologia): “Ter a possibilidade de participar de um projeto de extensão, principalmente o da ITCP/FURB, posiciona o conhecimento num local estratégico. Assim, o conhecimento entra em voga e é desafiado cotidianamente através das experiências e do contato com a comunidade.

Apesar do pouco tempo como bolsista de extensão, é notória a mudança de trajetória pessoal, profissional e humana devido à composição da equipe da ITCP/FURB e seus propósitos. Trabalhar num espaço que focaliza o desenvolvimento humano acima das leis do mercado capitalista proporciona outras possibilidades de se pensar a vida e, além disso, de experimentá-la e vivê-la.

Enfrentando as adversidades do sistema capitalista e da (re)criação de modelos neoliberais de sociedade, a vivência da extensão na ITCP/FURB altera a posição de conhecimento da graduação de responder questões para a criação de novas perguntas e o gerenciamento dos aspectos da desigualdade social tão presentes no Brasil e no mundo globalizado. Estar na ITCP/FURB é olhar para uma lógica além do capitalismo compulsório, do individualismo exacerbado e da deterioração do meio ambiente, é pensar o ser humano na potência das suas diversidades.”

Bryan (estudante da 7^a fase de Psicologia): “Encontrar na universidade a possibilidade de participar de um projeto de extensão, principalmente da ITCP, foi uma graciosa surpresa. Acostumado com um modelo bancário de conhecimento, a oportunidade de atuar junto ao modelo econômico solidário, baseado em valores como cooperação, solidariedade, sustentabilidade e equidade, foi fundamental para que pudesse, através das experiências cotidianas com a comunidade, me apropriar de um saber importante para a produção de uma saúde para além de um modo individual, mas comunitário.

Mesmo com pouco tempo vinculado à extensão, o modelo de educação popular fica evidente na prática dos professores, na estrutura da equipe e na interação com a comunidade através das assessorias. A atuação permite expandir o olhar, desnaturalizar as relações e os processos grupais, entender que mais do que desenvolver, é necessário se envolver, participar e contribuir para a construção de um futuro que seja mais justo, inclusivo e coletivo. Possibilitando que o estudante, a partir da ciência, torne audível a história contada pela comunidade, que se faz, constrói e ao mesmo tempo se atualiza, também ao contato com a universidade, tornando possível um processo de ensino que possa construir com outras possibilidades aos modos de produção e educação vigentes.

Através da ITCP, podemos pensar e considerar criticamente também os valores do neoliberalismo, como individualismo, empreendedorismo, produtividade, autonomia; e seus efeitos para a saúde coletiva, como o aprofundamento do isolamento social, precarização do mundo do trabalho e medicalização da vida. Por isso, a importância do fortalecimento de processos grupais e fomento de ou-

tras possibilidades de produzir, trabalhar, socializar e educar, pois, assegurar essas contingências é fundamental para garantir outras possibilidades de existência, seja para a comunidade acadêmica ou para quem se encontra em alguma condição de vulnerabilidade ou usualmente não poderia acessar direitos básicos. Estar vinculado a um projeto de extensão é experienciar uma formação mais rica e humanizada e construir novos mundos possíveis.”

Rhanna (estudante da 3^a fase de Publicidade e Propaganda): “Na minha visão, participar da ITCP/FURB está sendo muito mais do que um projeto de extensão, é uma experiência que me transforma um pouco a cada dia que passa... Aprendo que a economia solidária não é só um conceito, e sim uma realidade que dá oportunidade e voz a muita gente!

Trabalhar na comunicação da ‘Vitrine da Economia Solidária’ me mostra que publicidade/marketing não é só vender, é contar histórias reais e fortalecer sonhos pessoais de cada um ali presente. Além disso, cresço como pessoa, desenvolvendo a empatia, a escuta e uma nova visão de mundo.

A ITCP não é só um aprendizado acadêmico, é um marco na minha jornada pessoal e profissional. Gratidão a todos que fazem parte disso!”

Igor (estudante da 5^a fase de Nutrição): “O projeto me proporcionou novos olhares e perspectivas diferentes para diversas situações de intervenção que em um certo momento não saberia como lidar, mas com o tempo e o auxílio da equipe e dos professores, a maneira de lidar com o público que era assessorado se tornou mais simples e com isso os processos para chegar à solução dos problemas foram sendo resolvidos de forma cada vez mais eficaz, sendo que a aproximação diária entre professores e bolsistas é de extrema importância para traçar os objetivos ao longo dessa jornada.”

Laura (estudante da 3^a fase de Arquitetura e Urbanismo): “Quando ingressei na faculdade, pensei em me envolver em um dos pilares da universidade para compreender melhor o funcionamento da instituição. Foi então que decidi buscar programas de extensão e, nesse caminho, encontrei a ITCP/FURB. Desde março de 2024, faço parte desse programa, que tem sido uma experiência enriquecedora.

Desenvolver atividades com a comunidade por meio da ITCP me fez perceber a importância de trabalhos não convencionais, que geram um impacto significativo na sociedade. Um exemplo disso é a Oficina de Marcenaria, onde algumas pessoas tiveram a oportunidade de aprender a operar máquinas e aplicar técnicas na construção de móveis. Sem a Incubadora, talvez nunca tivessem acesso a esse conhecimento. Nesse processo, o aprendizado se materializa em objetos concretos, como mesas e cadeiras, tornando o crescimento pessoal e a construção de saberes algo palpável.

Além do conhecimento adquirido, as relações construídas dentro da extensão são especiais e significativas. Fico agradecida por trabalhar nessa equipe e poder ter toda essa experiência.”

Dinaê (estudante da 5^a fase de Artes Visuais): “Participar de um projeto de extensão, especialmente da ITCP/FURB, possibilita adquirir conhecimento em cada nova experiência, a qual é colocada à prova diariamente por meio da vivência e do contato com a comunidade. A extensão universitária transforma a relação com o saber, deslocando-o de uma posição meramente técnica para um espaço de criação de novas perguntas e possibilidades.

Desde que entrei na ITCP/FURB, minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional passou por mudanças significativas, como no desenvolvimento das minhas habilidades de escrita e na organização do meu trabalho, trazendo-me a experiência de um sistema autogestionário, no qual percebemos a importância da distribuição equilibrada das atividades, considerando as diferentes cargas horárias e condições de vida. Por termos uma equipe multidisciplinar, composta por professores e bolsistas de diferentes áreas, a sala da Incubadora torna-se um ambiente de ricas trocas de experiências e conhecimentos.

O trabalho na Incubadora permite um olhar além das leis de mercado e do individualismo exacerbado, propondo um modelo de atuação que prioriza o desenvolvimento humano e a coletividade. Atualmente, minhas funções incluem a mediação em duas oficinas de reabilitação psicossocial, as quais trabalham com dois tipos de matéria-prima: argila e papel. Essas oficinas são realizadas em parceria com a Associação ENLOUCRESCER. Além disso, atuo no apoio às demandas dos empreendimentos assessorados, na organização das feiras da Ecosol e na realização de oficinas artísticas em escolas de educação básica.

Concluindo, considero que a ITCP/FURB é um espaço de aprendizado que transcende a academia. A Incubadora nos transforma profissionalmente e, acima de tudo, humanamente. O conhecimento, quando aliado à prática e à coletividade, ganha novas camadas de significado e abre caminhos para um mundo mais ético, inclusivo e solidário.”

João Paulo (estudante da 11^a fase de Psicologia): “O programa de extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB) me permitiu, ao estar vinculado diretamente às ações das redes e fóruns desde que entrei no ano de 2023 até o presente momento, ter contato com uma perspectiva ampliada da atuação política-institucional dos movimentos sociais. Entender que a luta política da Economia Solidária inicia na organização coletiva dos empreendimentos, mas que necessita de uma articulação em rede, para o diálogo/enfrentamento da política-institucional, através de fóruns e conselhos como: a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), o Fórum Catarinense de Economia Solidária

(FCES) e o Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária (CEAES). No ano de 2024, por exemplo, ocorreram as conferências regionais e a conferência estadual de Economia Solidária, importante evento para a participação popular na proposição de políticas públicas que fomentem a Economia Solidária.

A importância da política pública no contexto de Blumenau é constantemente reafirmada a partir do seu negativo, a ausência de uma lei municipal de fomento para a Economia Solidária no município tem produzido alguns impasses para o processo de incubação, na medida em que o papel do programa de extensão é assessorar os coletivos – nas suas demandas tecnológicas, bem como demandas psicossociais – tal assessoria encontra o limite de um poder público que não propõe nem aprova leis que propiciariam o desenvolvimento da Economia Solidária na região. Nesse sentido, torna o processo de desincubação difícil ou até inviável, tendo em vista que, sem a mediação do projeto de extensão, tais coletivos encontram inúmeras dificuldades de se consolidarem a longo prazo. Tal cenário produz certa frustração nos processos de trabalho, tornando nossa atuação sobre-carregada na tentativa de manter aquilo que a política pública não abarca. Ainda que o programa de extensão busque a transformação social, tais ideias são frequentemente frustradas pelas dificuldades apresentadas.

Além disso, a ITCP/FURB trabalha diretamente com segmentos vulneráveis da população da região, pois é nos Empreendimentos Econômico-Solidários (EES) que inúmeras pessoas que são excluídas do mercado de trabalho formal encontram uma maneira de garantir trabalho e renda, como por exemplo: egressos do sistema prisional, pessoas em vulnerabilidade social, pessoas em sofrimento psíquico usuários da RAPS, idosos, imigrantes de outras regiões do Brasil e países. O contato direto com essas pessoas me permite, entender enquanto graduando de Psicologia, a importância de demarcar o sofrimento ético-político, uma forma de adoecimento proveniente da marginalização, do preconceito, da desigualdade social, que os coloca em uma posição muitas vezes naturalizante de tal precariedade de vida; ao ter uma existência marcada por alguns estigmas, percebe-se que certos afetos tristes os atravessam, como vergonha, raiva, tristeza. O projeto de extensão, não intervindo diretamente na saúde mental dessas pessoas – ao menos não da forma que a Psicologia hegemônica espera, através de psicoterapia, grupos terapêuticos, medicalização, diagnóstico –, demonstra a importância para a produção de saúde ético-política, a renda, o trabalho, as relações interpessoais, e principalmente a garantia de direitos.

Por fim, saliento que o trabalho na ITCP/FURB vem contribuindo para uma formação crítica em Psicologia, que me permite perceber a complexidade dos processos de saúde/adoecimento psíquico, a importância que o saber *psi* tem na transformação social, bem como entender a horizontalidade no processo de produção e veiculação de saberes, pois trabalhando com a comunidade nos princípios da Psicologia Sócio-histórica – na qual está alinhada com a perspectiva defendida pela ITCP/FURB – trabalhamos *com* a comunidade, *com* os saberes da própria

comunidade, recusando o espaço privilegiado que o saber acadêmico tem em relação aos saberes populares.”

Eduarda (estudante da 11^a fase de Psicologia): “Ser bolsista de extensão na ITCP me permitiu experienciar uma forma de trabalho que sempre desejei, mas que não era vista como possível pelas pessoas ao meu redor. Parecia muita exigência de minha parte querer um espaço de trabalho em que as hierarquias fossem contestadas, e muita ingenuidade de minha parte em sonhar com a possibilidade de fazer as coisas de outra forma, por não concordar com uma realidade tão individualista.

A Economia Solidária me mostrou que era possível imaginar e criar modos outros de ser e estar no mundo com as pessoas, sendo seus princípios de autogestão, solidariedade e cooperação essenciais ao dia a dia da ITCP. A organização autogestionária dos processos de trabalho foi um alívio que me permitiu crescer ainda mais em liberdade e responsabilidade, além de proporcionar um ambiente muito mais favorável à troca de opiniões e à construção de decisões coletivas.

Aprendi também que existem outras formas de atuação profissional na psicologia que faziam muito mais sentido para mim. No campo da Saúde Mental, aprendi a fundo e na prática sobre a Reabilitação Psicosocial e a Luta Antimanicomial. O contato com associações de familiares, amigos e usuários dos serviços de saúde mental me mostrou que o protagonismo e a autonomia das pessoas são o mais importante para os processos de promoção de saúde.

Assim, encontrei um território outro, de transversalidade, preocupado com os laços comunitários e que valoriza os saberes populares e a construção coletiva do conhecimento, buscando a transformação social e uma sociedade mais justa, sustentável e democrática.”

Deborah (Ash) (estudante da 8^a fase de Psicologia): “Entrei na ITCP/FURB na metade de 2021, logo após ter iniciado o curso de graduação em Psicologia, e completo agora, em 2025, 4 anos vinculados a este programa de extensão. Iniciei as atividades junto a um professor da Psicologia em uma cooperativa de reciclagem de Blumenau, e ao passar dos anos fui me integrando a outras atividades da Incubadora. Atualmente, meu trabalho no programa consiste na orientação de novos bolsistas, levantamento, organização e repasse das atividades para a equipe, produção e organização dos documentos internos da Incubadora, auxílio nas atividades específicas de outros bolsistas e/ou professores, e apoio geral para encaminhar qualquer demanda que venha a surgir dos empreendimentos assessorados ou da própria Incubadora.

Ao decorrer do tempo, aprendi muito, me tornei mais participativa nas atividades e na tomada de decisões da equipe, desenvolvi habilidades sociais, de escrita, de fala, de mediação de conflitos, de resolução de problemas, entre outras.

A Incubadora me permitiu conhecer melhor a universidade e as pessoas que habitam nela, criei vínculos com vários professores e acadêmicos de outros cursos, e tive contato com outras realidades, me aproximando de pessoas com vidas totalmente diferentes da minha, e em especial, com populações em vulnerabilidade socioeconômica. Considero fundamental esse contato que nos permite “furar a bolha”, expandir o olhar e desnaturalizar certos conceitos e preconceitos que habitam secretamente em nós. Levando em conta a minha área de atuação futura, é ainda mais importante que se tenha uma visão mais ampla de mundo, de sociedade e de ser humano, assim, pode-se atuar na profissão de forma mais ética e inclusiva.

Outro ponto que gostaria de ressaltar é que, em especial nos anos de 2024 e agora em 2025, quando comecei a atuar mais na parte de gestão da Incubadora, pude aprender muito sobre organização dos processos de trabalho, ainda mais em relação a um sistema autogestionário, que acontece (ou tentamos fazer acontecer) dentro da ITCP/FURB. A distribuição das atividades, o repasse de informações, o levantamento dos problemas da equipe, a sobrecarga de trabalho sobre alguns e a falta de trabalho de outros, levando ainda em conta as diferenças das cargas horárias entre professores, técnica administrativa e bolsistas, e ainda pensando sobre as condições de vida dos acadêmicos. Sem contar que é preciso ter em mente suas personalidades, seus modos de ver o mundo e o trabalho, como interagem entre si e com o público atendido etc. Tudo isso, e mais, se tornaram meu foco nos últimos tempos, não que eu fosse totalmente capaz ou a única responsável por pensar nestas questões, mas isso permitiu que discussões que antes não aconteciam (sobre o funcionamento da Incubadora, sobre as cargas de trabalho, sobre o papel do bolsista e dos professores) se tornassem mais vigentes. Atualmente, a equipe faz um esforço coletivo para tentar reorganizar os modos em que a ITCP/FURB trabalha internamente e com os grupos assessorados, mas devido às diferenças de disponibilidade e engajamento dos diversos integrantes da equipe, ainda enfrentamos algumas dificuldades.

Dito tudo isso, considero que as ITCPs são terreno fértil para o desenvolvimento dos bolsistas em diversas áreas de suas vidas, no âmbito profissional, acadêmico e pessoal. E acredito que esta experiência é capaz de transformar nossa visão de mundo, dos outros e de nós mesmos, o que nos transforma enquanto seres humanos.”

ANÁLISE DOS RELATOS

Para a análise desses relatos, buscou-se identificar os pontos em comum levantados pelos bolsistas sobre as suas experiências trabalhando na ITCP/FURB. Em geral, conseguimos agrupar esses pontos em 4 tópicos diferentes: 1. Crescimento pessoal, acadêmico e profissional do/a bolsista; 2. Construção de uma nova

visão de mundo; 3. Produção de saberes junto à comunidade; e 4. A ITCP/FURB e a ES como promotores de saúde e aprendizado aos grupos assessorados.

1. Crescimento pessoal do(a) bolsista:

Primeiramente, podemos identificar um ponto que atravessa todos os relatos: O reconhecimento de crescimento pessoal, acadêmico e profissional após integrarem a Incubadora. Silva *et al.* (2019) pontuaram em sua pesquisa que a extensão universitária é capaz de proporcionar uma formação de cidadãos e profissionais preocupados com a produção de novas práticas de cuidado, focados não só em aspectos técnicos da formação, mas na ética, responsabilidade cidadã e compromisso social. Pelos relatos dos bolsistas da ITCP/FURB, conseguimos identificar que a participação nas atividades do programa de extensão permitiu a construção de novos conhecimentos dentro das suas áreas de formação, especialmente os bolsistas do curso de Psicologia, que afirmaram obter uma visão mais crítica, ética, política, comunitária e inclusiva da atuação da Psicologia. Muitos também falaram sobre os aprendizados adquiridos através do próprio modo de trabalho da equipe da ITCP/FURB, que valoriza uma distribuição equalitária das atividades (levando em conta a realidade de cada integrante), a autogestão, a participação ativa, a valorização do desenvolvimento dos integrantes da equipe e de sua saúde e o debate para a tomada de decisões da forma mais democrática possível. Nos relatos dos/as bolsistas Lucas, Igor, Eduarda e Ash, podemos ver exemplos disso:

“Apesar do pouco tempo de bolsista de extensão, é notória a mudança de trajetória pessoal, profissional e humana devido à composição da equipe da ITCP/FURB e seus propósitos. Trabalhar num espaço que focaliza o desenvolvimento humano acima das leis do mercado capitalista proporciona outras possibilidades de se pensar a vida e, além disso, de experimentá-la e vivê-la.” - Lucas

“O projeto me proporcionou novos olhares e perspectivas diferentes para diversas situações de intervenção que em um certo momento não saberia como lidar, mas com o tempo e o auxílio da equipe e dos professores, a maneira de lidar com o público que era assessorado se tornou mais simples e com isso os processos para chegar à solução dos problemas foram sendo resolvidos de forma cada vez mais eficaz [...]” - Igor

“A Economia Solidária me mostrou que era possível imaginar e criar modos outros de ser e estar no mundo com as pessoas, sendo seus princípios de autogestão, solidariedade e cooperação essenciais ao dia a dia da ITCP. A organização autogestionária dos processos de trabalho foi um alívio que me permitiu crescer ainda mais em liberdade e responsabilidade, além de proporcionar um ambiente muito mais favorável à troca de opiniões e à construção de decisões coletivas.” - Eduarda

“Ao decorrer do tempo, aprendi muito, me tornei mais participativa nas atividades e na tomada de decisões da equipe, desenvolvi habilidades sociais, de escrita, de fala, de mediação de conflitos, de resolução de problemas, entre outras. [...] Dito tudo isso, considero que as ITCPs são terreno fértil para o desenvolvimento dos bolsistas em diversas áreas de suas vidas, no âmbito profissional, acadêmico e pessoal. E acredito que esta experiência é capaz de transformar nossa visão de mundo, dos outros e de nós mesmos, o que nos transforma enquanto seres humanos.” - Ash

Assim, através dessas experiências, os bolsistas podem vivenciar na prática um outro modo de se relacionar com o trabalho e com os colegas, algo que possivelmente levarão para o resto da sua trajetória profissional, possibilitando uma mudança de paradigmas em diversos locais de trabalho e/ou estudo que seguem numa lógica bancária e individualista.

2. Construção de uma nova visão de mundo:

As atividades na Incubadora também permitiram aos bolsistas novos modos de enxergar o mundo e a sociedade. Destacando em muitos dos relatos a possibilidade de pensar para além dos princípios neoliberais do capitalismo, enxergando na Economia Solidária um espaço de criação de novas possibilidades a populações normalmente excluídas do mercado de trabalho formal e marginalizadas da sociedade. Alguns exemplos interessantes estão nos relatos dos/as bolsistas Bryan, Dinaê e João:

“Através da ITCP, podemos pensar e considerar criticamente também os valores do neoliberalismo, como individualismo, empreendedorismo, produtividade, autonomia; e seus efeitos para a saúde coletiva, como o aprofundamento do isolamento social, precarização do mundo do trabalho e medicalização da vida. Por isso, a importância do fortalecimento de processos grupais e fomento de outras possibilidades de produzir, trabalhar, socializar e educar [...]” - Bryan

“O trabalho na Incubadora permite um olhar além das leis de mercado e do individualismo exacerbado, propondo um modelo de atuação que prioriza o desenvolvimento humano e a coletividade.” - Dinaê

“Além disso, a ITCP/FURB trabalha diretamente com segmentos vulneráveis da população da região, pois é nos Empreendimentos Econômico-Solidários (EES) que inúmeras pessoas que são excluídas do mercado de trabalho formal encontram uma maneira de garantir trabalho e renda, como por exemplo egressos do sistema prisional, pessoas em vulnerabilidade social, pessoas em sofrimento psíquico usuários da RAPS, idosos, imigrantes de outras regiões do Brasil e países.

O contato direto com essas pessoas me permite entender, enquanto graduando de psicologia, a importância de demarcar o sofrimento ético-político, uma forma de adoecimento proveniente da marginalização, do preconceito, da desigualdade social, que os coloca em uma posição muitas vezes naturalizante de tal precariedade de vida." - João

3. Produção de saberes junto à comunidade:

Outra questão levantada ao longo dos relatos foi que a relação aproximada com a comunidade, foco da extensão universitária, permitiu aos acadêmicos a possibilidade de, não somente observar e aplicar as teorias aprendidas em sala na prática, mas de construir novos saberes, junto com a própria comunidade. Valorizando a construção de conhecimentos que fogem daqueles produzidos em sala de aula, muitas vezes abstrato e descolado da realidade, a um saber que é constituído na vivência com a comunidade. Assim como coloca Gadott (2017, p. 12):

"A Extensão Universitária pode tornar-se articuladora das políticas territoriais, mas, para isso, precisa incorporar os "saberes de experiência feitos" (Paulo Freire) das comunidades, muitas vezes silenciados, subalternizados e até marginalizados pela academia. A Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular precisa começar pela descolonização das mentes no interior das próprias universidades".

Os relatos das(os) bolsistas Rhanna, Dinaê e João descrevem um pouco dessa experiência:

"Trabalhar na comunicação da 'Vitrine da Economia Solidária' me mostra que publicidade/marketing não é só vender, é contar histórias reais e fortalecer sonhos pessoais de cada um ali presente" - Rhanna

"Participar de um projeto de extensão, especialmente da ITCP/FURB, possibilita adquirir conhecimento em cada nova experiência, a qual é colocada à prova diariamente por meio da vivência e do contato com a comunidade. A extensão universitária transforma a relação com o saber, deslocando-o de uma posição meramente técnica para um espaço de criação de novas perguntas e possibilidades. - Dinaê

"Por fim, saliento que o trabalho na ITCP/FURB vem contribuindo para uma formação crítica em psicologia, que me permite perceber a complexidade dos processos de saúde/adoecimento psíquico, a importância que o saber *psi* tem na transformação social, bem como entender a horizontalidade no processo de produção e veiculação de saberes, pois trabalhando com a comunidade nos princípios

da psicologia sócio-histórica – na qual está alinhada com a perspectiva defendida pela ITCP/FURB – trabalhamos *com* a comunidade, *com* os saberes da própria comunidade, recusando o espaço privilegiado que o saber acadêmico tem em relação aos saberes populares.” - **João**

4. A ITCP/FURB e a ES como promotores de saúde e aprendizado aos grupos assessorados:

O último ponto que gostaríamos de destacar se refere à importância que os acadêmicos atribuem ao trabalho da ITCP/FURB e à Economia Solidária, enquanto meios de promoção de saúde e aprendizado aos grupos assessorados pelo programa. Os relatos das(os) bolsistas Laura, João e Eduarda demonstram essa questão:

“Desenvolver atividades com a comunidade por meio da ITCP me fez perceber a importância de trabalhos não convencionais, que geram um impacto significativo na sociedade. Um exemplo disso é a Oficina de Marcenaria, onde algumas pessoas tiveram a oportunidade de aprender a operar máquinas e aplicar técnicas na construção de móveis. Sem a incubadora, talvez nunca tivessem acesso a esse conhecimento. Nesse processo, o aprendizado se materializa em objetos concretos, como mesas e cadeiras, tornando o crescimento pessoal e a construção de saberes algo palpável.” - **Laura**

“O projeto de extensão não intervindo diretamente na saúde mental dessas pessoas – ao menos não da forma que a psicologia hegemônica espera, através de psicoterapia, grupos terapêuticos, medicalização, diagnóstico – demonstra a importância para a produção de saúde ético-política a renda, o trabalho, as relações interpessoais, e principalmente a garantia de direitos.” - **João**

“Aprendi também que existem outras formas de atuação profissional na psicologia que faziam muito mais sentido para mim. No campo da Saúde Mental, aprendi a fundo e na prática sobre a Reabilitação Psicossocial e a Luta Antimanicomial. O contato com associações de familiares, amigos e usuários dos serviços de saúde mental me mostrou que o protagonismo e a autonomia das pessoas são o mais importante para os processos de promoção de saúde.” - **Eduarda**

Portanto, podemos afirmar a partir desses relatos que, as atividades realizadas pela ITCP/FURB, com base nos preceitos da Economia Solidária, são promotoras de saúde mental, no sentido em que possibilitam aos sujeitos mais aprendizado, autonomia, independência, melhores condições de vida através da

complementação de renda e maior participação ativa no meio social e político. Santiago e Yasui (2015, p. 2) também apontam essa conexão entre saúde mental e economia solidária em seu trabalho, afirmando-as enquanto produtoras de vida:

No enlace entre saúde mental e economia solidária, o domínio de forças e confrontos se fez, e se faz, por movimentos sociais vários, instâncias institucionais, discursos governamentais e políticos que colocam em questionamento a potência de ruptura que o enlace saúde mental – economia solidária, e suas políticas públicas e documentos oficiais, tem para possibilitar a construção de relações de trabalho que sejam produtoras de vida, e não reprodutoras de novas clausuras (do universo da loucura, para o submundo do mercado de trabalho).

CONCLUSÃO

A partir da análise dos relatos escritos pelos bolsistas, podemos afirmar que a experiência de trabalho na ITCP/FURB afetou de forma majoritariamente positiva as suas trajetórias acadêmicas, reconhecendo que essas vivências impactaram na sua vida pessoal e serão significativas no modo em que se constituirão enquanto profissionais em suas respectivas áreas de atuação. Os relatos refletem o quanto as atividades de extensão voltadas à Economia Solidária permitiram aos bolsistas a construção de novas perspectivas sobre o mundo e a sociedade, promovendo um pensamento mais crítico sobre a realidade e o modo em que as pessoas se relacionam com ela e com os outros. Isso inclui, como vimos, a produção de novos conhecimentos que fogem daqueles ensinados em sala de aula, que muitas vezes se caracteriza enquanto um saber normativo, elitista, baseado em uma visão de sujeito universal e descolado da realidade, substituindo-os por saberes constituídos junto às comunidades assessoradas.

Além disso, os bolsistas observaram que a ITCP/FURB se constitui enquanto um espaço que promove um outro modo de se relacionar com o trabalho, que foge ao do sistema capitalista. Por promover os princípios da Economia Solidária, o trabalho na Incubadora não poderia ser outro se não aquele que valoriza a autogestão e a tomada de decisões democráticas no lugar de ordens hierarquizadas, o ser humano acima da produtividade, a solidariedade ao invés da competitividade, e a promoção de bens coletivos ao invés da busca por benefícios individuais. Entendemos que essa é uma importante característica que diferencia a experiência de participar de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, de outros projetos de extensão/pesquisa ou estágios dentro da universidade.

Por fim, fica visível a importância da extensão universitária como ferramenta essencial na formação de profissionais engajados com uma prática realiza-

da junto à comunidade, de forma ético-política e inclusiva, aprendendo ao longo das suas atividades extensionistas a se tornarem mais participativos, sociáveis, críticos, organizados e se sentindo mais capazes para lidar com os futuros desafios que poderão enfrentar durante sua atuação profissional.

REFERÊNCIAS

- D'AROZ, Marlene Schussler; DOZSA, Denys; PANHOCA, Luiz. **O relato de egresos de um programa de extensão universitária:** reflexões. International Journal of Scientific Management and Tourism, 9(1), 294–319, 2023.
Disponível em: <https://ojs.scientificmanagementjournal.com/ojs/index.php/smj/article/view/379>. Acesso em: 31 de mar. de 2025.
- GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária:** Para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, p. 1-18, 2017.
Disponível em: https://eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 28 de mar. de 2025.
- SANTIAGO, Eneida; YASUI, Silvio. **Saúde Mental e Economia Solidária:** Cartografias do Seu Discurso Político. Psicologia & Sociedade, v. 27, n. 3, p. 700-711, 2015.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZBCSV6DtXvtcYbVZmv8DT-C/?lang=pt>. Acesso em: 31 de mar. de 2025.
- SILVA, Ana Lucia de Brito e; SOUSA, Silvelene Carneiro de; CHAVES, Ana Carolina Feitosa; SOUSA, Shirley Gabriele da Costa; ANDRADE, Tercio Macedo de; ROCHA FILHO, Disraeli Reis da. **Importância da Extensão Universitária na Formação Profissional:** Projeto Canudos. Revista de Enfermagem UFPE, Recife, v. 13, 2019.
Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/242189>. Acesso em: 28 mar. de 2025.

RESUMOS EXPANDIDOS

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E AS INCUBADORES TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPs): reflexões críticas e potencialidades^{54; 55}

Claudia Sombrio Fronza⁵⁶

Danilo Malta Ferreira⁵⁷

Reinaldo Pacheco da Costa⁵⁸

Renato da Silva Della Vechia⁵⁹

Ioshiaqui Shimbo⁶⁰

INTRODUÇÃO

Este estudo, aqui resumido, reflete sobre a incorporação da *curricularização* da extensão universitária no Brasil e seu potencial para o fortalecimento da atuação das *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares Universitárias* (ITCPs). Novas regras sobre atividades de *extensão* universitária, recentemente institucionalizadas nos governos federal, estaduais, municipais e nas universida-

54 Utilizamos aqui o termo ITCPs pela sua denominação de origem, ressaltando que hoje existem dezenas de diferentes denominações.

55 Este resumo expandido foi originalmente escrito para submissão no VI Congresso da Rede de ITCPs, em 2022.

56 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

57 Pós-doutorando no Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol/UFSCar) e do Centro de Estudos e Think Tank sobre Sociedade, Universidade e Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Centro SoU_Ciência/UNIFESP). Professor no Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF). Membro da atual coordenação (2024-2026) da Rede Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs).

58 Doutor em Engenharia de Produção pela USP. Especialista em Portos pelo Instituto Militar de Engenharia - IME. Professor do Depto. de Engenharia de Produção da EPUSP. Coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP.

59 Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi coordenador do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC/UCPel), já foi membro da Coordenação Nacional da Rede de ITCPs, e atualmente é Coordenador Geral da Associação de Apoio à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária

60 Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor aposentado do Departamento de Engenharia Civil e do Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é Professor Colaborador do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, sucessor da INCOOP/UFSCar-Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos.

des, podem modificar, para melhor, o seu grau de importância no âmbito das universidades brasileiras, e, em particular, das ITCPs, pois estabelecem um mínimo de 10% da carga horária total à inclusão daquelas atividades nos currículos dos cursos de graduação no Brasil.

Contudo, na contramão desse processo, a Rede de ITCPs demonstra preocupação com a consolidação dessa prática num panorama da expansão do ensino superior público, caracterizado pelo aligeiramento nos processos de formação acadêmica, que vem sendo materializada sem a adequada infraestrutura física, de pessoal e de projetos pedagógicos, reduzindo-se, muitas vezes, apenas ao ensino.

Compreende-se que a curricularização da extensão universitária deve ser realizada considerando os referenciais sócio-históricos, avanços conceituais e práticos e as experiências consolidadas, assegurando a interação e troca de saberes entre a comunidade universitária e a sociedade, afirmindo os compromissos éticos, políticos, ambientais e sociais e a construção de projetos emancipatórios.

Este Resumo Expandido, pela importância e amplitude do tema, inclui, além desta introdução (1), os resumos sobre: (2) Instituições de ensino superior no Brasil; (3) Concepções e diretrizes gerais; (4) Curricularização da extensão e IESs não públicas; (5) Curricularização da extensão e IESs públicas; (6) Encaminhamentos/reivindicações da REDE de ITCPs.

Retrato inicial da educação superior no Brasil: Instituições de Ensino Superior (IESs)

O Ensino Superior no Brasil pode ser classificado por categoria administrativa - *Instituições Públicas (ou Estatais)*; e, *Instituições Não Públicas - Privadas* (em Sentido Estrito), Comunitárias, Confessionais (mantidas por instituições religiosas); estas IESs privadas podem ser também consideradas filantrópicas, conforme a lei no. 13.386 de 2019.

Públicas				<u>Não Públicas</u>	TOTAL
Total	Federal	Estadual	Municipal		
304	118	129	57	2.153	2.457

Número de IESs (2020) por tipo de administração⁶¹

As IESs também podem ser classificadas por Organização Acadêmica e categoria administrativa

⁶¹ Censo (2020) - Censo da Educação Superior: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>; acessado em 04 de julho de 2022.

Universidade		Centro Univ.		Faculdade		IF e CEFET		TOTALS		
Pública	Não Pública	Pública	Não Pública	Pública	Não Pública	Pública	Pública	Não Pública	Total	
112	91	12	310	140	1.752	40	304	2.153	2.457	

Número de IESs (2020) por tipo de administração e organização administrativa

Hoje existem em torno de 45 ITCPS vinculadas às universidades brasileiras, o que demonstra o potencial existente para *curricularização da extensão*, desenvolvendo vários programas, projetos e serviços de apoio e assessoramento aos empreendimentos de economia solidária (cooperativas, associações, grupos de produção, bancos comunitários etc.), além de atividades formativas, de pesquisa e de comunicação. As ITCPs estão hoje buscando transformar seus currículos, abrangendo atividades de extensão universitária, e os coletivos das incubadoras devem aproveitar este momento para se repensarem e potencializarem sua atuação na universidade e fora dela.

A compreensão da extensão universitária pelas ITCPs e Rede

Segundo o FORPROEX (2021)⁶², a Extensão Universitária, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre IESs e outros setores da sociedade.

A estratégia geral de atuação das ITCPs procura articular: 1. Apoio a ações transformadoras (atividades de extensão) em diferentes territórios (incubação/assessoria para iniciativas econômicas autogestionárias, atuação no movimento de Economia Solidária e em outros movimentos sociais emancipatórios e incidências nas políticas universitárias e nas políticas públicas), 2. Formação de estudantes de graduação e pós-graduação, trabalhadores(as) associados(as) e outros atores da Economia Solidária (atividades de ensino) e 3. Produção de conhecimento científico e tecnológico e saberes populares (atividades de pesquisa).

Desde sua origem, as ITCPs buscam a interação dialógica de suas atividades como uma condição favorecedora que orienta o desenvolvimento de suas relações com setores sociais, historicamente excluídos, e é marcada pelo diálogo e pela troca de saberes, superando-se o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais.

As atividades de Extensão oferecidas pelas ITCPs constituem condições favorecedoras também para a formação de estudantes de diferentes cursos de graduação e pós-graduação, seja pela apreensão crítica da realidade, compreensão dos referenciais conceituais, teóricos e metodológicos das diferentes áreas do co-

⁶² Em dezembro de 2021, ocorreu o 48º Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públcas (FORPROEX)

nhecimento, contato direto com as grandes questões contemporâneas e os desafios para a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Em sua trajetória, as Incubadoras atenderam diferentes atores sociais: artesãos, agricultores familiares, catadores de material reciclável, assentados da Reforma Agrária, produtores de alimentos processados, usuários de atendimento à saúde mental, artistas, desempregados, moradores de rua, egressos de sistema prisional.

Preocupações com a Curricularização da Extensão nas Universidades não públicas

A curricularização da extensão, se por um lado mobiliza setores universitários que são portadores de um projeto de emancipação social, por outro também mobiliza concepções que buscam reproduzir uma lógica mercantil e excludente na educação.

O debate atual que responsabiliza os indivíduos pela sua própria situação e, por outro lado, todo o “sucesso” no mercado decorrente de méritos individuais, se constitui regra das concepções que norteiam o sistema universitário brasileiro. Isso nos coloca a necessidade de ficarmos atentos a duas principais questões: Primeiro - Qual será o comportamento das IESs privadas?

Hoje, a legislação identifica modelos distintos: comunitárias (que podem ser confessionais ou não) e as privadas (muitas delas empresas internacionais) com objetivo principal de obter lucro. Este modelo é o que abriga a maior quantidade de matrículas no ensino superior e que, por sua vez, pressiona as instituições comunitárias a entrar em uma lógica competitiva de mercado, e tensiona o processo educacional para a precarização das relações de trabalho e da qualidade.

Não devemos ter nenhuma dúvida de que na lógica privada, a aplicação desse processo de curricularização será pautada exclusivamente pela perspectiva da rentabilidade. Ou seja, a proliferação de diversos expedientes (palestras, visitas teleguiadas, aulas sobre extensão, etc.) sendo consideradas atividades extensionistas. Uma segunda questão é quem irá financiar os projetos de extensão e com quais objetivos? Quando existia ainda um número reduzido de projetos que disputavam as verbas públicas, (editais específicos e ou PROEXT), poucos eram aprovados e recebiam recursos. Conseguirá o Estado brasileiro, com a obrigatoriedade de que 10% da carga horária dos estudantes seja canalizada para a curricularização da extensão, “sustentar” economicamente esses projetos? E se isso não for possível (como parece ser o caso), as instituições (mesmo as públicas), ao não terem acesso a recursos públicos para viabilizar atividades de extensão, provavelmente busquem parcerias com o setor privado, a exemplo do que já acontece em grande proporção no campo da pesquisa.

Curricularização da extensão nas Universidades Públicas

A partir dos regramentos legais já mencionados, as IESs passaram a discutir a implantação da “curricularização da extensão”. O FORPROEX apresentou resultados aqui sintetizados: são 152 Instituições Públicas de Ensino Superior integrantes (IPES); respondentes foram 102 (67%), 53 Universidades Federais (80%); 20 Institutos Federais (62,5%), 24 instituições estaduais (54,5%) e 5 instituições municipais (55,6%). Em 35 IESs, o tema está em discussão (34%); 57 em implantação (56%); 3 finalizadas e em execução (3%); e 5 em outras condições (5%). Entre as que o processo está em discussão: 7 em debates iniciais; 7 elaborando minuta; 17 debatendo o conteúdo da minuta; 6 com proposta pronta enviada à instância responsável. De acordo com o site da Rede Nacional de Extensão, são 17 IPES com Resoluções de Curricularização publicadas, documento que em geral apresenta a concepção de extensão de cada instituição e tipos de atividades consideradas como extensão.

Para além de resoluções normativas, há IESs que publicaram guias e manuais de curricularização para apoio a implantação da curricularização da extensão. Segundo levantamento da Rede Nacional de Extensão, são 8 IPES: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Federal de Rondônia (IFRN), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Diversas questões podem ser levantadas em relação a este processo, entre elas: Quais as concepções, objetivos e atividades de extensão nas diversas instituições públicas de educação superior? Quais as relações que se estabelecem entre extensão e pesquisa? A produção de conhecimento considera tornar o conhecimento acessível? Quais são as relações com o ensino? Está incluído ensino de graduação e pós-graduação? E quais são as concepções sobre curricularização da extensão? Trata-se de tipos de atividade de extensão, horas e números de créditos? Para a obtenção das respostas destas e de outras questões similares, é importante a realização de outros estudos.

Reivindicações da Rede de ITCPs

No Encontro Nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, no ano de 2020⁶³, no Grupo de Trabalho que tratou sobre a curricularização da extensão, compreendeu-se que para avançarmos nesse processo se faz necessário:

- I. Inclusão das ações de extensão no projeto pedagógico dos cursos de graduação, reconhecendo seu potencial formativo e de modo qualificado;
- II. Valorização das contribuições das ITCPs no enfrentamento das desigualdades sociais, políticas e econômicas no país;

⁶³ Encontro Nacional Rede Universitária ITCP Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. A Economia Solidária no Contexto de Crise: realidade e desafios para a Rede de ITCPs, Relatório Final, 2020.

- III. Adoção do Marco Regulatório da Extensão Universitária nas diversas instituições de ensino como prática acadêmica que normalize suas ações, o seu financiamento e a garantia da indissociabilidade ensino -pesquisa-extensão;
- IV. Reconhecimento das ações de Extensão Universitária e do esforço docente e técnico, em termos equânimes, em concursos, normas e carreiras acadêmicas;
- V. Criação de mecanismos legais de financiamento satisfatório, regular e permanente das ações de extensão; Garantia e definição dos valores alocados para a manutenção do trabalho de assessoria e incubação desenvolvidos pelas ITCPs e a realização das ações de curricularização da extensão.

O resumo em tela apresenta preocupações e indagações sobre a curricularização da extensão, algumas das reivindicações da REDE de ITCPs, definidas como condições necessárias para viabilização de forma qualificada do processo de curricularização da extensão universitária e de fortalecimento da atuação das ITCPs no Brasil. Demonstrando que as ITCPs, em sua trajetória, desenvolvem ações de extensão universitária, oportunizam pensar estratégias de geração de trabalho e renda de forma associativa e colaborativa em tempos de crise do capital e a necessidade de construção de novas respostas e velhas demandas (desigualdades, injustiças e exploração). A prática da extensão universitária pela ITCPs assume o compromisso com a promoção de direitos e a qualificação das condições de vida e viver dos trabalhadores e a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

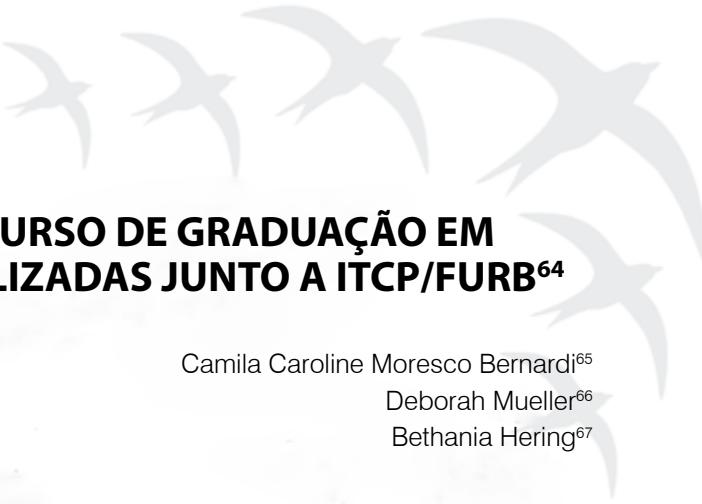
BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Denominações das Instituições de Ensino Superior (IES)**. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **LEI N° 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 25 maio 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/fles/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022

REDE DE ITCS. A Economia Solidária no Contexto de Crise: realidade e desafios para a Rede de ITCPs, RELATÓRIO FINAL, Coordenação Nacional da Rede de ITCPs. Novembro de 2020.



AÇÕES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO REALIZADAS JUNTO A ITCP/FURB⁶⁴

Camila Caroline Moresco Bernardi⁶⁵

Deborah Mueller⁶⁶

Bethania Hering⁶⁷

INTRODUÇÃO

No presente trabalho estão descritas algumas das ações realizadas pelo curso de graduação em Nutrição junto à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB) e o projeto de extensão Produção Artesanal, comercialização justa e solidária e consumo responsável vinculado a ITCP/FURB. O objetivo é promover saúde e segurança alimentar e nutricional aos associados dos empreendimentos vinculados à Economia Solidária de Blumenau/SC (ECOSOL). Iniciaremos apresentando uma breve contextualização e, na sequência, apresentaremos algumas ações relacionadas à nutrição desenvolvidas no município de Blumenau/SC.

A ITCP/FURB é um programa de extensão universitária que tem como objetivo oferecer assessoria a empreendimentos solidários, redes e fóruns, subsidian- do ações de grupos (associações, cooperativas ou grupos informais). Relaciona-se com os movimentos da Economia Solidária e tem papel fundamental no enfrentamento da precarização do trabalho e fim da desigualdade social. Segundo Singer (2002), a economia solidária é definida como um conjunto de atividades que visa a produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças, organizados e realizados de forma solidária por trabalhadores e trabalhadoras, funcionando com a autogestão. Considera o ser humano na sua integralidade, valoriza o associativismo, desenvolve capacidades e integra o trabalho de setores excluídos da sociedade. Portanto, a importância do assessoramento técnico a estas iniciativas.

Assessorado pela ITCP/FURB, o Centro Público Vitrine Economia Solidária (Vitrine da ECOSOL) é um espaço multifuncional, formado por empreendimentos coletivos, cujo objetivo é favorecer o fortalecimento da Economia Solidária e o fomento de oficinas de capacitação e demais atividades. Financiado através

⁶⁴ Este resumo expandido foi originalmente escrito para submissão no 40º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), em 2022.

⁶⁵ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC).

⁶⁶ Graduanda em Psicologia pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁶⁷ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

do fundo solidário próprio, é forma de comércio justo e solidário dos produtos e serviços criados, reciclados e produzidos. Os empreendimentos apoiados são as associações, cooperativas e grupos informais de vários segmentos participantes da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI).

O projeto de extensão universitária Produção Artesanal, comercialização justa e solidária e consumo responsável é um dos projetos vinculados à ITCP/FURB, e tem como objetivo desenvolver estratégias de qualificação para a produção artesanal de alimentos, artefatos e móveis de madeira, buscando integrar o ambiente universitário com atores da comunidade local.

METODOLOGIA

Dentre as ações relacionadas à promoção em saúde e segurança dos alimentos, desenvolvidas durante agosto a dezembro de 2021, tem destaque a oficina direcionada aos produtores de alimentos da Vitrine ECOSOL. Ministrado pela professora e nutricionista Bethânia Hering, um curso com 4 encontros presenciais de 4 horas cada, abordando os temas a seguir: Alimentação saudável, com métodos de como montar um prato saudável; Manipulador de alimentos e Doenças Transmitidas por Alimento (DTAs); Recomendações para uma alimentação saudável e aplicação de questionário para avaliar o nível de conhecimento dos participantes; Importância da higiene pessoal, das mãos e das superfícies de contato dos alimentos.

No mesmo ano deu-se início às atividades de curricularização da extensão através do Projeto Integrado III (2021-2), com o objetivo desenvolver atividades de extensão universitária de forma articulada com as disciplinas de Alimentação Coletiva I, Avaliação Nutricional II, Boas Práticas e Higiene dos Alimentos e Técnica Dietética II, foram realizadas respectivamente as seguintes ações, com os integrantes da Vitrine da ECOSOL: a) uma pesquisa sobre o estilo de vida e para isso foi aplicado o Pentáculo do Bem Estar, proposto por Nahas (2006); b) criação de um informativo sobre boas práticas e higiene na manipulação de alimentos em domicílios, com apoio da literatura abordada em aula para ser entregue aos participantes; c) uma pesquisa diagnóstica sobre a alimentação, com base no questionário do Ministério da Saúde “Como ter uma alimentação saudável?”; d) uma pesquisa sobre as habilidades culinárias e alimentação saudável por meio de um questionário. Os resultados foram discutidos com o grupo e deram suporte para o planejamento de novas ações.

Entre janeiro e julho de 2022, destacam-se o acompanhamento de 04 feiras da ECOSOL, que acontecem mensalmente nas dependências da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Durante os dias de evento, realizou-se a aplicação de um questionário socioeconômico, realizado de forma manual. Neste, havia questões específicas de artesanato e alimentação com o objetivo de mapear e recolher demandas do grupo.

Na primeira feira ECOSOL, ocorreu uma ação em conjunto com o curso de Nutrição da FURB. Realizou-se uma banca com o intuito de explicar ao público da feira o que é Economia Solidária e qual sua importância na sociedade, também convidá-los a conhecer a Vitrine ECOSOL que está localizada também nas dependências da FURB.

Ocorreu no dia 24 de junho de 2022 uma oficina teórico-prática, organizada em conjunto com cinco disciplinas curriculares do curso de nutrição do 6º semestre matutino, são elas: Projeto Integrado III, Alimentação Coletiva I, Técnica Dietética II, Boas Práticas de Manipulação e Avaliação Nutricional II. Cada disciplina desenvolveu uma atividade. A manhã da oficina dividiu-se em duas etapas. Iniciou-se com uma roda de conversa, conduzida pelas alunas da nutrição, abordaram-se 4 assuntos: a) Microbiologia e doenças transmitidas por alimentos (DTAs); b) Higiene pessoal e higiene de mãos; c) Contaminação cruzada e higiene ambiental; d) Higiene dos alimentos como frutas, legumes e verduras e embalagens.

Na sequência, os convidados foram conduzidos até a cozinha pedagógica do curso de nutrição para participar da produção das preparações culinárias com ingredientes saudáveis, in-natura e minimamente processados, cujas receitas destacavam-se pelo aproveitamento integral dos alimentos. Ao final da preparação, ocorreu o compartilhamento das receitas sustentáveis e degustação. Os participantes receberam um caderno de receitas produzido pelas alunas, contendo, além das preparações realizadas na oficina, demais ideias para produzirem em casa refeições saudáveis com alimentos acessíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde março de 2021 até junho de 2022, o Projeto de extensão, em especial a Bolsista graduanda em Nutrição e a Coordenadora do Projeto, realizaram 4 oficinas teóricas de 4 horas cada; 2 oficinas teórico-práticas de 4 horas; Acompanhamento de 4 feiras da ECOSOL; 1 banca informativa com carga horária de 08 horas.

Durante a realização das oficinas teórico-práticas, ocorreu baixa participação do público-alvo (produtores de alimentos), acredita-se que devido às limitações impostas pela pandemia de COVID-19. Da mesma forma, o curso aconteceu com muito êxito e atingiu seu objetivo.

Ao longo da execução do estande, ocorreu o trabalho de divulgação do local onde a Vitrine ECOSOL encontra-se. Tal ação teve retorno positivo dos associados que relataram a crescente frequência da comunidade acadêmica no local.

O acompanhamento nas feiras da ECOSOL resultou em uma maior aproximação da bolsista do projeto com os artesãos e produtores de alimentos, o que facilitou o processo de reconhecimento do público para direcionar as ações futuras. Resultado disso foi a realização de uma oficina integrada com o curso de nutrição

(acadêmicas e professores), ITCP/FURB e o projeto de extensão universitária Produção Artesanal, comercialização justa e solidária e consumo responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido às limitações impostas pela pandemia de COVID-19, adaptamos algumas atividades de forma remota, considerando também os fatores que de alguma forma dificultam os encontros presenciais, como a locomoção do público pertencente aos municípios vizinhos. Mas, de modo geral, os envolvidos nas atividades, estudantes, professores e associados da Vitrine da ECOSOL expressaram o quanto foi importante a troca de saberes.

Mesmo com alguns imprevistos, as oficinas ocorreram de forma muito satisfatória. Para as acadêmicas da graduação, ampliou-se o conhecimento da realidade da sociedade local e dos inúmeros cenários de prática. Para os participantes, um instrumento de aprendizado e promoção em saúde. Além disso, é uma excelente oportunidade de imersão ao ambiente de extensão, proporcionado pela universidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. atualizada. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- MARCHI, R. C., PRIM, L. F. e ANDRADE, E. T. **Economia Solidária na ITCP/FURB: reflexões e experiências em busca da inclusão social**. Blumenau: Meta, 2013.
- NAHAS, M.V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 4.ed. Londrina: Midiograf, 2006.
- SCHIOCHET, Valmor; FRONZA, Claudia Sombrio; BARBOSA, Valeska Cristina. **Extensão Universitária e Inclusão Socioeconômica Solidária: A Experiência da ITCP/FURB**, 2021.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DIREITO, REINTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA E RESSOCIALIZAÇÃO⁶⁸

Luana da Silva Schmickler⁶⁹

Cláudia Sombrio Fronza⁷⁰

Lenice Kelner⁷¹

INTRODUÇÃO

Na atualidade, uma das preocupações sociais é o aumento da violência e da criminalidade. Diante dessa realidade, como resposta, o estado vem encarcerando cada vez mais. Com o aumento da população carcerária, é necessário repensar estratégias de ressocialização e reintegração socioeconômica desses sujeitos.

A ressocialização tem como função amenizar os problemas da população carcerária, buscando auxiliar na reabilitação dos presos, oferecendo oportunidades de qualificação profissional e novas oportunidades de convívio em sociedade.

A ITCP/FURB é um programa de extensão universitária que desenvolve ações de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária.

O projeto de extensão “Direito, Reintegração Socioeconômica e Ressocialização” é uma ação vinculada à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB). Devido aos cuidados e restrições da pandemia do COVID-19, as ações de formação destinadas à população carcerária previstas foram adaptadas. Pactuou-se entre a equipe do projeto centrar as ações no assessoramento do Conselho da Comunidade de Blumenau (CCB) e a COOPERCONSTRUÇÃO.

O Conselho da Comunidade de Blumenau é um órgão do Poder Judiciário, instituído pela Lei de Execução Penal. Criado em 1998, visa à participação da

⁶⁸ Este resumo expandido foi originalmente escrito para submissão no 39º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), em 2021.

⁶⁹ Graduanda em Direito pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

⁷⁰ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

⁷¹ Doutora em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Professora Permanente do Programa de Mestrado em Direito e da Graduação em Direito da Universidade Regional de Blumenau - FURB. Coordenadora do Projeto de Extensão da FURB - Dignidade da Pessoa Humana e Acesso à Justiça: Fundamentos à Ressocialização do Apenado no Sistema Prisional de Blumenau. Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Subseção de Blumenau.

sociedade na fiscalização e acompanhamento das condições no sistema prisional e na promoção dos direitos humanos, através de representantes de diversos segmentos, que atuam de forma voluntária. Atualmente, o Conselho é composto por 15 conselheiros e conselheiras. Na Comarca de Blumenau, contamos com duas instituições de atendimento: Presídio Regional de Blumenau (PRB) e Penitenciária Industrial de Blumenau (PIB).

O Conselho fiscaliza, propõe medidas e ações que possibilitem aos apenados e egressos a garantia de seus direitos e a ressocialização, como: educação, trabalho, alimentação, atendimento à saúde, espiritual, com melhor assistência e vínculo para com a sociedade.

A COOPERCONSTRUÇÃO é uma cooperativa de trabalho no ramo da construção civil. Fundada em 2018, é composta por 7 cooperados, que participaram do percurso formativo “Voltando ao Mundo do Trabalho”, ofertado pela ITCP/FURB em 2017. Juntos, os cooperados formam uma equipe profissional que realiza obras em geral, pintura, reformas, entre outros trabalhos. A ITCP/FURB apoia, assessora e orienta o empreendimento desde sua formação.

Neste sentido, os objetivos específicos do projeto são: 1) Realizar percurso formativo em Direito Humanos, Reintegração Socioeconômica e Ressocialização para os conselheiros do Conselho da Comunidade da Comarca de Blumenau e equipe ITCP/FURB; 2) Dar visibilidade e sensibilizar a comunidade universitária e regional sobre as temáticas direitos humanos, ressocialização e reintegração socioeconômica de pessoas em privação de liberdade por meio da realização de 1 seminário. 3) Assegurar a autogestão do empreendimento COOPERCONSTRUÇÃO, a fim de que seus integrantes possam gerenciar as mais diversas esferas que compõem o empreendimento: administrativa, econômica, política e interpessoal.

METODOLOGIA

Para viabilizar as ações do projeto, utilizou-se até o momento como recursos metodológicos reuniões de estudo; reuniões de equipe agendadas pela coordenação do projeto e pela equipe ITCP/FURB, para planejamento, socialização das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados obtidos; reuniões de articulação entre os integrantes do Conselho da Comunidade e COOPERCONSTRUÇÃO; reuniões com o Comitê Interconselhos de Comunidade; percurso formativo com a temática Direitos Humanos e o Sistema Prisional; tal como diálogo contínuo com o público-alvo.

Vale ressaltar que, para a garantia do distanciamento social necessário durante o período da pandemia do COVID-19, as reuniões foram realizadas através de serviço de comunicação por vídeo pelas plataformas Google Meet, Microsoft Teams, e-mails e conversas online pelo aplicativo WhatsApp.

DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

As estratégias de ação são uma construção coletiva, tendo em vista favorecer o direito ao trabalho e ressocialização desse segmento populacional, bem como a humanização das penas e qualificação da assistência aos presos.

Neste sentido, as ações desenvolvidas foram a realização de reunião com a equipe do projeto para pactuação do plano de trabalho em 2020 e 2021; reunião com o Conselho da Comunidade de Blumenau, para planejamento e pactuação de plano de assessoria do projeto com o empreendimento, participação nas reuniões mensais com a mesa diretora e do CCB; auxílio na organização documental (relatórios, atas e convocações de assembleia).

Tal como foi realizado um seminário sobre “Direitos humanos, ressocialização e reintegração socioeconômica”, com a participação dos integrantes do Conselho da Comunidade, da equipe ITCP/FURB e comunidade externa; assim como reuniões entre a equipe do projeto e mesa diretora do Conselho para estudo e considerações de adequação do novo estatuto social; e a realização de assembleia geral no Conselho da Comunidade para votação para novo estatuto social.

Outras ações desenvolvidas pelo projeto foram o auxílio na mobilização e motivação da retomada da articulação do Comitê InterConselhos de Comunidade do Médio Vale do Itajaí e Arredores, composto pelos Conselhos de Indaial, Brusque, Gaspar, Pomerode, e apoio da inclusão de novos Conselhos de Balneário Camboriú e Itajaí; a organização e realização de dois encontros virtuais do Comitê InterConselhos de Comunidade, e início do processo formativo com o tema “Direitos Humanos e o Sistema Prisional”, ofertado pela equipe do projeto; reuniões de assessoria com o CCB para apoio na criação das redes sociais do Conselho da Comunidade (Facebook e Instagram), criação de arte e conteúdo semanais para as redes sociais;

Foi realizada também reunião com a COOPERCONSTRUÇÃO para pontuar quais são as demandas do empreendimento, a situação contábil e jurídica, e as perspectivas de ação para 2021. Destaca-se reunião e acompanhamento com cooperado para assessoria de orientação jurídica em processo penal.

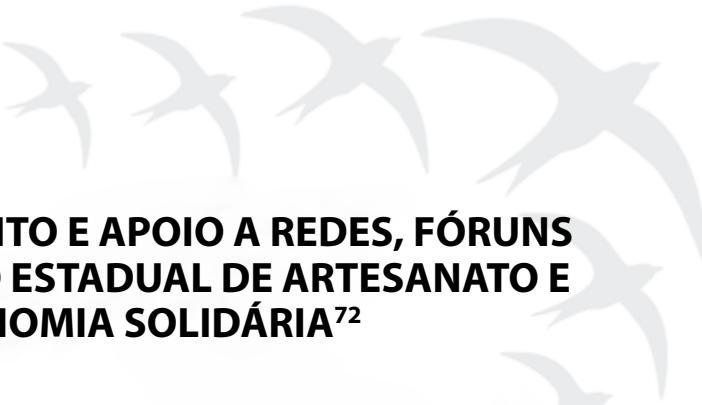
CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações contribuem na formação acadêmica dos estudantes envolvidos com a ampliação do universo informacional, leitura crítica da realidade prisional e com a inclusão desses temas no meio acadêmico.

Em relação ao grau de alteração da situação problema, destaca-se a visibilidade das ações do Conselho de Comunidade e incidência sobre a realidade dos apenados e egressos, em especial no que se refere à discussão sobre os direitos humanos e o acesso ao Sistema de Garantia de Direitos.

REFERÊNCIAS

FRONZA, Claudia Sombrio. et al. “**Direito, Reintegração Socioeconômica e Resocialização.**” Projeto de Extensão. 10 fls. Blumenau, SC, 2021. Disponível em: <https://www.furb.br/pqex/projeto/buscaProjeto.view?nrAnoProjeto=2019&nrProjeto=725>. Acesso em: 29 jul. 2021.



ASSESSORAMENTO E APOIO A REDES, FÓRUNS E AO CONSELHO ESTADUAL DE ARTESANATO E ECONOMIA SOLIDÁRIA⁷²

Cláudia Sombrio Fronza⁷³

Alessandro Guedes⁷⁴

Jaison Hinkel⁷⁵

Amanda Cadorin da Silva⁷⁶

Valmor Schiochet⁷⁷

INTRODUÇÃO

Num contexto de crise do capital, instabilidade econômica e as transformações no mundo do trabalho, difundidas nas décadas 1980 e 1990 e agravadas pela pandemia, muitos trabalhadores necessitam pensar alternativas de gerar trabalho e renda por meio da Economia Solidária. Por Economia Solidária, Singer (1999, p. 51) entende o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizados por princípios solidários, espalhados por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas, associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, banco do povo e diversas organizações populares urbanas e rurais. Essas experiências buscam a construção de novas relações sociais principiadas por valores autogestionários, prevendo a organização coletiva dos trabalhadores com autogover-

72 Este resumo expandido foi originalmente escrito para submissão no Fórum Integrado de Ensino, Pesquisa, Extensão da Acafe (FIEPE), em 2023.

73 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB).

74 Mestre em Química pela Universidade Federal de Florianópolis (UFSC). Professor Titular na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

75 Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina com estágio pós-doutoral pela mesma instituição. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Psicologia e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

76 Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

77 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). Possui graduação em Estudos Sociais pela Fundação Educacional de Brusque (1984), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988) Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau desde 1987 no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Fundação Universidade Regional de Blumenau. Santa Catarina. Brasil.

no, exercício democrático de poderes, condições de autonomia e independência, possuindo o controle dos meios de produção e dos processos econômico, técnico, político e social. Essas iniciativas são favorecidas pela troca de conhecimento e experiências, processos de decisões coletivas e das vivências mútuas. Como parâmetro de referência se espera ver internalizado na compreensão e na prática das experiências associativas, os princípios da: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (Gaiger, 2006, p.11).

Neste sentido, objetivando fortalecer o movimento social, político e reflexão crítica das relações sociais construídas na sociedade capitalista, situada na desigualdade e exclusão social, constitui-se as Redes de Economia Solidária. As Redes, compreendidas por Sheren Warren e Luchmann (2011), como um espaço que oportuniza a construção de uma identidade coletiva, laços que se estruturam em torno de afinidades/identificações entre os membros e objetivos comuns em torno de uma causa. Na dialética das relações sociais se constrói a Economia Solidária, a organização de redes de colaboração solidária locais, regionais e mundial constituindo-se em uma viável alternativa pós-capitalista à globalização em curso, promovendo-se o crescimento econômico e a expansão das liberdades públicos e privados, eticamente referenciadas (Mance, 2002, p.23). Segundo Mance (2003, p. 220), a noção de rede de colaboração solidária, como categoria analítica, resulta da reflexão sobre práticas de atores sociais contemporâneos, compreendida desde a teoria da complexidade e da filosofia da libertação. E assim, apresentam caráter econômico, político e cultural que se retroalimentam. No que se refere ao aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos econômicos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações em um movimento de retroalimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo.

OBJETIVOS

Logo, esse resumo objetiva sintetizar o trabalho desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares no assessoramento e apoio a redes, fóruns e Conselho Estadual de Economia Solidária, por equipe multi/interdisciplinar. As ações direcionam-se ao Fórum Catarinense de Economia Solidária e sua articulação com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí, ao Conselho Estadual de Economia Solidária e à Frente Parlamentar de Economia Solidária. No trabalho de extensão universitária, na pandemia, esses trabalhadores se defrontaram com novos desafios/estratégias para assegurar as condições de produção, troca e consumo. As exigências do isolamento social como principal medida de contenção da COVID-19 interditaram as possibilidades de encontro e comprometeram a continuidade desses processos socioeconômicos.

METODOLOGIA

Utilizando metodologias dialógicas e participativas inspiradas na educação popular, as ações desenvolvidas oferecem assessoramento, apoio, planejamento, acompanhamento e sistematização de atividades por meio de diferentes ações, tais como reuniões, oficinas, encontros e seminários. Além disso, dentre os procedimentos metodológicos foram utilizados: pesquisa bibliográfica; documental, por meio de leitura e análise das atas da RESVI e do FCES de 2020, 2021 e 2022; observação participante.

RESULTADOS

Na pesquisa documental, dados secundários foram sintetizados das 26 reuniões da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí/Fórum de Economia Solidária de Blumenau (RESVI/FESB), entre 05 de fevereiro de 2020 e 14 de dezembro de 2022, com a média de 20 participantes. No levantamento de dados secundários do FCES, foram realizadas 11 reuniões, registradas entre 13 e 14 de fevereiro de 2020 a 25 de novembro de 2022, com uma média de 29 participantes.

Em relação às estratégias e ações de atuação política, econômica e social da RESVI/FESB utilizadas foram: Discussão do Projeto de Lei 0060.2/2020, em tramitação na Assembleia Legislativa, que propõe uma renda mínima emergencial de cinquenta por cento do salário-mínimo regional aos EES – o qual não foi aprovado e teve encaminhamento; diálogos com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado para regularização da Lei Estadual de Economia Solidária, previsão e aprovação de recursos plurianual (PPA) – proposição aprovada no Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária (CEAES); discussão do projeto de Lei Aldir Blanc, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o qual os integrantes da RESVI/FESB submeteram proposta - proposição não aprovada; envio de carta aos candidatos à Prefeito no município de Blumenau, com enfoque na reivindicação da aprovação do Projeto de Lei Municipal de Economia Solidária municipal; organização do Comitê Solidariedade, que objetivou fomentar a cooperação econômica por meio do estabelecimento de um sistema de doações, trocas e aquisição de produtos, serviços e consumo dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). O Comitê recebeu e organizou doações de produtos e recursos financeiros para aquisição de cestas agroecológicas para famílias em condições de vulnerabilidade econômica e social; debate dos editais de eleição e definição dos representantes do Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES e o Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária (CEAES), Conselho Municipal de Cultura, entre outros; organizou-se uma formação sobre Política de Assistência Social e

Inclusão Produtiva; elaborou- se um projeto para submissão ao Edital Lei Aldir Blanc; aprovação da Lei Orçamentária Anual e a Política Estadual da Economia Solidária (decreto 1.332/2021), acesso às políticas públicas, fomento ao empreendedorismo, o crédito para geração de trabalho, emprego e renda, o microcrédito orientado e o assessoramento técnico; organização e participação da sistematização das etapas regional, estadual e nacional da VI Plenária de Economia Solidária e no II Seminário Estadual das Cooperativas Solidárias da Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Catadores e Economia Solidária do Estado de Santa Catarina.

No seu processo de organização, gestão e representação política, apresenta com principais estratégias do FCES: mudanças no modo de organização das reuniões de presencial para remota, para criação de estratégias e construção de posicionamentos políticos junto dos Fóruns Regionais (FRES); realização de pesquisa e visitas in loco ao FRES, para reconhecimento da realidade, identificação de demandas e possíveis encaminhamentos. Ação desenvolvida com recursos de Emenda Parlamentar – destinada a esse propósito; Apresentação do Projeto de Lei 0060.2/2020, à Assembleia Legislativa, que propõem a destinação de renda mínima emergencial de cinquenta por cento do salário-mínimo regional aos EES. Proposição discutida e não aprovada pelo governo estadual; diálogos com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado para regularização da Lei Estadual de Economia Solidária para previsão e aprovação de recursos plurianual (PPA) - proposição aprovada no CEAES; debate dos editais de eleição e definição dos representantes do Fórum Catarinense e do Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária (CEAES), Conselho Municipal de Cultura, entre outros - representantes das EES e de entidades de apoio; aprovação da Lei Orçamentária Anual e a Política Estadual da Economia Solidária (decreto 1.332/2021), acesso às políticas públicas, fomento ao empreendedorismo, o crédito para geração de trabalho, emprego e renda, o microcrédito orientado e o assessoramento técnico - lançamento de editais em 2022 e o orçamento está em execução; diálogo com os movimentos sociais (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e Movimento de Mulheres Camponesas - MMC); formação sobre controle social e linha de crédito para Ecosol - executado pela coordenação do FCES; plenária aberta para discussão com as candidaturas apoiadoras da Economia Solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que ações adotadas pela RESVI/FESB como pautas no FCES oportunizaram a elaboração de estratégias de organização popular, política e econômica e de disputa do fundo público, no enfrentamento às dificuldades apresentadas na pandemia pelos trabalhadores/as Ecosol. Desta forma, circunscritos no contexto pandêmico, assegurou-se importantes conquistas e aprendizados, apesar das fragilidades financeiras e técnicas, o processo participativo e democrático,

permitiu a geração de trabalho e renda. As constantes interações políticas econômicas, sociais e do movimento de Ecosol, edificam canais de comunicação e de expansão, permitindo alianças, apoios e relações de cooperação.

REFERÊNCIAS

- SINGER, P. I. **O Brasil na crise: perigos e oportunidades**. São Paulo: Contexto, 1999. 128p.
- GAIGER, L. I. **A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**. Caderno CRH, [S. l.], v. 16, n. 39, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v16i39.18642. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, [c2011]. 264 p, il.
- MANCE, Euclides A. **Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômico - filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MANCE, Euclides A. Redes de Colaboração Solidária. in: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**, Porto Alegre, Veras Editores, 2003.



AUTORES:



Alessandro Guedes
Amanda Cadorin da Silva
Bethania Hering
Bryan da Silva Lima
Camila Caroline Moresco Bernardi
Claudia Sombrio Fronza
Danilo Malta Ferreira
Deborah Mueller
Dinaê Carolina Machado
Eduarda Bauer Blasius
Erwin Hugo Ressel Filho
Gabriel Leonardo Fronza
Geise Cristina Soares
Guilherme Henrique Roepke Kopsch
Igor Lorenzett Nascimento
Iosquiaui Shimbo
Jaison Hinkel
João Paulo Cordeiro
Júlia Salamoni
Laura Medeiros Bastos

Lenice Kelner
Luana da Silva Schmickler
Lucas da Silva Sampaio
Mahasiãh Raimundo
Márcia Rejane Ferreira Lacerda
Neiva de Assis
Raquel Andrade Rebelo
Reinaldo Pacheco da Costa
Renato da Silva Della Vechia
Rhanna Eduarda Rodrigues
Roberto Carlos Murphy
Roberto Rivelino Rautenberg
Rodrigo Diaz de Vivar y Soler
Rodrigo dos Santos Cardoso
Stella Maris Martins Cruz Castelo de
Souza Nemetz
Valeska Cristina Barbosa
Valmor Schiochet